



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 719

Quinta-feira - 14 de Abril de 2011

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Alto Bela Vista.....	1
Antônio Carlos	5
Arroio Trinta.....	6
Biguaçu	7
Braço do Trombudo	8
Caçador.....	8
Campo Alegre	29
Canoinhas.....	38
Capinzal	39
Catanduvas.....	39
Chapadão do Lageado	41
Concórdia	41
Cordilheira Alta	42
Coronel Martins.....	42
Forquilha.....	43
Fraiburgo.....	43
Garopaba.....	47
Gaspar	48
Guaramirim.....	49
Herval do Oeste	50
Imbituba	51
Joaçaba.....	55
Luzerna	56
Maracajá	56
Massaranduba.....	57
Meleiro	65
Monte Carlo	65
Morro da Fumaça	66
Nova Trento.....	67
Novo Horizonte	69
Porto Belo.....	69
Porto União.....	71
Rio do Sul.....	74
São Pedro de Alcântara.....	79
Schroeder	79
Siderópolis.....	90
Timbó	94
Turvo	108
Videira.....	109

Consórcios

CIGA	116
------------	-----

Alto Bela Vista

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar nº 41 de 08 de abril de 2011.

ALTERA O ANEXO IV, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 21, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2009, QUE "DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO GOVERNO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Sérgio Luiz Schmitz, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz Saber a todos os habitantes do Município de Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo IV, da Lei Complementar nº 21, de 16 de fevereiro de 2009, passa a vigorar nos termos do ANEXO desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 08 de abril de 2011.

SERGIO LUIZ SCHMITZ
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE
Responsável pelas Publicações

A N E X O IV
FUNÇÕES DE CONFIANÇA
Vinculação, Identificação, Atribuições e Remuneração.

ÓRGÃO DE VINCULAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA	ATRIBUIÇÕES	PADRÃO	Nº DE VAGAS	NÍVEL	VALOR R\$
GABINETE DO PREFEITO E VICE	Secretário da Junta do Serviço Militar	Responsável pelo exercício das atribuições da Junta do Serviço Militar, presidida pelo Prefeito Municipal, nos termos da legislação específica.	FG	01	04	427,18

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	Responsável pela Contabilidade da Câmara de Vereadores	Executar, com responsabilidade técnica, nos termos da lei, os serviços de contabilidade pública da Câmara de Vereadores, com formação em contabilidade e registro no CRC/SC.	FG	01	01	950,00
	Responsável pela Unidade Conveniada da Secretaria de Estado da Fazenda	Responsável pela coordenação dos serviços decorrentes de Convênio com a Secretaria de Estado da Fazenda, no cadastramento dos produtores rurais e no controle da distribuição e retorno das Notas Fiscais de Produtor Rural, e de outras atribuições previstas no mencionado termo de convênio.	FG	01	04	427,18
GERÊNCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Responsável pela Coordenação dos Serviços de Inseminação Artificial	Responsável pela coordenação e assessoramento das ações e serviços de inseminação artificial; organizar, planejar e coordenar os serviços, especialmente no atendimento aos chamados e na melhoria genética, notadamente do gado leiteiro.	FG	01	06	288,35
GERÊNCIA DE TRANSPORTES	Operador de Máquinas Especiais	Responsável pela operação de máquinas especiais – para fins desta lei, máquinas especiais são aquelas de maior valor patrimonial e de maior complexidade operacional, notadamente a escavadeira hidráulica.	FG	02	05	299,03
GERÊNCIA DE URBANISMO, HABITAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Direção do Serviço de Saneamento Básico – SSB	Responsável pela direção geral dos serviços de saneamento básico, especialmente do sistema de abastecimento de água.	FG	01	02	571,35
	Responsável pela Manutenção Operacional do Serviço de Saneamento Básico – SSB	Responsável pela manutenção operacional e fiscalização dos serviços de Saneamento Básico – SSB, notadamente os relacionados ao abastecimento de água.	FG	01	06	288,35

GERÊNCIA DE SAÚDE	Direção de Programas de Saúde	Dirigir os programas de saúde pública, especialmente aqueles voltados à ações e serviços preventivos e de saneamento básico.	FG	01	02	571,35
	Responsável pela Vigilância Sanitária	Responsável pelo exercício precípua da vigilância sanitária, conforme as normas pertinentes.		01	03	510,00

Lei Municipal Nº 546 de 08 de abril de 2011.

DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE NOVA AÇÃO NO PLANO PLURIANUAL – PPA DO PERÍODO DE 2010 A 2013, APROVADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 475, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sergio Luiz Schmitz, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica inclusa no Plano Plurianual – PPA, do período de 2010 a 2013, aprovado pela Lei Municipal nº 475, de 11 de novembro de 2009, a seguinte mova ação:

Órgão	07.00	GERÊNCIA DE URBANISMO, HABITAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Unidade	07.02	Fundo Municipal de Habitação – FMH
Função	16	HABITAÇÃO
Subfunção	482	Habitação Urbana
Programa	0029	Programa Habitacional
Ação	1.046	Programa de Habitação de Interesse Social
Descrição da Ação: Os recursos alocados nesta ação destinam-se aos investimentos com a implantação do Programa de Habitação de Interesse Social.		
Ano		Meta Física
2010		-
2011		17.724,85
2012		-
2013	01	-

Detalhamento da Ação

Conta e Descrição da Despesa	Recursos	Ano	Valor
4.4.71.00.00.00	0.3.0000 – Recursos Ordinários – Orçamento Municipal – Exercícios anteriores	2010	-
		2011	17.724,85
		2012	-
		2013	-

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 08 de abril de 2011.

SERGIO LUIZ SCHMITZ
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE
Responsável pelas Publicações

Lei Municipal Nº 547 de 08 de abril de 2011.

DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DE NOVA AÇÃO DE AÇÃO CONTEMPLADA NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO DO EXERCÍCIO DE 2011, APROVADA PELA LEI MUNICIPAL Nº 527, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sergio Luiz Schmitz, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica inclusa na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO do exercício de 2011, aprovada pela Lei Municipal nº 527, de 09 de dezembro de 2010 a seguinte nova ação:

Órgão	07.00	GERÊNCIA DE URBANISMO, HABITAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Unidade	07.02	Fundo Municipal de Habitação – FMH
Função	16	HABITAÇÃO
Subfunção	482	Habitação Urbana
Programa	0029	Programa Habitacional
Ação	1.046	Programa de Habitação de Interesse Social

Descrição da Ação: Os recursos alocados nesta ação destinam-se aos investimentos com a implantação do Programa de Habitação de Interesse Social.

Detalhamento da Ação

Conta e Descrição da Despesa	Recursos	Ano	Valor
4.4.71.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	0.3.0000 – Recursos Ordinários – Orçamento Municipal – Exercícios anteriores	2011	17.724,85

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 08 de abril de 2011.

SERGIO LUIZ SCHMITZ
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE
Responsável pelas Publicações

Lei Municipal Nº 548 de 08 de abril de 2011.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sergio Luiz Schmitz, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional especial no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, no valor de R\$ 17.724,85 (dezessete mil, setecentos e vinte e quatro reais e oitenta e cinco centavos), para inclusão da seguinte nova ação orçamentária:

07.00	GERÊNCIA DE URBANISMO, HABITAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
07.02	Fundo Municipal de Habitação – FMH
16	HABITAÇÃO
16.482	Habitação Urbana
16.482.0029	Programa Habitacional
16.472.0029.1.046	Programa de Habitação de Interesse Social
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.71.00.0.3.0000	Transferências a Consórcios Públicos
	R\$ 17.724,85

Art. 2º A abertura do crédito adicional especial aberto nos termos do artigo anterior é suportada com a utilização de recursos remanescentes do saldo do superávit financeiro, verificado no balanço Patrimonial do Exercício de 2010, na vinculação, daquele exercício “0.1.000 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais”.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 08 de abril de 2011.

SERGIO LUIZ SCHMITZ
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE
Responsável pelas Publicações

Lei Municipal Nº 549 de 08 de abril de 2011.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sergio Luiz Schmitz, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional especial no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde - FMS, no valor de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), para inclusão de novo elemento de despesa e de nova vinculação na seguinte ação orçamentária:

08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
08.00	Fundo Municipal de Saúde - FMS
10	SAÚDE
10.301	Atenção Básica
10.301.0034	Atendimento Equitativo e Universalizado
10.301.0034.2.060	Serv. Médicos, Hosp. e de Diagnóstico
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.71.00.0.3.0301	Transferências a Consórcios Públicos
	R\$ 4.800,00

Art. 2º A abertura do crédito adicional especial aberto nos termos do artigo anterior é suportada com a utilização de recursos remanescentes do saldo do superávit financeiro, verificado no balanço Patrimonial do Exercício de 2010, na vinculação, daquele exercício “0.1.0301 - Recursos Vinculados à Saúde - ASPS”.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 08 de abril de 2011.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE
Responsável pelas Publicações

Lei Municipal Nº 550 de 08 de abril de 2011.

DISPÕE SOBRE A CESSÃO DE DIREITO USO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, ÀS ASSOCIAÇÕES DE AGRICULTORES QUE IDENTIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sergio Luiz Schmitz, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a celebrar termos de cessão de direito de uso dos seguintes bens móveis, com as entidades adiante identificadas:

I - Associação de Moradores de Linha Bandeirantes, com sede na localidade de Linha Bandeirantes, no Município de Alto Bela Vista, para conceder em direito real de uso:

a) um Distribuidor de esterco líquido c/ capacidade 4.000 litros com bomba á vácuo compressor, 04 ou 05 palhetas de espessura 10mm, comprimento máximo 300mm cada, lubrificação das palhetas na carga e descarga, pintura á pó poliéster externa e á pó epóxi interna com 02 pneus novos 900x20, cardan com proteção e mangueira carregadora de 5,5 m;

b) uma Carreta de madeira com capacidade 3 toneladas, freios automáticos, macaco para engate no trator, basculante com longarinas de madeira com pneus novos 750x16.

II - Associação de Moradores de Linha Nova Entre Rios, com sede na localidade de Linha Nova Entre Rios, no Município de Alto Bela Vista, para conceder em direito real de uso:

a) um Distribuidor de esterco líquido com capacidade 2.000 litros, bomba á vácuo compressor, 04 palhetas de 300mm cada, lubrificação das palhetas na carga e descarga, pintura á pó poliéster externa e á pó epóxi interna, 02 pneus novos 750x16, cardan com proteção e mangueira carregadora de 5,5 m;

b) um Pulverizador tração animal e á trator com capacidade de 200 litros, 02 pneus aro13, 02 pistões para gerar pressão, 07 m de barra com 14 bicos de cerâmica, molas nas barras, tanque de água limpa, sistema de ajuste de alargamento nas rodas com estabilizador de ar e filtro de linha.

III - Associação de Moradores de Linha Floresta, com sede na localidade de Linha Floresta, no Município de Alto Bela Vista, para conceder em direito real de uso de uma Grade aradora 16 discos com espaçamento 230 mm, com controle remoto, pneus novos com limpador de discos e travas nos eixos.

Parágrafo único. Os termos de cessão de direito de uso, além dos encargos previstos no artigo seguinte, estabelecerão as normas

de utilização, manutenção, recuperação e reforma das máquinas e dos implementos identificados nos incisos do caput deste artigo, além da vigência da cessão.

Art. 2º Os encargos das entidades beneficiadas e identificadas no artigo anterior, serão de:

I - Utilizar os bens identificados no artigo anterior, exclusivamente no atendimento à demanda de serviços agrícolas às propriedades rurais dos agricultores pertencentes à área de abrangência da entidade;

II - Disponibilizar, às suas expensas, pessoal habilitado para o uso adequado e operação dos implementos;

III - Comunicar ao setor de infra-estrutura da Administração Municipal, sempre que necessária a reposição de peças e pneus ou a execução de serviços de manutenção mecânica ou pneumática nas máquinas cedidas;

IV - Outros encargos que serão determinados no termo de cessão de direito de uso a ser celebrado com as entidades beneficiadas.

Parágrafo único. Na ocorrência de situações de emergência ou que caracterizem calamidade pública, presente a necessidade de o Município prestar atendimento emergencial à propriedades rurais em qualquer local do território municipal, fica estabelecido o encargo excepcional às entidades beneficiadas, em disponibilizar, temporariamente o(s) implemento(s), para utilização pelo Município, em quanto perdurar a situação.

Art. 3º Quando não cumpridos os encargos das entidades, o Município poderá retomar o(s) bem(ns), mediante a rescisão dos termos de cessão.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 08 de abril de 2011.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE
Responsável pelas Publicações

Contrato Administrativo N.º 46/2011

Extrato de Contrato 46/2011

Partes Município de Alto Bela Vista e D.M. Produções Ltda. Me
Objeto O MUNICÍPIO contrata com o CONTRATADO, os serviços de apresentação artística, com um conjunto de artistas musicais, no Centro Comunitário de Alto Bela Vista, nas seguintes datas:

a) Na data de 02 de maio do corrente ano, feriado municipal, no horário das 14:00 h as 17:00 h em comemoração ao KERB.

b) Na data de 07 de maio do corrente ano, no horário das 14:00 h as 18:00 h, em comemoração ao KERB do Idoso.

Valor Total R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais).

Vigência 31 de dezembro de 2011

Base Legal CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 46/2011

Alto Bela Vista (SC), 08 de Abril de 2011.

SÉRGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

D.M. PRODUÇÕES LTDA. ME
Contratado

Contrato Administrativo N.º 47/2011

Extrato de Contrato 47/2011

Partes Município de Alto Bela Vista e TRANSPORTES RN LTDA
Objeto O MUNICÍPIO, contrata à CONTRATADA o fornecimento, de forma parcelada, atendendo às necessidades da Administração, Serviços de Transportes de adubo orgânico de aves, conforme proposta apresentada no Processo de Licitação nº 0013/2011, Convite nº 007/2011.

Valor Total R\$ 39.000,00 (Trinta e nove mil reais).

Vigência 31 de dezembro de 2011

Base Legal CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 47/2011

Alto Bela Vista (SC), 08 de Abril de 2011.

SÉRGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

TRANSPORTES RN LTDA

Contratado

Contrato Administrativo N.º 48/2011

Extrato de Contrato 48/2011

Partes Município de Alto Bela Vista e AGROCOMERCIAL B. S. LTDA - ME

Objeto Conforme resultado do julgamento do Processo de Licitação nº 014/2011, na modalidade de Convite nº 08/2011, o MUNICÍPIO, contrata com a CONTRATADA o fornecimento, de forma parcelada, segundo as necessidades da Administração, Semente de Aveia Preta, para a utilização nos programas previstos no Planejamento Municipal para o corrente exercício.

Valor Total R\$ 13.200,00 (Treze mil e duzentos reais).

Vigência 31 de dezembro de 2011

Base Legal CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 48/2011

Alto Bela Vista (SC), 11 de Abril de 2011.

Sérgio Luiz Schmitz

Prefeito Municipal

AGROCOMERCIAL B. S. LTDA - ME

Contratado

Contrato Administrativo N.º 49/2011

Extrato de Contrato 49/2011

Partes Município de Alto Bela Vista e Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia Ltda

Objeto Conforme resultado do julgamento do Processo de Licitação nº 014/2011, na modalidade de Convite nº 08/2011, o MUNICÍPIO, contrata com a CONTRATADA o fornecimento, de forma parcelada, segundo as necessidades da Administração, Semente de Azevém, para a utilização nos programas previstos no Planejamento Municipal para o corrente exercício.

Valor Total R\$ 8.000,00 (Oito mil reais).

Vigência 31 de dezembro de 2011

Base Legal CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 49/2011

Alto Bela Vista (SC), 11 de Abril de 2011.

SÉRGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCÓRDIA LTDA

Contratado

Antônio Carlos

PREFEITURA MUNICIPAL**Decreto N° 038/2011**

DECRETO Nº 038/2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superávit Financeiro no Orçamento Programa de 2011.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1.303 de 14 de Dezembro de 2010.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 95.641,93 para as seguintes dotações orçamentárias:

06 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.15.452.0007.1.035-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 95.641,93.

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair superávit financeiro R\$ 95.641,93.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 11 de Abril de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 11 de Abril de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Aviso de Licitação - PL Nº 65/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 065/2011; Modalidade: Pregão Presencial nº 035/2011; Tipo: Registro de Preços - Menor Preço Por Item; Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços em reposição de pavimentação Asfáltica (tapa buraco), através do uso de unidade móvel alto propulsora acoplada em caminhão especial a realização de pequenos reparos em todas as vias públicas de pavimentação asfáltica do Município de Antonio Carlos, conforme descrito no edital e seus anexos; Entrega dos envelopes e abertura: dia 29/04/2011 às 09:00 (nove) horas. Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. Fone (48) 3272-1123. Ou no site www.antonioCarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 13 de Abril de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Extrato de Dispensa de Licitação N.º 014/2011
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 014/2011

Dispensa nº: 014/2011; Processo n: 064/2011; Objeto: Locação de 100 (cem) horas de serviços com Trator de Esteira do tipo FD9, D50 ou similar, com potencia líquida mínima de 90 HP, peso operacional nominal mínimo de 11.000 KG, em perfeitas condições operacionais, ano de fabricação não inferior a 1995, para Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Município de Antonio Carlos - SC; Fundamento Legal: Artigo 24 da Lei 8.666/93; Edson Lair Decker: Ordenador de Despesas. Ratificação em 13/04/2011; Rudinei Guedert: Presidente da Comissão de Licitação; Valor: R\$ 15.500,00; Contratada: Sabiazinho Extração Mineral Ltda ME.

Antônio Carlos, 13 de Abril de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato do 3º Termo Aditivo ao Contrato N.º 183/2010
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 183/2010

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato: nº 183/2010; Origem: Processo Licitatório n.º 126/2010. Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: ENGPAV Pavimentação e Construção Ltda ME; Objeto: Execução de serviços com fornecimento de materiais e mão de obra para ampliação da rede de drenagem pluvial entre as Ruas João Henrique Pauli e João Antonio Bezen, no Município de Antonio Carlos-SC; Prorrogação de Prazo do Contrato: 30 dias, de 10/04/2011 a 09/05/2011.

Antônio Carlos, 08 de Abril de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato do 3º Termo Aditivo ao Contrato N.º 204/2010
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 204/2010

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato: nº 204/2010; Origem: Processo Licitatório n.º 139/2010; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: ENGPAV Pavimentação e Construção Ltda ME; Objeto: Execução de serviços com fornecimento de materiais e mão de obra para ampliação da rede de drenagem pluvial entre as Ruas Sete de Setembro e Fábio Salum, no Município de Antonio Carlos-SC; Prorrogação de Prazo do Contrato: 30 dias, de 17/04/2011 a 16/05/2011.

Antônio Carlos, 13 de Abril de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato do 4º Termo Aditivo ao Contrato N.º 183/2010
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 183/2010

Quarto Termo Aditivo ao Contrato: nº 183/2010; Origem: Processo Licitatório n.º 126/2010. Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: ENGPAV Pavimentação e Construção Ltda ME; Objeto: Execução de serviços com fornecimento de materiais e mão de obra para ampliação da rede de drenagem pluvial entre as Ruas João Henrique Pauli e João Antonio Bezen, no Município de Antonio Carlos-SC; Valor do Aditivo: R\$ 95.641,93; Valor do contrato aditivado: R\$ 510.862,31.

Antônio Carlos, 13 de Abril de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato de Homologação dos Inscritos - Processo 004/2001

Estado de Santa Catarina
Município de Antônio Carlos
Edital de Processo Seletivo Nº 004/2011
LISTA DOS CANDIDATOS INSCRITOS

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, homologa e torna pública a Lista de Candidatos inscritos, conforme estabelecido no Edital de Processo Seletivo Nº 004/2011.

Motorista "D"

Número Inscrição	Nome Candidato
01	Alexandre Conrat
02	Rosenilton José Koch
04	Paulo Rodolfo da Cunha
05	Hariel Pauli
06	Marcos Aurélio de Limas Giesel

Agente Comunitária de Saúde

Número Inscrição	Nome Candidato
03	Mirelle Junkes

Comunica ainda que as provas teóricas serão realizadas às 9:00 horas do dia 13/04/2011, na sede da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC, para todos os cargos, e as às 13:00 horas será realizada a prova prática, somente para o cargo de Motorista "D", realizada no pátio da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Antônio Carlos, em 11 de abril de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Arroio Trinta

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 1385, de 12 de abril de 2011.

DECRETO Nº 1385, de 12 de abril de 2011.
Autoriza Desmembramento de Área que Especifica.

O Prefeito Municipal DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o dispositivo no artigo 100, Inciso VII da Lei Orgânica do Município, e demais normas legais aplicáveis à matéria,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover o desmembramento de uma área urbana com área total de 1.453,52m², localizado na Rua Padre Agostinho, nesta cidade de Arroio Trinta, de propriedade do senhor Luiz Henrique Vottri, objeto da matrícula RG nº 24.820 do Cartório de Registro de Imóveis, Comarca de Videira - SC.

§1º. O referido desmembramento será de: área a desmembrar com 353,15m², área destinada prolongamento da servidão existente com 156,51m² e área remanescente com 943,86m².

§2º. A área com 156,51m2 (prolongamento da servidão) será anexada com a área remanescente de 943,86m2, totalizando uma área de 1.100,37m2.

§3º. O prolongamento da servidão servirá de acesso para os dois imóveis, objeto deste decreto, conforme mapa e memorial descritivo em anexo.

Art. 2º este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 12 de abril de 2011.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 0003/2011.

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0003/2011.

Tipo: Menor preço unitário.

Objeto: Aquisição de Merenda Escolar para alunos da Educação Infantil - Creche, Pré-Escolar e Ensino Fundamental, para os meses de maio a agosto de 2011, do Município de Arroio Trinta.

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada.

Entrega dos Envelopes: Até às 09:00h do dia 28/04/2011.

Abertura dos Envelopes: Às 09:15h do dia 28/04/2011.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de Expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta, 12 de abril de 2011.

CLÁUDIO SPRÍCIGO

Prefeito Municipal

Tomada de Preços Nº 0007/2011.

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Tomada de Preços nº 0007/2011.

Tipo: Menor preço unitário.

Objeto: MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES, EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES, MOBILIÁRIO EM GERAL - EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIO EM GERAL - MATERIAL E PROCESSAMENTO DE DADOS - EQUIPAMENTOS, PARA A UNIDADE DE SAÚDE CENTRAL DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E UM MOBILIÁRIO EM GERAL - EQUIPAMENTO, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA.

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada.

Entrega dos Envelopes: Até às 09:00h do dia 03/05/2011.

Abertura dos Envelopes: Às 09:30h do dia 03/05/2011.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de Expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta, 12 de abril de 2011.

GLOTILDE CASALETTO SARTORI

Secretária Municipal de Saúde

Extrato Contrato - PRAÇA de LAZER

EXTRATO CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA
CONTRATO N.º 0032/2011

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0024/2011

CARTA CONVITE Nº 0018/2011

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DE LAZER, COM MEDIDAS 35,0X14,20X9,05X35,10X12,50 X38,65M, SERÁ COMPOSTO DE PRAÇA, PAISAGISMO, ACADEMIA AO AR LIVRE E PLAYGROUND, POSSUINDO UMA ÁREA TOTAL DE 1.041,93 M² EM TERRENO DE PROPRIEDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, SITO À TESTADA PRINCIPAL DA RUA OTÍLIA B. ZARDO, AO LADO DA CÂMARA DE VEREADORES, NO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 0335640-29/2010/ MINISTÉRIO DO TURISMO, PROCESSO Nº 2623.0335640-29/2010, Nº CONVÊNIO SICONV 068474/2010 E EM CONFORMIDADE COM O PROJETO ARQUITETÔNICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA DE ORÇAMENTO. EMPRESA: D.MAVINC PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA EPP VALOR TOTAL DA OBRA : R\$ 149.953,36 (CENTO E QUARENTA E NOVE MIL, NOVECIENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS).

Biguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL

Publicação de Licitação PP 009 FMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 009/2011-FMA

OBJETO: Contratação de empresa prestadora de serviço de transporte de passageiros para uso dos produtores rurais e técnicos da Secretaria de Agricultura Desenvolvimento Rural e Aquicultura. Data da abertura da documentação e proposta de preços: 28/04/2011 às 14:00 hrs. Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um disquete ou pen-drive

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8020, 8023 e 8048.

Biguaçu 12 de Abril de 2011.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Publicação de retificação do contrato 400/2010

Publicação de retificação do contrato 400/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

GERENCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Fica retificada devido a erros de digitação a publicação realizada no dia 11/01/2011 no DOM/SC nº 654 pag. 11, referente ao Contrato 400/2010. Onde lê-se: PE 117/2009 - PMB leia-se: PP 117/2010 - PMB.

Braço do Trombudo

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 013/2011

DECRETO 013/2011 08.04.2011

SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Vilberto Muller Shovinder, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei 0666/2010 de 16.12.2010, etc

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional, suplementar no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

10.01 - Secretaria de Educação

12.365.0120.2.032 - Manutenção de merenda escolar - Creche

3390.00.00.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

12.365.0120.2.033 - Manutenção de merenda escolar - Pré- Escolar

3390.00.00.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

- Total R\$ 7.000,00

Art. 2º. Utilizar-se-á como fonte de recursos, o superávit financeiro do exercício de 2010.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 08 de abril de 2011.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Caçador

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 4.787

DECRETO nº 4.787, de 16 de março de 2011.

Aprova desmembramento de terrenos urbanos.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Municipal nº 32/80 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano e Lei nº 2.119/04,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área de 1.736,74m² (um mil, setecentos e trinta e seis metros e setenta e quatro decímetros quadrados), objeto da Matrícula nº 26.898, do R. I. desta Comarca, localizado na Rua José Maria, no Loteamento Monge João Maria, nesta cidade, de propriedade de Dejanira Borchate Berejuk, ficando após o desmembramento constituído de dois lotes, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I - Lote 1 com área de 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados), confrontando: Norte, com a rua José Maria, medindo

19,00 metros; Sul, com Dejanira Borchate Berejuk, medindo 19,66 metros; Leste, com Ernesto Lara e Indústria Tupi Ltda, medindo 18,63 metros; e Oeste, com Dejanira Borchate Berejuk, medindo 18,64 metros.

II - Lote 2 com área de 1.376,74m² (um mil, trezentos e setenta e seis metros e setenta e quatro decímetros quadrados), confrontando: Norte, em três planos, sendo o primeiro com Dejanira Borchate Berejuk, medindo 25,00 metros, no segundo plano com a rua José Maria, medindo 5,00 metros e no terceiro plano com o lote 1 de Dejanira Borchate Berejuk, medindo 19,66 metros; Sul, com Dejanira Borchate Berejuk, medindo 50,00 metros; Leste, em dois planos, sendo o primeiro com o lote 1, de Dejanira Borchate Berejuk, medindo 18,63 metros, e no segundo plano com Ernesto Lara e Indústria Tupi Ltda, medindo 30,35 metros; e Oeste, em dois planos, sendo o primeiro com Dejanira Borchate Berejuk, medindo 29,00 metros e no segundo plano com área do Município de Caçador, medindo 21,39 metros.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 2º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de março de 2011.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH

Secretário da Administração e Fazenda.

Portaria Nº 20.352

PORTARIA Nº 20.352, de 08 de abril de 2011.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso V, art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/11, que dispõe sobre plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e ainda conforme a Lei Complementar nº 209, 23/02/11, que dispõe sobre a nova Organização Administrativa da Prefeitura Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR o Senhor JOSÉ CARLOS PEREIRA DOS SANTOS, do cargo em comissão de Secretário da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento, da Prefeitura Municipal, Referência CC-1, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, pertencente ao Grupo Ocupacional Comissão, do Poder Executivo Municipal, nomeado pela Portaria nº 18.584, de 1º/01/2009, a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Caçador, em 08 de abril de 2011.

SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO

Prefeita Municipal.

Portaria Nº 20.353

PORTARIA Nº 20.353, de 08 de abril de 2011.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso V, art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/11, que dispõe sobre plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e ainda conforme a Lei Complementar nº 209, 23/02/11, que dispõe sobre a nova Organização Administrativa da Prefeitura Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR a Senhora SCHEILLA MARIA SOARES MARINS, do cargo em comissão de Secretária da Educação, da Prefeitura Municipal, Referência CC-1, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, pertencente ao Grupo Ocupacional Comissão, do Poder Executivo Municipal, nomeada pela Portaria nº 18.582, de 1º/01/2009, a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Caçador, em 08 de abril de 2011.
SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO
Prefeita Municipal.

Avisa Dispensa de Licitação 04-2011 PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA
DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2011

O Município de Caçador - SC, torna público a DISPENSA de licitação nº 04/2011, para locação de parte ideal de imóvel rural de propriedade do Sr. VICENTE BERTONI, para funcionamento da Usina de Asfalto e Britador, localizado na Rodovia SC 453, km 07, sendo que a área do imóvel a ser locada compreende 6.050,00 m2, pelo valor mensal de R\$ 953,63 (novecentos e cinquenta e três reais e sessenta e três centavos), pelo período de 12 meses, nos termos do Art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes. Maiores Informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitações, Sito Av. Santa Catarina, nº 195, e-mail: licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor ou pelo site www.cacador.sc.gov.br.

Caçador, SC, 06 de Abril de 2011.
SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO
Prefeita Municipal em Exercício

Aviso de Licitação PR 05-2011 ASSIST SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: Pregão Presencial nº 05/2011 - FMAS
TIPO: Menor Preço por Item
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS, GENEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE LIMPEZA, DESTINADOS AO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
ENTREGA DOS ENVELOPES: 14:00 Horas do Dia 02/05/2011.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:05 Horas do Dia 02/05/2011.
Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos no Departamento de Licitações, Sito Av. Santa Catarina, nº 195, e-mail: licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, SC, 12 de abril de 2011.
ANTONIO CARLOS CASTILHO
Secretário Municipal de Assistência Social

Aviso de Licitação PR 12-2011 SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR SC
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: Pregão Presencial nº 12/2011 - FMS
TIPO: Menor Preço Por Item
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÓCULOS COM ARMAÇÕES, DESTINADOS AO PLANTÃO SOCIAL.
ENTREGA DOS ENVELOPES: 14:00 Horas do Dia 29/04/2011.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:05 Horas do Dia 29/04/2011.
Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos no Departamento de Licitações, Sito Av. Santa Catarina, 195, e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 12 de Abril de 2011.
LOELY BELLAVER
Secretaria Municipal de Saúde

Aviso Dispensa de Licitação 05-2011 PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA
DISPENSA DE LICITAÇÃO 05/2011

O Município de Caçador - SC, torna público a DISPENSA de licitação nº 05/2011, para locação de parte ideal de imóvel rural de propriedade do Sr. SILVINO SCOLARO, para funcionamento da Usina de Asfalto e Britador, localizado na Rodovia SC 453, km 07, sendo que a área do imóvel a ser locada compreende 12.100,00 m2, pelo valor mensal de R\$ 1.145,18 (hum mil, cento e quarenta e cinco reais e dezoito centavos), pelo período de 12 meses, nos termos do Art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes. Maiores Informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitações, Sito Av. Santa Catarina, nº 195, e-mail: licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor ou pelo site www.cacador.sc.gov.br.

Caçador, SC, 06 de Abril de 2011.
SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO
Prefeita Municipal em Exercício

Aviso Inexigibilidade 03-2011 SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR
FUNDO MUNICIPAL DE MUNICIPAL DE SAÚDE
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 03/2011

O Município de Caçador, SC, torna público a INEXIGIBILIDADE de Licitação nº 03/2011 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PROMOÇÃO E PREVENÇÃO ÀS DST/HIV/AIDS PARA TRABALHAR DE FORMA LÚDICA E PARITICIPATIVA JUNTO AOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO, através da empresa Cooperativa paulista de teatro, com sede na cidade de São Paulo, SP pelo valor total de R\$ 21.730,00, com validade até 07/05/2011, nos termos do Artigo 25, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Caçador-SC, 07 de abril de 2.011.
LOELY BELLAVER
Secretária Municipal de Saúde

Edital de Notificação de Multa de Trânsito N. 053 1187/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 053 1187/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ADU2916	54144807D	JOAO CARLOS MUNIZ DE SOUZA	5185/1	167
AHT9548	55849650B	TRANSPORTES JOSE LUIZ LTDA ME	7366/2	252 * VI
ALM5316	54144903D	ANDERSSON BORBA DOS SANTOS	5185/1	167
CFT6785	54144763D	MAIRA ROBERTA KADES	5541/1	181 * XVII
CGS8528	55475575C	JOAO FRANCISCO GONCALVES DE ARAUJO	5541/1	181 * XVII
JOL6636	55475936C	FERNANDO FRITSCH	5428/1	181 * V
KDT8289	54144859D	ARIANA MELISSA SILVA OLIVEIRA CAMARGO	5568/0	181 * XIX
LXT4136	55481354C	CLAIR DA SILVA MILANI	5398/0	181 * II
LZE3948	54144634D	ODELIR OSORIO	5207/0	169
LZL4212	55950737B	CLAUDINEI RAFAEL RIBEIRO	6858/0	231 * VII
LZL4212	55950738B	CLAUDINEI RAFAEL RIBEIRO	5185/1	167
LZL4212	55950739B	CLAUDINEI RAFAEL RIBEIRO	5185/2	167
MBZ0879	55475935C	IGNES PETRYKOWSKI CASTELLANI	5428/1	181 * V
MBZ2995	55107564C	SONIA REGINA DA SILVA	6050/2	208
MDA4754	55479797C	JONATHAN MARTINI	7030/1	244 * I
MDA4754	55479798C	JONATHAN MARTINI	7048/1	244 * II
MDG4688	55108306C	ELIO SANTA CATARINA	6858/0	231 * VII
MDG5480	55107958C	NELVINO ZIMMER	7366/2	252 * VI
MDS2311	55951672B	DARCY DA SILVA	5738/0	186 * II
MEU6758	55475565C	ANDRE LUIZ SANTINI	5207/0	169
MFT7810	55106385C	CLAUDIA PAOLA GROCH	5541/1	181 * XVII
MHX4573	54144863D	CLAUDECIR DE OLIVEIRA	5185/2	167
MIM6190	54145904D	CLAUDIO DA SILVA	6050/1	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 8 DE ABRIL DE 2011

VINICIUS COFFERRI

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO

Edital de Notificação de Multa de Trânsito N. 053 1188/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 053 1188/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AAV5498	55108133C	JOAO AUGUSTO DA SILVA	5169/1	165
ACK7268	55107465C	PEDRO DOS SANTOS	5045/0	162 * V
AFH8397	55479610C	IVAN DA ROSA	6920/0	233
AHL8124	55478271C	VANDIR ALVES DOS SANTOS	6912/0	232
CAZ9289	55106878C	CARLOS EDUARDO RIBEIRO	5045/0	162 * V
CAZ9289	55106879C	CARLOS EDUARDO RIBEIRO	6599/2	230 * V
CAZ9289	55106880C	CARLOS EDUARDO RIBEIRO	6637/2	230 * IX
CHO9185	55107156C	EVANDRO CARLOS LEVINSKI	5010/0	162 * I
CMF1282	55108038C	VALDIR HEFLER	5169/1	165
CYE9613	55106961C	SANDRA RODRIGUES	6920/0	233
DFS7194	55107157C	CRISTIANE DE MOURA ROSA	6548/2	229
DKZ5860	55106952C	EDERSON CEZAR CARNEIRO	6920/0	233
KCZ7691	55109728C	LAURECIR BIANCHINI	6637/2	230 * IX
LWU0252	54790545C	CEDIVAL MAIBERG	6637/2	230 * IX
LWU0252	54790546C	CEDIVAL MAIBERG	6602/0	230 * VI
LWU0252	54790548C	CEDIVAL MAIBERG	6912/0	232
LXA8759	55478552C	ADILSON HOFFMANN VARELA	5010/0	162 * I
LXA8759	55479151C	ADILSON HOFFMANN VARELA	5274/1	175
LXA8759	55479152C	ADILSON HOFFMANN VARELA	6912/0	232
LXA8759	55479153C	ADILSON HOFFMANN VARELA	6726/1	230 * XVIII
LXA8759	55479154C	ADILSON HOFFMANN VARELA	5061/0	163 c/c 162 * I
LXH7819	55106989C	PAULO BATISTA	6920/0	233
LXN7860	55107155C	GIVANILDO JOSE DA SILVA	6599/2	230 * V
LXN7860	55951140B	GIVANILDO JOSE DA SILVA	6769/1	230 * XXII
LYE2946	55106943C	ODENIR EGITO MAIBERG	6599/2	230 * V
LYE2946	55106944C	ODENIR EGITO MAIBERG	5045/0	162 * V

LYF0366	55106996C	VERONI GLADUN	6920/0	233
LYG4561	55479711C	FORTUNATO BIANCHI	5010/0	162 * I
LYG4561	55479712C	FORTUNATO BIANCHI	5118/0	164 c/c 162 * I
LYG4561	55479980C	FORTUNATO BIANCHI	6599/2	230 * V
LYG4561	55479981C	FORTUNATO BIANCHI	6637/1	230 * IX
LYQ0941	55478229C	TRANSPORTES BENTO LTDA ME	6599/2	230 * V
LYQ0941	55478231C	TRANSPORTES BENTO LTDA ME	5282/0	176 * I
LYQ0941	55478232C	TRANSPORTES BENTO LTDA ME	6769/2	230 * XXII
LYQ0941	55478233C	TRANSPORTES BENTO LTDA ME	6726/1	230 * XVIII
LYX4217	55951449B	ADELMO CARNEIRO	6599/2	230 * V
LZC3799	55106953C	PATRICIA APARECIDA WEBBER DE SOUZA	6920/0	233
LZD8236	55479606C	IVO GRAFF	6920/0	233
LZQ7513	55475815C	AIDA APARECIDA RIBEIRO	6599/2	230 * V
LZQ7513	55475816C	AIDA APARECIDA RIBEIRO	5010/0	162 * I
LZQ7513	55475817C	AIDA APARECIDA RIBEIRO	5304/0	176 * III
LZT8586	55479379C	PAULO ROBERTO CADORE	5010/0	162 * I
LZT8586	55479380C	PAULO ROBERTO CADORE	6556/1	230 * I
LZX7486	55106945C	MARIA LEONILDA GONCALVES THIBES	5010/0	162 * I
LZX7486	55106946C	MARIA LEONILDA GONCALVES THIBES	5169/1	165
MAY6720	55479110C	WELINGTON CARLOS RIBEIRO	6610/2	230 * VII
MAY6720	55479111C	WELINGTON CARLOS RIBEIRO	5169/1	165
MBE1965	55106373C	NARDELI DE OLIVEIRA ROCHA	5169/1	165
MCC0456	55479370C	NAIR FORTES BAJUK	5010/0	162 * I
MCR6894	55479464C	GERSON CHAVES	6599/2	230 * V
MCS2649	55478288C	ABEL VISLOSKI	6599/2	230 * V
MDJ5953	54789845C	PEDRO LAUTERIO DE ALBUQUERQUE	6912/0	232
MDK8826	55475861C	ERMELI OZORIO	6726/1	230 * XVIII
MFO8418	54790681C	LUIZ FERNANDO GONCALVES MORAES	6599/2	230 * V
MFO8418	54790682C	LUIZ FERNANDO GONCALVES MORAES	6556/1	230 * I
MFO8418	55476203C	LUIZ FERNANDO GONCALVES MORAES	6610/1	230 * VII
MFO8418	55476204C	LUIZ FERNANDO GONCALVES MORAES	6912/0	232
MFO8418	55476205C	LUIZ FERNANDO GONCALVES MORAES	6637/2	230 * IX
MFY4940	55479258C	MARCIA DE LIMA PEREIRA	5010/0	162 * I
MFY4940	55479259C	MARCIA DE LIMA PEREIRA	6599/2	230 * V
MGJ7065	55109749C	PAULO CESAR CHAVES	5045/0	162 * V
MGS4749	55107126C	SEBASTIAO AIRTON PIRES LIMA	6637/2	230 * IX
MGS6780	55479650C	ADAO DE ALMEIDA	6920/0	233

MHQ5819

55479501C

ADAIR LINS

6912/0

232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 8 DE ABRIL DE 2011

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

Edital de Notificação de Multa de Trânsito N. 053 1189/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 053 1189/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
BPL6015	55478276C	JULIANO CARVALHO DOS SANTOS	5380/0	181 * I
BPL6015	55478277C	JULIANO CARVALHO DOS SANTOS	5398/0	181 * II
DEF2815	55482603C	JEAN CARLOS CHIMINELLI	5835/0	195
DKT4001	55478543C	ANTONIA MEDEIROS TAVARES	6394/4	220 * XIV
DKT4001	55478544C	ANTONIA MEDEIROS TAVARES	5835/0	195
LXN7860	55951141B	GIVANILDO JOSE DA SILVA	5185/1	167
LXN7860	55951142B	GIVANILDO JOSE DA SILVA	5207/0	169
LXN7860	55951143B	GIVANILDO JOSE DA SILVA	7366/2	252 * VI
LXN7860	55951144B	GIVANILDO JOSE DA SILVA	5835/0	195
LXZ2035	55108192C	PAULO VANDERLEI PINZIGHER	5835/0	195
MBW7443	54790453C	ARIOBALDO ROBERTO DE SOUZA	6076/0	210
MBW7443	54790455C	ARIOBALDO ROBERTO DE SOUZA	7048/2	244 * II
MBW7443	54790456C	ARIOBALDO ROBERTO DE SOUZA	7064/0	244 * IV
MEP9170	55849630B	ILSON VANDERLEI DE LIMA	6530/0	228
MFC0384	55479209C	SIDNEY MARTINS GOMES DE CAMPOS	5835/0	195
MFC0384	55479210C	SIDNEY MARTINS GOMES DE CAMPOS	5185/1	167
MFT9574	55106463C	BWR LTDA ME	7030/2	244 * I
MGA6170	55475901C	LEOCIR PAULO	5568/0	181 * XIX
MGT9692	54789856C	LOURENCO ADEMIR DIAS	6491/0	227 * II
MHF5048	55478531C	THIAGO GODOY	7030/2	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 8 DE ABRIL DE 2011

VINICIUS COFFERRI

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO

Edital de Notificação de Multa de Trânsito N. 584 452/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 584 452/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AFS8000	8584000320	RENATO PARIZOTTO	7455/0	218 * I
AFS8000	8584000378	RENATO PARIZOTTO	7455/0	218 * I
AHI3917	8584025925	VALDECI DOS SANTOS	7463/0	218 * II
BTQ4099	8584000159	MARIA CLEUSA GOMES DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
DRG6971	8584025845	DIVA BERVIAN	7455/0	218 * I
MEG9199	8584000391	ORLANDO MAZZURANA	7455/0	218 * I
MEO6019	8584025853	MANOEL DOMINGOS	7455/0	218 * I
MFK0397	8584000283	THIAGO LEMONI	7463/0	218 * II
MFV0043	8584025862	ATAIDES BATISTA PADILHA	7455/0	218 * I
MGI8654	8584000244	FRANCISCO MOREIRA MACIEL	7455/0	218 * I
MGW2520	8584000136	ANDRE MAURICIO DE SOUZA	7455/0	218 * I
MHF7702	8584000164	ULIR EDEMAR SCOLARO	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 8 DE ABRIL DE 2011

VINICIUS COFFERRI

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO

Edital de Notificação de Multa de Trânsito N. 584 453/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 9

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 584 453/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AAJ3819	8584011941	LAURO PAULA MARCAL	7455/0	218 * I
AAU7149	8584011236	LEODOVICO RODRIGUES FERREIRA	7455/0	218 * I
AAW1671	8584003609	SEBASTIAO BASTOS DE MORAES	7463/0	218 * II
ABS2909	8584005357	CLAUDIOMIR DOMINGOS SAGIORATTO	7455/0	218 * I
ABS2909	8584011121	CLAUDIOMIR DOMINGOS SAGIORATTO	7455/0	218 * I
ABS2909	8584013220	CLAUDIOMIR DOMINGOS SAGIORATTO	7455/0	218 * I
ABY8442	8584011032	ANTONIO BELAVER	7455/0	218 * I
ABY8442	8584012732	ANTONIO BELAVER	7455/0	218 * I
ABY8442	8584013056	ANTONIO BELAVER	7455/0	218 * I
ABZ2729	8584003489	ENIO HAMESTER	7463/0	218 * II
ACV1252	8584006987	VALTUIR PONTES	7455/0	218 * I
ADB6293	8584014490	LORENI DA LUZ LIMA	7471/0	218 * III
ADF3402	8584003595	VANDERLEI BERNARDI	7455/0	218 * I
ADJ7355	8584013840	EZIO FERREIRA DOS SANTOS	7455/0	218 * I
ADM6610	8584012116	LENITA TRINDADE DOS SANTOS	7455/0	218 * I
ADM6610	8584012515	LENITA TRINDADE DOS SANTOS	7455/0	218 * I
ADM6610	8584012914	LENITA TRINDADE DOS SANTOS	7455/0	218 * I
ADS0628	8584012497	LUCIO JESUS LOPES	7463/0	218 * II
ADZ6872	8584014023	GIULIANO CORREA BRANCO	7455/0	218 * I
AEY1468	8584011002	VANDERLEI BAPTISTELLA	7455/0	218 * I
AFJ3360	8584010302	ANGELO BAZZONI	7463/0	218 * II
AGD9060	8584018081	CLAUDEMIR DOS SANTOS	7455/0	218 * I
AHH3718	8584017704	VALTER KAPP	7463/0	218 * II
AHV2658	8584011559	ADILSON JOSE DE SOUZA	7455/0	218 * I
AHV2658	8584011560	ADILSON JOSE DE SOUZA	7455/0	218 * I
AHZ6923	8584013826	LAURENTINO ANDRADES DE MORAIS	7455/0	218 * I

AIC4371	8584018164	JOELSON KRAEMER	7455/0	218 * I
AI13489	8584011254	JOAO MIGUEL DENIZ	7455/0	218 * I
AJK8313	8584017569	LUIZA DE MATIAS CASTILHO	7455/0	218 * I
AKD4180	8584011633	OSNI VALTER	7455/0	218 * I
AKK8368	8584017519	SIDELI DOS PASSOS	7455/0	218 * I
ALD6509	8584013881	ADELICIO ROSA FARIAS	7463/0	218 * II
ALP7152	8584012123	MAURICIO VATRIN LIMA	7455/0	218 * I
AMV2642	8584018035	DANIELE BARPP SULSBACH	7455/0	218 * I
ANC9800	8584013417	ADALTO SANTOS DA ROSA	7455/0	218 * I
AQN4930	8584013640	SOELI MOREIRA DA COSTA ANTUNES	7455/0	218 * I
ARK3366	8584017691	VALDECIR ANTUNES	7455/0	218 * I
ARK3366	8584018042	VALDECIR ANTUNES	7455/0	218 * I
ARZ0700	8584011296	GILMAR MARTINI	7463/0	218 * II
ATY7700	8584013704	RUBERLEI SCHIMITT DE JESUS	7455/0	218 * I
AVV3700	8584017609	VOLNEI CARLOS MARTINS	7463/0	218 * II
BHO9875	8584013367	SERGIO PAES MAURICIO	7455/0	218 * I
BMH9429	8584010041	DALCIR JOAQUIM NEIS	7455/0	218 * I
BNO4580	8584003569	SEBASTIAO TIBES EVANGELISTA	7463/0	218 * II
BOW5276	8584003571	JOSE CARLOS RIBEIRO ALVES	7463/0	218 * II
BPF5675	8584012580	IVO ALBERTO KROETZ	7455/0	218 * I
BWC9483	8584010205	WALDEMAR PEREIRA	7455/0	218 * I
CAE5443	8584003102	ANTONIO MARCELO DE SOUZA	7463/0	218 * II
CDA4959	8584014158	SAVIO DO PRADO	7455/0	218 * I
CFR5953	8584013680	ROSA MELO	7455/0	218 * I
CFW3138	8584011451	CARLINHOS DE SOUZA	7455/0	218 * I
CFW3138	8584011452	CARLINHOS DE SOUZA	7455/0	218 * I
CIU3357	8584003817	AMADEU BUENO FERREIRA	7455/0	218 * I
CIU3357	8584010026	AMADEU BUENO FERREIRA	7455/0	218 * I
CIU3357	8584010261	AMADEU BUENO FERREIRA	7455/0	218 * I
CIU3357	8584010417	AMADEU BUENO FERREIRA	7455/0	218 * I
CIU3357	8584011003	AMADEU BUENO FERREIRA	7455/0	218 * I
CIU3357	8584011544	AMADEU BUENO FERREIRA	7463/0	218 * II
CIU3357	8584013305	AMADEU BUENO FERREIRA	7463/0	218 * II
CKD9455	8584010336	LUCIANE RIBEIRO DOS SANTOS COGUTA	7455/0	218 * I
CVU6828	8584017454	MARCOS SYMCZACK	7463/0	218 * II
CXY8105	8584012173	LINDOLFO KRUGER	7455/0	218 * I
CYD1433	8584012149	JOAO ALBERTO MORAES	7455/0	218 * I

DAY4635	8584017520	LOENIR CAPELETO	7463/0	218 * II
DAY4635	8584017526	LOENIR CAPELETO	7463/0	218 * II
DDD1002	8584011867	NAZIRA CORDEIRO DE CARVALHO	7463/0	218 * II
DDD1002	8584011904	NAZIRA CORDEIRO DE CARVALHO	7463/0	218 * II
DDZ5398	8584017615	ERNESTILDES LUIZ DE LARA	7455/0	218 * I
DHR2130	8584011287	ADEMIR JOSE FERRERA	7455/0	218 * I
EAS7156	8584018215	LUIZ BORGES SORGATTO	7463/0	218 * II
HSC6592	8584018125	NELSON SALVADOR	7455/0	218 * I
IAY2752	8584009992	PEDRO ROMAGNA	7455/0	218 * I
IAY2752	8584013447	PEDRO ROMAGNA	7455/0	218 * I
IBU0561	8584004115	VOLNEI RODRIGUES	7455/0	218 * I
IBU0561	8584006763	VOLNEI RODRIGUES	7463/0	218 * II
IBX4379	8584014422	MARGARIDA RIBAS	7455/0	218 * I
ICI5723	8584010203	JURANDIR ALVES FERNANDES	7463/0	218 * II
ICI5723	8584010229	JURANDIR ALVES FERNANDES	7463/0	218 * II
ICI5723	8584010413	JURANDIR ALVES FERNANDES	7463/0	218 * II
ICI5723	8584010420	JURANDIR ALVES FERNANDES	7463/0	218 * II
ICI5723	8584010470	JURANDIR ALVES FERNANDES	7463/0	218 * II
ICT0786	8584013501	PEDRO MELLER DE CAMPOS	7455/0	218 * I
IDP3166	8584014506	ADAIR JOAO TAMAGNO	7455/0	218 * I
IEE5641	8584014105	JORGE NETO PEREIRA	7455/0	218 * I
IEW1474	8584017718	CLEUSA SALETE MULLER	7455/0	218 * I
IEW1474	8584017741	CLEUSA SALETE MULLER	7455/0	218 * I
IIE0141	8584012853	ILCE PICCOLI DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
IPU0007	8584014501	ROGERIO JOSE STANKEVICZ	7455/0	218 * I
IPU0007	8584014521	ROGERIO JOSE STANKEVICZ	7455/0	218 * I
IQO9760	8584013496	HONEIDE MARTINS GUESSER	7471/0	218 * III
JNZ1669	8584013825	GERALDO DOS SANTOS MARTINS	7455/0	218 * I
KED7308	8584011250	HERCILIO CESAR MACIEL	7455/0	218 * I
LIN0200	8584010502	AGNALDO LUIZ DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
LNx1041	8584016238	VIVIANA FLORIANO	7455/0	218 * I
LNx1041	8584016404	VIVIANA FLORIANO	7463/0	218 * II
LWR1019	8584017444	JAIR ANTONIO RIBEIRO	7463/0	218 * II
LWW9097	8584011309	ANELDO KLUG	7455/0	218 * I
LWZ6560	8584012036	FLORINDO DE JESUS BOMFIM	7455/0	218 * I
LXE3188	8584003494	ADAO FRANCISCO MENDES	7455/0	218 * I
LXI5121	8584014110	IVANIR DE QUADRO DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I

LXI5917	8584003522	VALDO SIRIO RIBEIRO BORGES	7455/0	218 * I
LXM8445	8584013490	ANA MOREIRA DOS SANTOS	7455/0	218 * I
LXO6563	8584011868	MARIO JOSE FELIPE	7455/0	218 * I
LXQ9293	8584010136	TERESINHA DA SILVA	7463/0	218 * II
LXR4645	8584013863	EZIQUEL PEREIRA	7455/0	218 * I
LXR4645	8584013913	EZIQUEL PEREIRA	7455/0	218 * I
LXU4677	8584014305	LEANDRO BARBOSA VELOZO	7455/0	218 * I
LXV3941	8584009996	LEONEL MULLER	7455/0	218 * I
LXV9558	8584016093	FERNANDO CARLOS MEZZAROBBA E IDITE S. BORTOLOSO I	7463/0	218 * II
LXW4819	8584018097	POLPA DE MADEIRAS LTDA	7463/0	218 * II
LXX8408	8584018145	FLORIO GAZDZICKI	7463/0	218 * II
LXZ9822	8584003605	MARI SALETE PRIMAIO	7455/0	218 * I
LXZ9822	8584003641	MARI SALETE PRIMAIO	7463/0	218 * II
LYA1837	8584012165	FERNANDA BRESCIANI NORA	7455/0	218 * I
LYA1837	8584012634	FERNANDA BRESCIANI NORA	7455/0	218 * I
LYC3079	8584014075	IRENE DIAS DA SILVA	7455/0	218 * I
LYC3079	8584014161	IRENE DIAS DA SILVA	7463/0	218 * II
LYD7544	8584012750	CLAUDIR BACH	7455/0	218 * I
LYF1442	8584006246	VANDERLEI HERTES	7455/0	218 * I
LYF2978	8584018149	LANDILA ZOLANDECK	7455/0	218 * I
LYJ6305	8584011210	MARIA DE LOURDES DE OLIVEIRA	7463/0	218 * II
LYK5792	8584012183	ODAIR ANTONIO BORSATO	7471/0	218 * III
LYK5792	8584012451	ODAIR ANTONIO BORSATO	7455/0	218 * I
LYK8811	8584017487	PAULO CESAR EVALD	7455/0	218 * I
LYK8815	8584000188	ARILDO RODRIGUES DA SILVA	7463/0	218 * II
LYK8815	8584004054	ARILDO RODRIGUES DA SILVA	7455/0	218 * I
LYN4161	8584016462	JOSE VALDIR DE OLIVEIRA MELLO	7455/0	218 * I
LYO8089	8584014675	JOSE DE GOES	7455/0	218 * I
LYQ8262	8584014089	MARIA DE FATIMA CAMARGO	7463/0	218 * II
LYT9572	8584017680	ROGER SERPA	7463/0	218 * II
LYU5931	8584018147	ELIZEU ALVES GUIDIO	7455/0	218 * I
LYV6995	8584010045	NADIR SUSIN	7463/0	218 * II
LYX1686	8584009986	TIAGO CRUZ DE SOUZA	7463/0	218 * II
LYX2451	8584010106	MARIA EVA ANTUNES DE SOUZA	7463/0	218 * II
LYY4949	8584010037	ALFREDO LIPKA	7455/0	218 * I
LYY4949	8584011622	ALFREDO LIPKA	7455/0	218 * I
LYY4949	8584014572	ALFREDO LIPKA	7455/0	218 * I

LYY4949	8584018099	ALFREDO LIPKA	7455/0	218 * I
LYY9979	8584003577	LUIZ GONCALVES	7463/0	218 * II
LZE7535	8584014510	IDELFONSO SANTOS CAPINELLI	7463/0	218 * II
LZG4230	8584010380	SIRLENE DE FATIMA PEREIRA	7455/0	218 * I
LZG4230	8584012911	SIRLENE DE FATIMA PEREIRA	7455/0	218 * I
LZJ5109	8584017598	NELSON IRENEU BONFIM	7455/0	218 * I
LZL6801	8584012208	SEBASTIAO JADIR CAMARGO	7455/0	218 * I
LZM9961	8584014335	FRANCISCO RECH	7455/0	218 * I
LZM9961	8584014338	FRANCISCO RECH	7463/0	218 * II
LZN4582	8584016131	ANTONIO ADRIANO	7455/0	218 * I
LZR8129	8584016452	MARGALI SCHNEIDER	7455/0	218 * I
LZT9725	8584003662	WILSON NUNES PIRES	7471/0	218 * III
LZT9725	8584004346	WILSON NUNES PIRES	7463/0	218 * II
LZU1294	8584012980	COMERCIO DE CARNES MASTER LTDA ME	7455/0	218 * I
LZU7840	8584013510	ROMILDO TODT	7455/0	218 * I
LZU7840	8584013664	ROMILDO TODT	7455/0	218 * I
LZV1480	8584003380	JENNIFER MAIA ADRIANO	7463/0	218 * II
LZV1907	8584016239	ALVACIR MORAES TIBRES	7455/0	218 * I
LZV3864	8584003431	TEREZA BEATRIZ BRACIAK	7463/0	218 * II
LZV3864	8584003557	TEREZA BEATRIZ BRACIAK	7463/0	218 * II
LZX4508	8584011902	JOSE CALHAN DE FIGUEREDO	7455/0	218 * I
MAJ5233	8584016278	ADAIR ROQUE ALVES DE CARVALHO	7463/0	218 * II
MAM3535	8584018206	ASSIS OMIRO ANDRADE DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
MAO7075	8584005355	JURACI MORIGGI	7455/0	218 * I
MAQ2769	8584010251	MARCOS VIEIRA	7455/0	218 * I
MAQ5752	8584005044	ELEDIR TEREZINHA MULLER	7463/0	218 * II
MAQ5752	8584005046	ELEDIR TEREZINHA MULLER	7463/0	218 * II
MAQ6882	8584011402	VERA MARIA DOS SANTOS SILVA	7455/0	218 * I
MAT1564	8584011088	SILVERIO ROQUE GONCALVES	7455/0	218 * I
MAT1564	8584011090	SILVERIO ROQUE GONCALVES	7455/0	218 * I
MAT6880	8584018216	MILTON KASPER	7455/0	218 * I
MAV0174	8584014341	MOISES CLAUDINO	7463/0	218 * II
MAV0174	8584014347	MOISES CLAUDINO	7455/0	218 * I
MAV0174	8584014467	MOISES CLAUDINO	7455/0	218 * I
MAV5072	8584017549	FAGNER PEREIRA DOS SANTOS	7455/0	218 * I
MAY2025	8584011464	NILSA FERREIRA LOPES	7455/0	218 * I
MAY2025	8584012057	NILSA FERREIRA LOPES	7455/0	218 * I

MAY5051	8584003602	TATIANE ALESANDRA TEODOSIO	7463/0	218 * II
MBA4567	8584014820	MARCELINO SERGIO SCHIER	7455/0	218 * I
MBC9618	8584016163	SOLANGE FATIMA DAHMER	7463/0	218 * II
MBE1546	8584012110	ADELAR TILHA	7455/0	218 * I
MBF0205	8584017668	VOLNEI CESAR MAGEDANS	7455/0	218 * I
MBR5887	8584003428	FIORAVANTE MENEGOTTO	7455/0	218 * I
MBR5887	8584003491	FIORAVANTE MENEGOTTO	7455/0	218 * I
MBT1244	8584012480	EVANDRO FERREIRA DA COSTA	7455/0	218 * I
MBU5841	8584017500	MARIA ROSSETTI	7455/0	218 * I
MBY9236	8584013349	JOSE JUGLAIR FRYDE	7455/0	218 * I
MBZ5676	8584018067	AURELIO DA SILVA	7455/0	218 * I
MCA3783	8584011987	DILSON MORAES	7463/0	218 * II
MCB0618	8584008962	GLADIMIR LUIZ GAFURI	7463/0	218 * II
MCC9087	8584016386	JOSE RODRIGUES DE QUADROS	7455/0	218 * I
MCD0982	8584013030	JOSE LUIZ DOMINGUES	7455/0	218 * I
MCH4125	8584009925	ARCELIO HONORATO DA SILVA	7455/0	218 * I
MCH4727	8584016286	LUIZ CARLOS PERAZZOLLI	7455/0	218 * I
MCH7841	8584013434	CARLOS GALLE CARNEIRO	7455/0	218 * I
MCJ6063	8584010101	CLAUDIA CRISTINA SMITH	7455/0	218 * I
MCK2678	8584017667	NELSON FERREIRA	7455/0	218 * I
MCK8363	8584009056	EZONIR SEBOLD	7455/0	218 * I
MCL6156	8584014431	ALCEU LIPKA	7455/0	218 * I
MCQ0312	8584012707	ANDRE MACHADO TOMAZ	7463/0	218 * II
MCR5119	8584016143	VALDEVINO PAVE	7463/0	218 * II
MCR8404	8584003123	INES DALO	7455/0	218 * I
MCT0540	8584005243	EZEQUIEL PIROLI	7455/0	218 * I
MCW2118	8584012200	HELIO NEVES VICENTE	7455/0	218 * I
MCY7557	8584014447	ARLINDO JOSE DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
MCZ1588	8584018132	SIRLEY DE MATOS	7463/0	218 * II
MCZ1588	8584018134	SIRLEY DE MATOS	7471/0	218 * III
MCZ9398	8584018228	DIEGO FARIAS	7463/0	218 * II
MDA5422	8584012778	MAIRA OLINDA SANT ANA	7463/0	218 * II
MDA7598	8584011533	IZABEL DAPONT KROLL	7455/0	218 * I
MDA7598	8584011537	IZABEL DAPONT KROLL	7455/0	218 * I
MDC4711	8584017592	ANTONIO LUIZ HENRIQUE RAMOS DA SILVA	7463/0	218 * II
MDC4711	8584017597	ANTONIO LUIZ HENRIQUE RAMOS DA SILVA	7463/0	218 * II
MDE7220	8584003588	SALETE APARECIDA FRANCA	7471/0	218 * III

MDQ2007	8584013084	CELSE JOSE BELLAVER	7463/0	218 * II
MDT0867	8584017471	RODRIGO PERETTI	7463/0	218 * II
MDT7652	8584009976	ALDORI GRAMZA	7455/0	218 * I
MDW6461	8584011408	VOLMIR VIEIRA MELLO	7455/0	218 * I
MDX9552	8584014377	ALMIR RODRIGUES FERREIRA	7463/0	218 * II
MDY8709	8584017623	JOSUE NUNES DE ALMEIDA	7463/0	218 * II
MEE4701	8584018114	DOMINGOS LOPES	7463/0	218 * II
MEF7826	8584014551	AFONSO SCOLARO	7463/0	218 * II
MEF8079	8584010359	KATIA TOREZAN	7455/0	218 * I
MEG3063	8584009887	CLEUSA TEREZINHA CZRNHAK	7455/0	218 * I
MEG3063	8584011481	CLEUSA TEREZINHA CZRNHAK	7455/0	218 * I
MEL8477	8584014966	MAURA WILBERT	7463/0	218 * II
MEN4846	8584010890	INIDINA TERESA TESSER SORGATO	7463/0	218 * II
MEO6344	8584010474	ELENICE TESSER BALATKA	7455/0	218 * I
MET5818	8584005683	MARIANA SUSIN FRIGOTTO	7455/0	218 * I
MEU8741	8584018056	SANDRO EDUARDO DA COSTA	7463/0	218 * II
MFC3120	8584012976	CLEONICE FERRAZ DE OLIVEIRA GUDAS	7455/0	218 * I
MFC3120	8584014444	CLEONICE FERRAZ DE OLIVEIRA GUDAS	7463/0	218 * II
MFC8871	8584016331	ILOIR DOS SANTOS PAULA	7455/0	218 * I
MFC8871	8584016339	ILOIR DOS SANTOS PAULA	7463/0	218 * II
MFE7272	8584011989	ALZIR FELIX TROWICH	7471/0	218 * III
MFF2307	8584011277	LEONIR SEVERO	7471/0	218 * III
MFF9936	8584010036	NILSON SCHAEGLER	7455/0	218 * I
MFF9936	8584010279	NILSON SCHAEGLER	7455/0	218 * I
MFF9936	8584012532	NILSON SCHAEGLER	7455/0	218 * I
MFH9317	8584017733	ALCEU FLORES	7455/0	218 * I
MFI1986	8584018053	LOTHAR SASSE	7455/0	218 * I
MFK5945	8584005642	DANIELLE NAVIA VALERIO	7455/0	218 * I
MFM7157	8584012007	MAICON VITORETI MODOLON	7455/0	218 * I
MFS9323	8584017607	WANDERLEY TEODORO	7455/0	218 * I
MFT4697	8584010212	ALFREDO LIPKA	7463/0	218 * II
MFT4697	8584010345	ALFREDO LIPKA	7455/0	218 * I
MFT4697	8584010512	ALFREDO LIPKA	7455/0	218 * I
MFT4697	8584011540	ALFREDO LIPKA	7463/0	218 * II
MFW6561	8584010051	ADEMAR SCHERMACK PEIL	7455/0	218 * I
MFX4809	8584011212	CLARICE SCHUMANN CONTE	7455/0	218 * I
MGC0065	8584010376	LEOCIR JOSE BERNART	7455/0	218 * I

MGD6347	8584017620	VOLNEI GOMES	7455/0	218 * I
MGG7525	8584005654	YONY SAUL MELLO DELFINO	7455/0	218 * I
MGI5576	8584014419	ARI RIBEIRO PINTO	7455/0	218 * I
MGI6585	8584017570	MARIANA COELHO DE SOUZA	7463/0	218 * II
MGJ7689	8584014291	CLAUDIOMIR DOMINGOS SAGIORATTO	7463/0	218 * II
MGL0477	8584014526	RODRIGO SEGER	7455/0	218 * I
MGL4776	8584016428	SILVIO PEREIRA	7455/0	218 * I
MGL9514	8584012115	LUIZANA FRANCOZI	7455/0	218 * I
MGL9514	8584012117	LUIZANA FRANCOZI	7463/0	218 * II
MGM9064	8584011103	ALCIDES MENEGATTI	7455/0	218 * I
MGN8666	8584013727	AUREO RIBEIRO DOS SANTOS	7455/0	218 * I
MGR8304	8584010375	VICENTE BERTONI	7455/0	218 * I
MGS3076	8584014010	JAIMIR SCHMIDTES	7455/0	218 * I
MGS5744	8584011278	MARLENE APARECIDA GOMES	7455/0	218 * I
MGT2342	8584009881	VALENTIN BRESSAN	7455/0	218 * I
MGU7992	8584010480	JAIME MANOEL DE SOUZA	7455/0	218 * I
MGU7992	8584010481	JAIME MANOEL DE SOUZA	7463/0	218 * II
MGU7992	8584010817	JAIME MANOEL DE SOUZA	7463/0	218 * II
MGU7992	8584012604	JAIME MANOEL DE SOUZA	7455/0	218 * I
MGW2520	8584014538	ANDRE MAURICIO DE SOUZA	7455/0	218 * I
MGW5610	8584011613	ALCIDES MORIGGI	7455/0	218 * I
MGW9525	8584011494	KARINE DOBROSINSKI	7455/0	218 * I
MGX0376	8584008970	PAULO RONCHI	7463/0	218 * II
MGY8134	8584012910	CLAUDINO BALDICERA	7455/0	218 * I
MHB7838	8584014601	EDSON ANTONIO CARVALHO	7455/0	218 * I
MHG8402	8584012805	VALMIR ANTONIO VENTURIN	7455/0	218 * I
MHH9735	8584003514	ANITA TEREZINHA DA SILVA	7455/0	218 * I
MHI1806	8584012038	RICARDO BECKER	7455/0	218 * I
MHK4854	8584010090	MARLI ZIMMERMANN	7463/0	218 * II
MHK4854	8584012752	MARLI ZIMMERMANN	7455/0	218 * I
MHP1488	8584018296	L E M SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA	7455/0	218 * I
MHQ4275	8584014288	MARIA CLENICE MASIERO	7455/0	218 * I
MHQ9738	8584018021	BERNARDINO BORGES ARRUDA	7463/0	218 * II
MHR1576	8584016392	LUZIA SANTIAN	7455/0	218 * I
MHS3115	8584009922	SUSIMARA APARECIDA DALGALLO	7463/0	218 * II
MHT5016	8584016226	JEFFERSON ROLDAO ANACLETO	7463/0	218 * II
MHT5016	8584016272	JEFFERSON ROLDAO ANACLETO	7455/0	218 * I

MHT5016	8584016429	JEFFERSON ROLDAO ANACLETO	7463/0	218 * II
MHU0210	8584017478	ISAIAS TOBIAS CASTILHO	7455/0	218 * I
MHU4895	8584018194	ALBERI LEMES DE SOUZA	7455/0	218 * I
MHX8313	8584013820	EDENILSO PEREGO E CIA LTDA EPP	7455/0	218 * I
MIB3297	8584017565	IVONETE DOS SANTOS PAULO	7471/0	218 * III
MIE4617	8584013181	SABINA CRIVELATTI PASQUAL	7471/0	218 * III
MIK9800	8584018050	ARNALDO MEURER	7463/0	218 * II
MIK9800	8584018150	ARNALDO MEURER	7463/0	218 * II
MJH2288	8584003243	TELLUS TRANSPORTES LTDA	7455/0	218 * I
MMA0006	8584016209	ADRIANO NOVAES DOS SANTOS	7463/0	218 * II
MQA2662	8584011849	ARI ADALBERTO DUARTE	7463/0	218 * II
NEZ4581	8584014376	JANAINA ADRIANA VIEIRA DE MELLO	7455/0	218 * I
NGR3436	8584014345	MARCELO LUIS GONZATTO	7463/0	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 8 DE ABRIL DE 2011

VINICIUS COFFERRI

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO

Edital Notificação Multa Trânsito N. 053 1186/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 053 1186/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ACK2910	55481553C	ESTEFANO LACHENSKI	6599/2	230 * V
ACK2910	55481554C	ESTEFANO LACHENSKI	6726/1	230 * XVIII
AIA8905	55106424C	UDENIR CASAGRANDE	6599/2	230 * V
AJY9623	55479528C	SANDRO MOCELLIN	6599/2	230 * V
AJY9623	55479529C	SANDRO MOCELLIN	5010/0	162 * I
ALG5651	55107054C	ELIZABETE REGINA CIMA	6920/0	233
GKC5005	55107057C	ANDREI FERNANDO ZANELLA	6920/0	233
ICR2934	55848900B	ALDACIR LUIZ GIRARDI	6670/0	230 * XIII
LWX0754	54789795C	MARCILENE DE FATIMA SCHWARTZ	6610/2	230 * VII
LXA4457	54144623D	JOSE LEOVIR CARDOSO	5274/2	175
LXA4457	54144624D	JOSE LEOVIR CARDOSO	5010/0	162 * I
LXT4136	55479799C	CLAIR DA SILVA MILANI	5045/0	162 * V
LXT4136	55479800C	CLAIR DA SILVA MILANI	6653/1	230 * XI
LXT6456	55110422C	TIAGO JOSIMAR BRUXEL	5010/0	162 * I
LXT6456	55110428C	TIAGO JOSIMAR BRUXEL	6599/2	230 * V
LXU9553	55106774C	FLORDELINO GARBOZZA ME	6912/0	232
LXU9553	55480024C	FLORDELINO GARBOZZA ME	6599/2	230 * V
LYQ7438	55951669B	NEOMAR ALMOA	6769/3	230 * XXII
LYQ7438	55951670B	NEOMAR ALMOA	6599/2	230 * V
LZL4212	55478298C	CLAUDINEI RAFAEL RIBEIRO	6610/2	230 * VII
LZL4212	55478299C	CLAUDINEI RAFAEL RIBEIRO	5045/0	162 * V
LZY8144	55479146C	ANTONIO MACOS SOBRINHO	6599/2	230 * V
MAA7673	55478903C	ANIRDO BECKER	6912/0	232
MBA5860	55107045C	JOAO ROMILDO CORREIA JUNIOR	6920/0	233
MBD9221	55106839C	CLEUZA APARECIDA CALIXTO	6610/2	230 * VII
MCP7136	55108309C	JOSEMAR FERREIRA DOS SANTOS	5045/0	162 * V

MCP7136	55108310C	JOSEMAR FERREIRA DOS SANTOS	6653/2	230 * XI
MDG4688	55108305C	ELIO SANTA CATARINA	6670/0	230 * XIII
MFA1840	55475942C	COSMA PEREIRA URBANO	5169/1	165
MFA1840	55475943C	COSMA PEREIRA URBANO	5169/1	165
MFA1840	55475944C	COSMA PEREIRA URBANO	6599/2	230 * V
MFA1840	55475945C	COSMA PEREIRA URBANO	6912/0	232
MFC0384	55106842C	SIDNEY MARTINS GOMES DE CAMPOS	6700/1	230 * XVI
MFK6505	55479518C	EDSON FABIANO CHAVALA	6599/2	230 * V
MFK6505	55479519C	EDSON FABIANO CHAVALA	6912/0	232
MGS7686	55478716C	DIECO SCHULER	6599/2	230 * V
MHJ8582	54789694C	ANDREI PAULINO	5010/0	162 * I
MHJ8582	54789695C	ANDREI PAULINO	5118/0	164 c/c 162 * I
MIO9299	55481302C	MARCOS DE OLIVEIRA MORAES	5010/0	162 * I
MIO9299	55481303C	MARCOS DE OLIVEIRA MORAES	5118/0	164 c/c 162 * I
MJG9499	55478568C	ANGELA ROSA	5010/0	162 * I
MJG9499	55481319C	ANGELA ROSA	5010/0	162 * I
MJG9499	55481320C	ANGELA ROSA	5118/0	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 8 DE ABRIL DE 2011

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

CÂMARA DE VEREADORES

Decreto Legislativo Nº 171, de 12 de Abril de 2011.
DECRETO LEGISLATIVO Nº 171, DE 12 DE ABRIL DE 2011.
Homologa o Termo Convênio, celebrado entre o Município de Caçador e à empresa Curtume Viposa S/A Comércio.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 11 de abril de 2011, aprovou e ele promulga o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica homologado o Termo Convênio, celebrado entre o Município de Caçador e à empresa Curtume Viposa S/A e Comércio, inscrita no CNPJ sob o nº 83.054.437/0001-35, com sede na Rua Moacir Sampaio, nº 532, nesta cidade de Caçador, objetivando a cooperação pedagógica que integra o sistema municipal de ensino para complementação do Ensino Infantil, de creches e pré-escola a ser oferecido pelo Município de Caçador, colocando à disposição professores, corpo técnico/pedagógico, servente e merendeira, conforme Termo de Convênio que fica fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 2011.
CARLOS EVANDRO LUZ,
Presidente, em Exercício.

WILSON LUIZ BINOTTO,
1º Secretário, em Exercício.

Resolução Nº 36, de 12 de abril de 2011.

RESOLUÇÃO Nº 36, de 12 de abril de 2011.

Instaura sindicância para apurar a responsabilidade sobre o envio da Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte - DIRF-2010, da Câmara Municipal de Caçador em data posterior ao prazo estabelecido em lei.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais constantes no art. 269, II da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004 e com fundamento nos arts. 185 e ss. do referido Diploma Legal,

R E S O L V E

Art. 1º Designar, os servidores públicos municipais JULIANA MACIEL KOHL, NILSE DE FATIMA DO NASCIMENTO e JOSÉ ARI LINS para, sob a presidência da primeira e secretaria da segunda, constituir Comissão Sindicante com incumbência de apurar a responsabilidade sobre o envio da Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte - DIRF-2010, da Câmara Municipal de Caçador em data posterior ao prazo estabelecido em lei.

Art. 2º A Comissão tem o prazo de 30(trinta) dias para conclusão dos trabalhos, a contar da publicação desta resolução, podendo, por pedido fundamentado da Comissão ser prorrogado por igual período.

Art. 3º Determinar que a Comissão providencie as provas que julgar necessárias para a completa apuração dos fatos.

Art. 4º Esta Resolução entra vigor em 12 de abril de 2011.

Gabinete da Presidência, 12 de abril de 2011.

CARLOS EVANDRO LUZ,
Presidente

WILSON LUIZ BINOTTO,
1º Secretário

Campo Alegre**PREFEITURA MUNICIPAL****Portaria Nº 8.152 de 04 de Abril de 2011**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.152 DE 04 DE ABRIL DE 2011

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Prorrogar a Licença para Tratamento de Saúde do Servidor - Instrutor de Música - MAURO LUIS SCHOLZE, matrícula nº 000015, por motivo de doença, pelo período de 21 de março de 2011 à 22 de maio de 2011.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Art. 1º desta Portaria, será custeada pelo IPRECAL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos à 21 de março de 2011.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 04 de abril de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 04/04/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.153 de 04 de Abril de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.153 DE 04 DE ABRIL DE 2011

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora - Agente Operacional I - MARIA CRISTINA MARCINIACK MUNHOZ, matrícula nº 335, por motivo de doença, pelo período de 09 de março de 2011 à 24 de abril de 2011.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres públicos do Tesouro Municipal - Poder Executivo a partir de 09 de março de 2011 á 23 de março de 2011, já o período de 24 de março de 2011 á 24 de abril de 2011, será custeado pelo IPRECAL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos á 09 de março de 2011.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 04 de abril de 2011.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 04/04/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.154 de 04 de Abril de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.154 DE 04 DE ABRIL DE 2011
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora - Agente Operacional I - MARIA DO CARMO MOREIRA FARI, matrícula nº 000265, por motivo de doença, pelo período de 15 de março de 2011 á 30 de abril de 2011.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres públicos do Tesouro Municipal - Poder Executivo a partir de 15 de março de 2011 á 29 de março de 2011, já o período de 30 de março de 2011 á 30 de abril de 2011, será custeado pelo IPRECAL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos á 15 de março de 2011.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 04 de abril de 2011.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 04/04/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.155 de 08 de Abril de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.155 DE 08 DE ABRIL DE 2011
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 187, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença Maternidade a Servidora Srª. ARLETE JORGENSEN SCHIESSL, Professor I, matrícula nº 0232, por um período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 06 de abril de 2011 á 03 de agosto de 2011.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor com data retroativo a 06 de abril de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 08 de abril de 2011.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 08/04/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Dispensa de Licitação Nº 29/2011

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 29/2011

Objeto: LOCAÇÃO de um imóvel consistindo em: um terreno urbano, com 10.970,00m², com um galpão de alvenaria edificado, contendo 700,00m², localizado na Rua Prefeito Oldemar Duvoisin, matriculado sob nº 08.299 no Cartório de Registro de Imóveis de São Bento do Sul/SC, da empresa A.P.EX COMERCIAL EXPORTADORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.490.852/0001-04, de propriedade de PEDRO WEIHERMANN, brasileiro, casado, industrial, portador da C.I. nº 22/R-1.366592-SSP/SC e CPF nº 519.993.589-53. A locação de que trata o presente contrato destina-se a cessão do direito de uso do imóvel locado para instalação de indústria(s) no Município de Campo Alegre, por prazo determinado através de lei própria, o que fica desde já autorizado pelo LOCADOR.

Do Valor: R\$ 2.500,00 mensais a título de aluguel, a partir do mês 03 de janeiro de 2011, momento em que o imóvel passou a ser utilizado pelo LOCADOR, ficando à disposição deste. O pagamento de que trata o caput será efetuado ao sócio proprietário PEDRO WEIHERMANN, qualificado no preâmbulo deste termo, em conta bancária indicada por este, conforme autorizado pela Lei Municipal n. 3.654/10.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária n.º 07.03.4021.339036.0000, Outros Serviços de terceiros - Pessoa Jurídica, Apoio na Implantação ou Infraestrutura Básica à Indústria, Serviço de Comércio e Indústria, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

DOS PRAZOS

O prazo do presente contrato inicia-se com efeitos retroativos a 03 de janeiro de 2011, com duração de 01 (um) ano, a partir desta data, expirando-se em 03 de janeiro de 2012, podendo ser prorrogado, por acordo entre as partes.

Base Legal: Art. 24, X, da Lei Federal 8.666/93 e alterações.

VILMAR GROSSKOPF - Prefeito Municipal

Dispensa de Licitação Nº 30/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 30/2011

OBJETO: Disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Campo Alegre ao Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 22/2009. O valor mensal a ser pago ao CIGA é de R\$ 280,00. A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual nº 3.651 de 14/12/2010 e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Despesas correntes:

3.1.71.11.00.00 Vencimento e vantagens fixas pessoal civil (45% do total) R\$ 1.512,00

3.1.71.13.00.00 Obrigações Patronais (15% do total) R\$ 504,00

3.3.71.39.00.00 Serviços de Terceiros - PJ (25% do total) R\$ 840,00

3.3.71.30.00.00 Material de Consumo (5% do total) R\$ 168,00

Despesas de capital:

4.4.71.52.00.00 Equipamentos e Material Permanente (10% do total) R\$ 336,00

Contratado: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA)

VIGENCIA: 03/01/2011 a 31/12/2011.

BASE LEGAL: Inciso XXVI, Art. 24, Lei Federal 8.666/93 e alterações.

VILMAR GROSSKOPF - Prefeito Municipal

Dispensa de Licitação Nº 4/2011 - FMS

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2011

OBJETO: Locação de 01 (um) imóvel urbano, localizado a Rua Getúlio Vargas, nº 467, Centro, na cidade de Campo Alegre/SC, consistindo em casa em alvenaria em bom estado de conservação, com 226,99m² de área construída, para uso da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social (para instalação da parte administrativa e vigilância sanitária).

Do valor total: R\$ 10.800,00.

LOCADORA: Lusía Cubas Munhoz.

Prazo: início em 03/01/2011 com vigência até 31/12/2011, podendo ser prorrogado, desde que acordado entre as partes (no caso de prorrogação o valor será corrigido pelo IGPM).

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Gestor

RESUMO Contrato 25/2011

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 25/2011

Objeto: Prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural, através do processo de inexigibilidade de licitação nº 12/2011.

Dotação Orçamentária: 07.2.127.3.3.90.39.00.00.00.00.0136 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - Manutenção do Apoio à Agricultura Familiar.

Vigência: Início em 06/01/2011 e expira em 31/12/2011.

Do valor total: R\$ 24.996,00.

Contratada: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI.

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Aditivo Contratual Nº 26/2011.

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

ADITIVO CONTRATUAL Nº 26/2011.

TERCEIRO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS MULTIFUNCIONAIS, QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA DISSUPRI SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa DISSUPRI SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA, as partes acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO ACRESCIMO DE QUANTITATIVO

Acresce ao contrato nº 17/2010 (Termo Aditivo nº 16/2011) o seguinte quantitativo e valor:

- 81.000 cópias para as máquinas a serem instaladas nos prédios dos Centros Municipais de Educação Infantil "Chapeuzinho Vermelho", "Maria da Glória Kroll" e "Alegre Infância", cujo valor unitário é de R\$ 0,03 por cópia impressa, totalizando o acréscimo de R\$ 2.430,00.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício 2011:

- Outros Serviços - Pessoa Jurídica, Manutenção e Coordenação das Atividades, Serviço de Educação Infantil, Secretaria Municipal de Educação.

CLAUSULA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta alteração se faz nos moldes da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do contrato 17/2010, bem como do Termo Aditivo nº 16/2011, permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 07 de fevereiro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

DISSUPRI SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA

Locadora

PIERRE ANDRADE DOS SANTOS

Assessor Jurídico - OAB nº 15.760

Aditivo Contratual Nº. 36/2011

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

ADITIVO CONTRATUAL Nº. 36/2011

MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Considerando o acréscimo do preço do óleo diesel;

Considerando a composição do preço, após aumento do valor, apresentado pela empresa contratada RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA;

ALTERA-SE o valor do litro do óleo diesel, para manutenção do

equilíbrio econômico-financeiro, passando de 1,85 para R\$ 1,88 o litro.

PRIMEIRO ADITIVO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA.

O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, 292, centro, em Campo Alegre/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Vilmar Grosskopf, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 75.415.075/0001-32, com sede à Rua Servidão Norma Rudnick, nº 111, Pirabeiraba em Joinville, neste ato representada pelo Sr. Rolf Bayerl, Sócio-Administrador, CPF 311.413.829-20, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, tem entre si certo e ajustado que o contrato nº 11/2011, passará a vigorar com as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro o valor do litro do óleo diesel passa de R\$ 1,85 para R\$ 1,888, a partir desta data.

Esta alteração se faz nos moldes do inciso II, "d", Art. 65, da Lei Federal 8.666/93, e alterações.

As demais cláusulas do contrato nº 11/2011, permanecem inalteradas e em vigor até a data de 31/12/2011.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 11 de fevereiro de 2011.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA
Contratada

PIERRE ANDRADE DOS SANTOS
Assessor Jurídico
OAB nº 15.760

Resumo Contrato Nº 27/2011

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 27/2011

Objeto: Contratação de profissional para lecionar, ensaiar e reger a Banda Musical BAMUCA (nas dependências da Casa da Cultura - Centro) e a Banda e Fanfarra do Distrito de Fragosos (em Fragosos), totalizando 56 horas mensais (40 horas mensais para trabalhar no Centro e 16 horas para trabalhar em Fragosos). Através do processo de dispensa de licitação nº 21/2011.

Dotação Orçamentária: 11.01.1.005.3.3.90.36.00.00.00.00, Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física, Banda Municipal, Manutenção das Atividades da Cultura, Coordenadoria de Cultura, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer. Vigência: Início em 11/02/2011 e expira em 31/12/2011. Do valor total: R\$ 12.500,00.

Contratada: José Sluminski
Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Resumo Contrato Nº 28/2011

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 28/2011

Objeto: Aquisição de "CEBOLA" (257 kg), GÊNERO ALIMENTÍCIO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR a alunos da rede municipal de ensino (Fundamental e Infantil) e APAE, verba FNDE/PNAE, de acordo com a chamada pública n.º 1/2011. Vigência: Início em 11/02/2011 e expira em 31/12/2011.

Do valor total: R\$ 488,30.

Contratada: MÉRÍ TEREZINHA SIMÕES DE FARIAS

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Resumo Contrato Nº 29/2011

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 29/2011

Objeto: Aquisição de "CENOURA" (1.971,50 kg), GÊNERO ALIMENTÍCIO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR a alunos da rede municipal de ensino (Fundamental e Infantil) e APAE, verba FNDE/PNAE, de acordo com a chamada pública n.º 1/2011.

Vigência: Início em 11/02/2011 e expira em 31/12/2011.

Do valor total: R\$ 3.943,00

Contratada: NÍVEA SIMÕES DE FARIAS

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Resumo Contrato Nº 30/2011

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 30/2011

Objeto: Aquisição de "BETERRABA" (881,50 kg), GÊNERO ALIMENTÍCIO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR a alunos da rede municipal de ensino (Fundamental e Infantil) e APAE, verba FNDE/PNAE, de acordo com a chamada pública n.º 1/2011.

Vigência: Início em 11/02/2011 e expira em 31/12/2011.

Do valor total: R\$ 1.410,40

Contratada: MARLI INÊS DA CRUZ

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Resumo Contrato Nº 31/2011

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 31/2011

Objeto: Aquisição de "REPOLHO" (1412 und), GÊNERO ALIMENTÍCIO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR a alunos da rede municipal de ensino (Fundamental e Infantil) e APAE, verba FNDE/PNAE, de acordo com a chamada pública n.º 1/2011.

Vigência: Início em 11/02/2011 e expira em 31/12/2011.

Do valor total: R\$ 2.118,00

Contratada: ZÉLIA KOBUS ZUMBACH

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Resumo Contrato Nº 32/2011

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 32/2011

Objeto: Aquisição de "BROCOLIS/COUVE FLOR" (1.709 und), GÊNERO ALIMENTÍCIO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR a alunos da rede municipal de ensino (Fundamental e Infantil) e APAE, verba FNDE/PNAE, de acordo com a chamada pública n.º 1/2011.

Vigência: Início em 11/02/2011 e expira em 31/12/2011.

Do valor total: R\$ 2.734,40

Contratada: ANA MARIA SELL DA CRUZ

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Resumo Contrato Nº 33/2011

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 33/2011

Objeto: Aquisição de "BATATA" (4.257,50 Kg), GÊNERO ALIMENTÍCIO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR a alunos da rede municipal de ensino (Fundamental e Infantil) e APAE, verba FNDE/PNAE, de acordo com a chamada pública n.º 1/2011.

Vigência: Início em 11/02/2011 e expira em 31/12/2011.

Do valor total: R\$ 8.515,00

Contratada: RENATA ERNA GROSSKOPF

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Resumo Contrato Nº 342011

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 342011

Objeto: Aquisição de "FEIJÃO" (1.416 Kg), GÊNERO ALIMENTÍCIO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR a alunos da rede municipal de ensino (Fundamental e Infantil) e APAE, verba FNDE/PNAE, de acordo com a chamada pública n.º 1/2011.

Vigência: Início em 11/02/2011 e expira em 31/12/2011.

Do valor total: R\$ 4.956,00

Contratada: ROSELIA UHLIG DE FARIAS

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Resumo Contrato Nº 352011

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 352011

Objeto: Aquisição de "BOLHACHA DOCE" (750 Kg), GÊNERO ALIMENTÍCIO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR a alunos da rede municipal de ensino (Fundamental e Infantil) e APAE, verba FNDE/PNAE, de acordo com a chamada pública n.º 1/2011.

Vigência: Início em 11/02/2011 e expira em 31/12/2011.

Do valor total: R\$ 9.000,00

Contratada: ROSANE FUCKNER KATZMANN

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Resumo Contrato Nº 372011

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 372011

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios (perecíveis) destinados a alimentação escolar, para o Ensino Infantil, Fundamental e APAE. Processo Licitatório nº 14/2011.

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
05	6.792	litro	Leite integral longa vida, UHT, em embalagem de 1 litro. Contendo na embalagem a informação nutricional. selo de inspeção e prazo de validade não inferior a 3 meses a partir da entrega. Entrega mensal, conforme cronograma.	1,70	11.546,40
06	2.705	litro	BEBIDA LÁCTEA com polpa de frutas, sabor frutas vermelhas ou morango ou coco. Embalagem com, 1 litro, provida de informações nutricionais, selo de inspeção SIF, data de fabricação, prazo de validade não inferior a 30 dias a partir da data de entrega, número do lote e procedência. A embalagem deve estar acondicionada em local refrigerado na entrega. Entrega semanal, conforme cronograma.	1,386	3.749,13
VALOR TOTAL					15.295,53

- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas do presente contrato correrão pôr conta das seguintes dotações orçamentárias:

- Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação; Unidade: 05.05 - Serviço de Controle da Merenda Escolar; Função: 12 - Educação; Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição; Programa: - Merenda Escolar; Projeto: 2.015 - Merenda Escolar; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo; Recurso: 0.1.0080 - Recursos Ordinários (código reduzido: 104);

- Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação; Unidade: 05.05 - Serviço de Controle da Merenda Escolar; Função: 12 - Educação; Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição; Programa: - Merenda Escolar; Projeto: 2.015 - Merenda Escolar; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo; Recurso: 0.1.0113 - PNAEF Merenda Escolar (código reduzido: 105);

- Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação; Unidade: 05.05 - Serviço de Controle da Merenda Escolar; Função: 12 - Educação; Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição; Programa: - Merenda Escolar; Projeto: 2.015 - Merenda Escolar; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo; Recurso: 0.1.0119 - PNAEC - Programa de Alimentação de Creche (código reduzido: 106);

Vigência: Início em 11/02/2011 e expira em 31/12/2011.

Contratada: MAGNALAT DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Resumo Contrato Nº 382011

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 382011

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios (perecíveis) destinados a alimentação escolar, para o Ensino Infantil, Fundamental e APAE. Processo Licitatório nº 14/2011.

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
01	1.598	KG	CARNE BOVINA MOÍDA e CONGELADA, produto obtido a partir da moagem de massas musculares (carne pura) corte acém com teor máximo de 10% de gordura, com embalo e congelamento imediato a temperatura de aproximadamente A licitante vencedora deste item deverá apresentar AMOSTRA do produto, que serão analisadas de acordo com as condições estabelecidas no Anexo VI.	15,39	24.593,22
02	2.517	Kg	CARNE DE FRANGO, coxa e sobrecoxa, produto IN NATURA, congelado, em embalagem oriunda da indústria, com inspeção federal, com no máximo 5% de injeção de água na carcaça; Embalagem variando entre 2,0 a 2,5 Kg, Industrializado no máximo 20 dias antes da data de entrega e com validade mínima de 90 dias; Embalagem com selo de inspeção, rótulo da indústria, registro do produto no Ministério da Agricultura. Entrega mensal, conforme cronograma.	6,00	15.102,00
03	1.949	Pct	POLPA DE FRUTAS congelada, embalagem de 100 gramas, provida de selo de inspeção e informação nutricional, nos sabores: abacaxi, morango, maracujá, uva, maçã, pitanga, pêra. Exceto os sabores: açaí, amora, kiwi. Prazo de validade não inferior a 30 dias a partir da data de entrega. Entrega mensal, conforme cronograma.	0,63	1.227,87
04	886	Pct	QUEIJO prato ou mussarela, pacote com 200 g	3,19	2.826,34
07	2.435,50	kg	TOMATE, aspecto globoso, cor vermelha, graúdo, firme e intacto, isento de enfermidade, boa qualidade, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica. Entrega semanal, conforme cronograma.	3,25	7.915,37
08	1.629	dz	OVOS vermelhos caipira, classe A, acondicionados em embalagem própria, provida de carimbo de inspeção SIF. Entrega semanal, conforme cronograma.	1,99	3.241,71

09	7.337	kg	BANANA climatizada, oriunda de plantas sadias, destinado ao consumo "in natura", devendo se apresentar fresca, ter atingido o grau máximo de tamanho, aroma, cor e sabor próprios da variedade, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte, conservando-se em condições adequadas para o consumo mediato e imediato. Não apresentarem lesões de origem mecânica ou provocadas por insetos afetando sua aparência, não conter substância terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca, estarem isentos de umidade externa anormal, aroma e sabor estranhos, estarem livres de resíduos de fertilizantes. Tamanho médio e uniforme. Entrega semanal, conforme cronograma.	0,79	5.796,23
10	4.772	kg	LARANJA -Procedente de planta sadia, destinado ao consumo "in natura", devendo se apresentar fresca, ter atingido o grau ideal no tamanho, aroma, cor e sabor próprios da variedade, Grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo mediato e imediato. Não estarem danificadas por quaisquer lesões de origem mecânica ou por insetos que afetem suas características, não conter substância terrosa, sujidades, produtos químicos ou corpos estranhos aderentes, Sem aroma e sabor estranhos. Tamanho médio e uniforme. Obedecer padrões da ANVISA. Entrega semanal, conforme cronograma.	1,75	8.351,00

11	2.151	kg	MAÇÃ gala/Fuji Extra - produto procedente de planta sadia, destinado ao consumo "in natura", devendo se apresentar fresca, ter atingido o grau ideal no tamanho, aroma, cor e sabor próprios da variedade, apresentar grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo imediato e imediato. Não estarem danificadas por quaisquer lesões de origem física, mecânica ou por insetos e doenças que afetem suas características. Não conter substância terrosa, sujidades, produtos químicos ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca, estarem isentos de umidade externa anormal, aroma e sabor estranhos. Tamanho médio e uniforme, categoria 2. Padrões ANVISA. Entrega semanal, conforme cronograma.	1,94	4.172,94
12	807	Kg	MAMÃO tipo Formosa - Procedente de planta sadia, destinado ao consumo "in natura", devendo se apresentar fresca, ter atingido o grau ideal de tamanho, aroma, cor e sabor próprios da variedade, apresentar grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo imediato e imediato. Não estarem danificadas por quaisquer lesões de origem mecânica, por insetos e doenças que afetem suas características, não conter substância terrosa, sujidades, produtos químicos ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca, Sem umidade externa anormal, aroma e sabor estranhos. Tamanho médio e uniforme. Obedecer aos padrões ANVISA. Entrega semanal, conforme cronograma.	2,49	2.009,43
13	131	kg	CEBOLA de primeira qualidade, compacta e firme, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes. Tamanho e coloração uniformes, devendo estar bem desenvolvida, isenta de sujidades e parasitas. Entrega semanal, conforme cronograma.	0,75	98,25

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

- Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação; Unidade: 05.05 - Serviço de Controle da Merenda Escolar; Função: 12 - Educação; Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição; Programa: - Merenda Escolar; Projeto: 2.015 - Merenda Escolar; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo; Recurso: 0.1.0080 - Recursos Ordinários (código reduzido: 104, valor reservado R\$

21.688,55);

- Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação; Unidade: 05.05 - Serviço de Controle da Merenda Escolar; Função: 12 - Educação; Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição; Programa: - Merenda Escolar; Projeto: 2.015 - Merenda Escolar; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo; Recurso: 0.1.0113 - PNAEF Merenda Escolar (código reduzido: 105, valor reservado R\$ 43.348,32);

- Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação; Unidade: 05.05 - Serviço de Controle da Merenda Escolar; Função: 12 - Educação; Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição; Programa: - Merenda Escolar; Projeto: 2.015 - Merenda Escolar; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo; Recurso: 0.1.0119 - PNAEC - Programa de Alimentação de Creche (código reduzido: 106, valor reservado R\$ 12.774,15);

- Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação; Unidade: 05.05 - Serviço de Controle da Merenda Escolar; Função: 12 - Educação; Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição; Programa: - Merenda Escolar; Projeto: 2.015 - Merenda Escolar; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo; Recurso: 0.1.0764 - PNAEP Merenda Escolar (código reduzido: 107, valor reservado R\$ 16.721,33).

Vigência: Início em 11/02/2011 e expira em 31/12/2011.

Contratada: SUPERMERCADO BLASZKOVSKI LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Resumo Contrato Nº 392011

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 392011

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios destinados a alimentação escolar, para o Ensino Infantil, Fundamental e APAE. Processo Licitatório nº 14/2011.

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	1.286	Pcte	Açúcar refinado, pacote de 1Kg, produzido com matéria-prima selecionada. Recomendado para adoçar bebidas em geral e preparar receitas culinárias.	BARRA	2,5234	3245,08
02	781	Pcte	Arroz branco parboilizado, grãos inteiros, isentos de sujidades e materiais estranhos, validade mínima de 04 meses a contar da data de entrega, em embalagem de 5Kg.	SABOR SUL	6,6541	5196,85
03	49	Cx	Amido de milho (farinha feita do milho, e usada na culinária para o preparo de cremes, como espessante), caixa com 500g	MILENA	4,6635	228,51

04	154	Pcte	Farinha de mandioca de primeira qualidade, tipo 1, seca, fina, ligeiramente torrada, isenta de sujidades, parasitas e larvas. Validade mínima: 07 meses a contar da entrega, acondicionado em saco plástico, atóxico e em embalagem de 01 Kg;	PION-DUCA	3,0373	467,74
05	531	Pcte	Farinha de trigo de primeira qualidade, especial, branca, embalagem com 5 Kg., enriquecida com ferro e ácido fólico, data de validade mínima de 03 meses a partir da data de entrega. A licitante vencedora deste item deverá apresentar AMOSTRA do produto, que serão analisadas de acordo com as condições estabelecidas no Anexo VI.	AURI-VERDE	6,0280	3200,87
06	1.463	Pcte	Flocos de milho pré-cozido (polenta), 500 gramas, com data de validade mínima de 03 meses a partir da data de entrega.	SILOTI	1,5420	2255,95
07	758	Pote	Doce de frutas cremoso, com polpa de frutas, embalagem com 400g, íntegra, provida de informações nutricionais, com data de validade mínima de 04 meses a partir da data de entrega.	NATU-REL	2,3025	1745,30
08	712	Lts	Extrato de tomate concentrado, embalagem íntegra, sem ferrugem e sem estar amassada, com 800 gramas, provida de informações nutricionais e data de validade mínima de 04 meses a partir da data de entrega.	QUERO	3,8534	2743,62
09	93	Pcte	Fermento biológico, 500g.	POKA-MANIA	7,8007	725,47
10	207	Pote	Fermento em pó químico 100g	POKA-MANIA	2,5376	525,28
11	692	Pote	Margarina vegetal cremosa com 60% de lipídeos e 0% de gordura trans, sem sal, embalagem com 500 gramas, com data de validade mínima de 03 meses a partir da data de entrega.	COAMO	2,1053	1456,87
12	683	Lta ou frs	Óleo comestível; de soja; obtido de espécie vegetal; isento de ranço e substâncias estranhas; validade mínima 10 meses a contar da entrega, frasco ou lata com 900ml;	COAMO	3,1955	2182,53

13	411	Pcte	Sal iodado e refinado; produto contendo sal e iodo não tóxico, na dosagem mínima de 10 mg e máxima de 15 mg de iodo por quilo de sal de acordo com a legislação federal específica, embalagem de 1 Kg;	GARÇA	1,1278	463,53
14	225	Frs	Vinagre branco, acondicionado em frasco íntegro, atóxico, resistente, vedado hermeticamente, limpo, contendo 750ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de procedência e validade que deve ser no mínimo de 6 meses a partir da data de entrega.	SALADA	0,8647	194,56
15	360	Cx	Pó para gelatina, caixa com 85 g, sabores: morango, cereja, framboesa, abacaxi e limão. Prazo de validade não inferior a 180 dias	NEILAR	0,6579	236,84
16	28	Lata	Cereal para alimentação infantil, pré cozido, instantâneo, com farinha de arroz, fonte de 9 vitaminas, lata com 400 gramas, validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	NESTON	7,2893	204,10
17	36	Lata	Farinha láctea preparo instantâneo, lata com 400 gramas, data de validade não inferior a 12 meses a partir da data de entrega	NESTON	7,2910	262,48
18	668	Pcte	Achocolatado em pó instantâneo, embalagem de 400 gramas, intacta, provida de informações nutricionais, Data de fabricação de no máximo 30 dias antes da data de entrega. Prazo de validade mínimo de 12 meses.	DA CASA	2,9164	1948,16
19	1.843	Pcte	Leite em pó integral e instantâneo, devendo a matéria prima ser a partir de origem exclusivamente nacional, contendo os seguintes ingredientes: leite integral e emulsificante lecitina de soja, com registro no Ministério da Agricultura/SIF (embalagem: pacote de 400 gramas, aluminizada e resistente).	CAMPONESA	5,2009	9585,26

20	1.209	Pcte	Macarrão tipo espagete - massa com ovos, embalagem com 500 gramas, Embalagem íntegra, sem perfurações, Aspecto físico bem conservado, não triturado pelo manuseio, data de validade mínima de 03 meses a partir da data de entrega.	OGLIA-RI	1,8681	2258,54
21	1.430	Pcte	Macarrão tipo parafuso - massa com ovos, embalagem com 500 gramas, íntegra, sem perfurações. Aspecto físico bem conservado, não triturado pelo manuseio, data de validade mínima de 03 meses a partir da data de entrega.	OGLIA-RI	1,8681	2671,38
22	207	Pcte	Macarrão tipo aletria, massa com ovos, embalagem com 500 gramas, íntegra, sem perfurações. Data de validade não inferior a 180 dias a partir da data de entrega.	LE SO-RELLE	2,3776	492,16
23	970	Pcte	Biscoito salgado tipo "cream cracker" ou água e sal, crocante, com zero % de gordura trans, dupla embalagem, mínimo 870 g, prazo de validade mínimo de 5 meses a partir da data de entrega. A licitante vencedora deste item deverá apresentar AMOSTRA do produto, que serão analisadas de acordo com as condições estabelecidas no Anexo VI.	PRIMO-RATA	3,9060	3788,82
24	128	Pcte	Bolacha doce tipo "Maria" ou maisena, com 870 gramas, dupla embalagem, data de validade não inferior a 180 dias a partir da data de entrega	PRIMO-RATA	3,8211	489,10
VALOR TOTAL						46.569,00

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas do presente contrato correrão pôr conta da dotação orçamentária nº:

- Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação; Unidade: 05.05 - Serviço de Controle da Merenda Escolar; Função: 12 - Educação; Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição; Programa: - Merenda Escolar; Projeto: 2.015 - Merenda Escolar; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo; Recurso: 0.1.0080 - Recursos Ordinários (código reduzido: 104, valor reservado R\$ 47.021,52);

Vigência: Início em 11/02/2011 e expira em 31/12/2011.

Contratada: PAPELARIA SÃO BENTO LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Resumo Contrato Nº 41/2011

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 41/2011

Objeto: prestação de serviços de recapagem/recauchutagem de pneus (incluindo consertos), para a manutenção da frota municipal no exercício 2011, consoante Processo Licitatório nº 16/2011, conforme segue:

O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o preço certo e ajustado conforme segue:

ITEM	QTDE	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	12	Und	Recauchutagem de pneu (à quente), 1.400x24, convencional, em seu desenho original	530,00	6.360,00
02	04	Und	Recauchutagem de pneu (à quente), 19.5x24, convencional, em seu desenho original	400,00	1.600,00
03	04	Und	Recauchutagem de pneu (à quente), 17.5x25, radial, em seu desenho original	640,00	2.560,00
04	04	Und	Recauchutagem de pneu (à quente), 17.5x25, convencional, em seu desenho original	550,00	2.200,00
05	01	Und	Conserto de pneus tipo "tip top" de nº 5 a 9	60,00	60,00
06	01	Und	Conserto de pneus tipo "vulganizo" com numeração igual ou superior a 9	290,00	290,00
VALOR TOTAL					13.070,00

Dotação Orçamentária:

- Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras; Unidade: 08.02 - Serviço de Transporte e Frota; Função: 26 - Transporte; Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário; Programa: 47 - Frota Municipal; Projeto: 2.112 - Manutenção da Frota Municipal; Elemento de Despesa: 3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; Recurso: 0.1.0080 - Recursos Ordinários (código reduzido: 183).

Vigência: Início em 15/02/2011 e expira em 31/12/2011.

Contratada: FM PNEUS LTDA.

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Resumo Contrato Nº 42/2011

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 42/2011

Objeto: Prestação de serviços de recapagem/recauchutagem de pneus (incluindo consertos), para a manutenção da frota municipal no exercício 2011, consoante Processo Licitatório nº 16/2011, modalidade Convite, conforme segue:

O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o preço certo e ajustado conforme segue:

ITEM	QTDE	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
07	10	Und	Recapagem de pneu (à frio), 1.000,x20, liso, convencional	260,00	2600,00
08	32	Und	Recapagem de pneu (à frio), 1.000x20, borrachudo, convencional	280,00	8960,00

09	04	Und	Recapagem de pneu (à frio), 900x20, borrachudo, convencional	270,00	1080,00
10	02		Recapagem de pneu (à frio), 900,20, liso, convencional	250,00	500,00
11	01		Conserto de pneus tipo "vulgar-nizo" com numeração igual ou superior a 9	100,00	100,00
12	01		Conserto de pneus tipo "tip top" de nº 5 a 9	25,00	25,00
VALOR TOTAL					13.070,00

Dotação Orçamentária:

- Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras; Unidade: 08.02 - Serviço de Transporte e Frota; Função: 26 - Transporte; Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário; Programa: 47 - Frota Municipal; Projeto: 2.112 - Manutenção da Frota Municipal; Elemento de Despesa: 3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; Recurso: 0.1.0080 - Recursos Ordinários (código reduzido: 183).

Vigência: Início em 15/02/2011 e expira em 31/12/2011.

Contratada: RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Resumo Contrato Nº 44/2011

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 44/2011

Objeto: LOCAÇÃO de um imóvel consistindo em: um terreno urbano, com 10.970,00m², com um galpão de alvenaria edificado, contendo 700,00m², localizado na Rua Prefeito Oldemar Duvoisin, matriculado sob nº 08.299 no Cartório de Registro de Imóveis de São Bento do Sul/SC, da empresa A.P.EX COMERCIAL EXPORTADORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.490.852/0001-04, de propriedade de PEDRO WEIHERMANN, brasileiro, casado, industrial, portador da C.I. nº 22/R-1.366592-SSP/SC e CPF nº 519.993.589-53. A locação de que trata o presente contrato destina-se a cessão do direito de uso do imóvel locado para instalação de indústria(s) no Município de Campo Alegre, por prazo determinado através de lei própria, o que fica desde já autorizado pelo LOCADOR.

Do Valor: R\$ 2.500,00 mensais a título de aluguel, a partir do mês 03 de janeiro de 2011, momento em que o imóvel passou a ser utilizado pelo LOCADOR, ficando à disposição deste. O pagamento de que trata o caput será efetuado ao sócio proprietário PEDRO WEIHERMANN, qualificado no preâmbulo deste termo, em conta bancária indicada por este, conforme autorizado pela Lei Municipal n. 3.654/10.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária n.º 07.03.4021.339036.0000, Outros Serviços de terceiros - Pessoa Jurídica, Apoio na Implantação ou Infraestrutura Básica à Indústria, Serviço de Comércio e Indústria, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

DOS PRAZOS

O prazo do presente contrato inicia-se com efeitos retroativos a 03 de janeiro de 2011, com duração de 01 (um) ano, a partir desta data, expirando-se em 03 de janeiro de 2012, podendo ser prorrogado, por acordo entre as partes.

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações (processo de dispensa de licitação nº 29/2011).

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA MUNICIPAL

Dispensa de Licitação n.º 02/2011

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 53/2011

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 02/2011

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80 sito à rua Felipe Schmidt, 10 - Centro, comunica, contratação através de Dispensa de Licitação. Artigo 24, XXX, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Contratada: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA SA (CNPJ: 83.052.191/0012-15). Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, contendo as ações descritas no Plano Anual de Trabalho - PAT. Valor: R\$ 39.500,00 (trinta e nove mil e quinhentos reais).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito e.e.

Edital de Pregão Presencial n.º FMAS 13/2011

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMAS 13/2011

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FMAS 13/2011

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.455.005/0001-25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 04/05/2011, às 15h05min, Pregão Presencial para aquisição de diversos gêneros alimentícios para manutenção das ações Socioeducativas do Programa PETI, a serem realizadas nas localidades de Felipe Schmidt e Rio da Areia. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 04/05/2011. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito e.e./Presidente do Fundo

Edital de Pregão Presencial n.º 26/2011

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 52/2011

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 26/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 18/05/2011, às 14:05 horas, a abertura das propostas para aquisição de 7.199 conjuntos de uniforme escolar contendo 02 calças, 01 jaqueta, 02 camisetas manga curta e 01 camiseta manga longa), destinados aos alunos do Ensino Fundamental e Educação Infantil do Município de Canoinhas. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito e.e.

Edital de Pregão Presencial n.º FMS 09/2011

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 16/2011



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 09/2011

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas, CNPJ 11.206.680/0001-10, sito à rua Felipe Schmidt n.º 10, Centro, fará realizar no dia 04/05/2011, às 14h05min, a abertura das propostas para Registro de Preços para fornecimento parcelado de Oxigênio e Ar Medicinal, pelo período de 12 meses, a ser utilizado no Pronto Atendimento Municipal, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, Ambulâncias Municipais, Unidades Básicas de Saúde e demais Programas. Recebimento de propostas até às 14h00min do dia 04/05/2011. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito e.e./Presidente do Fundo

Inexigibilidade de Licitação n.º FMAS 01/2011

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Processo Licitatório n.º FMAS 14/2011
Inexigibilidade de Licitação n.º FMAS 01/2011

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 11.455.005/0001-25 sito à rua Felipe Schmidt, 10 - Centro, comunica, contratação através de Inexigibilidade de Licitação. Artigo 25, I, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Contratada: COLETIVO SANTACRUZ LTDA (CNPJ: 83.189.308/0001-54).

Aquisição de passagens urbanas municipais, destinadas a pessoas em circunstâncias especiais (carentes) em linhas exclusivas do Coletivo Santa Cruz Ltda.

Valor: R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais).

Vigência do Contrato até 31/12/2011.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito e.e./Presidente do Fundo

Inexigibilidade de Licitação n.º FMS 02/2011

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Processo Licitatório n.º FMS 17/2011
Inexigibilidade de Licitação n.º FMS 02/2011

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 11.206.680/0001-10 sito à rua Felipe Schmidt, 10 - Centro, comunica, contratação através de Inexigibilidade de Licitação. Artigo 25, I, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Contratada: COLETIVO SANTACRUZ LTDA (CNPJ: 83.189.308/0001-54).

Aquisição de passagens urbanas municipais, destinadas a pacientes participantes dos programas do Centro de Atendimento Psicossocial - CAPS, em linhas exclusivas do Coletivo Santa Cruz Ltda.

Valor: R\$ 32.940,00 (trinta e dois mil novecentos e quarenta reais).

Vigência do Contrato até 31/12/2011.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito e.e./Presidente do Fundo

Capinzal

SIMAE

Portaria N.º 014/2011/SIMAE-CAO

PORTARIA N.º 014/2011/SIMAE-CAO, de 13 de abril de 2011.

Nomeia Servidor para o quadro funcional da Autarquia que especifica .

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

RESOLVE:

Nomear o Sr. Clair Antonio Pedroso, nascido aos 19.06.1967, para exercer o Cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, Padrão 02.0, Nível 01, Referência A, do Quadro Pessoal da Autarquia, Conforme Leis n.º 1.604 e n.º 970, de Capinzal e Ouro respectivamente, com vencimentos a partir da data de Posse, devendo esta se realizar no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação da presente Portaria.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENSO
Diretor

Catanduvas

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato Contrato FMS N.º0036/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO CONTRATO FMS N.º0036/2011

Pregão n.º 0006/2011 (Processo Licitatório n.º 0032/2011).

Objeto: Contratação do profissional médico ginecologista e obstetra para compor o quadro de profissionais médicos da Atenção Básica de Catanduvas - SC, bem como atender junto ao Hospital Municipal Nossa Senhora do Perpétuo Socorro para realização de procedimentos com prévio agendamento e emergências. Considera-se ginecologista e obstetra o profissional médico para as áreas básicas de saúde como pequenas cirurgias ambulatoriais, bem como de outras complexidades de ginecologia e obstetrícia, tais serviços deveram ser cumpridos em 16hrs semanais, no referido hospital citado e nos demais ESF(s) do município.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS- SC. Contratado (a): JORGE UMINSKI MARTELLI.

Valor global contratado: R\$ 48.078,00 (quarenta e oito mil e setenta e oito reais).

Vigência: de abril de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Data e assinatura do contrato: 28 de março de 2011.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde.

Extrato Contrato FMS N.º 00035A/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO CONTRATO FMS Nº 00035A/2011
Processo Licitatório nº 0040/2011 (IL 0001/2011).

Objeto: Contratação de empresa especializada para realização de exames laboratoriais.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS- SC.
Contratado (a): LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DALLA ROSA SOCIEDADE CIVIL.

Valor global contratado: R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

Vigência: de 23 de março de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Data e assinatura do contrato: 23 de março de 2011.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde.

Extrato de Contrato Nº 0082A/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0082A/2011

Processo Licitatório nº 0041/2011 (002/2011 IL)

Edital de Credenciamento Universal nº 001/2011.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar.

Contratante: Município de Catanduvas - SC.

CONTRATADO: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO AGROINDUSTRIAL DE JABORÁ -COPERJABORA.

Valor global contratado: R\$11.900,00 (onze mil e novecentos reais).

Prazo de vigência: de 23 de março de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Data e assinatura do contrato: 23 de março de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato Nº 0082B/011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0082B/011

Processo Licitatório nº 0041/2011 (002/2011 IL)

Edital de Credenciamento Universal nº 001/2011.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar.

Contratante: Município de Catanduvas - SC.

CONTRATADO: Navais César Guerreiro.

Valor global contratado: R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Prazo de vigência: de 23 de março de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Data e assinatura do contrato: 23 de março de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato Nº 0088/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0088/2011

Concorrência nº 0001/2011 (processo licitatório nº 0016/2011).

Objeto: Outorga em regime de concessão, da prestação de serviços públicos de remoção e guarda e veículo (s) de proprietário (s) que tenha (m) incorrido em infração (ões) prevista (s) no Código de Trânsito Brasileiro.

PERMITENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.
PERMISSIONARIA: FERRI & FERRI TRANSPORTES E SERVICOS DE LIMPEZA LTDA.

Prazo Vigência: 10 (dez) anos consecutivos, contados a partir da data de sua assinatura.

Data e assinatura do contrato: 29 de março de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato Nº 0090/2011

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Catanduvas

Extrato de Contrato nº 0090/2011

Dispensa de Processo Licitatório de acordo com o disposto na Lei nº 8.666/93 e alterações.

Objeto: Locação de uma área construída de 890,00 m² (oitocentos e noventa metros quadrados), parte integrante de uma área maior de 1.200,00m² (um mil e duzentos metros quadrados) do prédio localizado à Rua Nereu Ramos, s/nº, Centro, em Catanduvas - SC.
Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC
Contratado (a): SHARUC - Sociedade Hípica Atlética Recreativa União Catanduvense.

Prazo de vigência: 1º de março de 2011 a 31 de dezembro de 2012.

Valor mensal: R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Data e assinatura do contrato: 7 de abril de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato FMS Nº 0026/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0026/2011

Pregão nº 0045/2010 (Processo Licitatório nº 0123/2010)

Objeto: Aquisição de medicamentos de alto custo visando o desempenho das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

Contratado (a): HOSPFAR INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Para alterá-lo conforme segue:

CONSIDERANDO, o disposto na Cláusula 3.1.1 do contrato originário combinado com o artigo 65, § 1º da Lei 8666/93 (com alterações); e

CONSIDERANDO, o fato de que os medicamentos dispostos na Cláusula 1.1 do contrato originário constam da Deliberação da Comissão Intergestores Bipartites (CID) 164/CID/10, sendo responsabilidade do município; e

CONSIDERANDO, que a quantidade licitada é insuficiente para atender a demanda de pacientes com Doença de Parkinson no primeiro semestre de 2011,

RESOLVE

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto do contrato originário fica aditivo conforme especificações abaixo:

Quant.	Unidade	Especificação	Preço Unitário	Preço Total
900	CP	PROLOPA 200 MG/50MG CX/30CPR - (LEVODOPA + CLOR BENSERAZILDA) - ROCHE	1,699	1.529,10

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor previsto na cláusula 3.1 do contrato originário fica aditivado em R\$ 1.529,10 (um mil quinhentos e vinte e nove reais e dez centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

Fundamento jurídico: O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, Inciso II "d" da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Data e assinatura do contrato: 23 de março de 2011.

ELIZETE CARDOSO DA SILVA.

Extrato de Contrato Nº 0001/2011 - Credenciamento

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Catanduvas

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0001/2011

Edital de Credenciamento Universal nº 001/2011.

Objeto: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados nas escolas municipais: Alfredo Gomes, Pato Donald, Augustinho Marcon e Vitoldo Alexandre Czech, verba FNDE/PNAE, para o ano de 2011, descritos nos itens enumerados na Cláusula Sexta, todos de acordo com o Credenciamento n.º 001/2011.

Contratante: Município de Catanduvas - SC.

Credenciado: DANIEL ROMEU BITTENCOURT, CPF nº 425.663.719-20 e DAP nº SC42040040301091100000008.

Valor Global: R\$ 7.744,50 (sete mil setecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos).

Prazo de vigência: de 23 de março de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Data e assinatura do contrato: 23 de março de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Extrato do Termo de Convênio Nº 0001/2011

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Catanduvas

Extrato do Termo de Convênio Nº 0001/2011

Objeto: Prestação de serviços Educacionais, Fonoaudiologia e Linguagem de Sinais - Libras, na sede da instituição, aos alunos do município de Catanduvas - SC.

Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Contratado (a): APAS - Associação de Pais e Amigos dos Surdos.

Valor mensal: R\$ 300,00 (trezentos reais).

Prazo de vigência: de 1º de janeiro de 2011 à 31 de dezembro de 2011.

Data e assinatura do convênio: 18 de março de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Extrato Termo de Convênio de Cooperação Financeira Nº 0001/2011

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Catanduvas

Termo de Convênio de Cooperação Financeira Nº 0001/2011

Objeto: Repasse de recursos financeiros destinados ao custeio de despesas, e manutenção, realizadas em virtude do abrigamento em suas instalações de crianças e adolescentes na faixa etária entre 0(zero) à 17 (dezessete) anos de idade, reconhecidas em

situação de risco, encaminhadas pelo Conselho Tutelar ou pelo Juizado da Infância e Adolescência de Catanduvas(SC) e oriunda do Município de Catanduvas.

Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Contratado (a): Sociedade Patronato Anjo da Guarda de Catanduvas(SC).

Valor mensal: R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) para cada criança de Catanduvas abrigada na instituição.

Prazo de vigência: de 1º de janeiro de 2011 à 31 de dezembro de 2011.

Data e assinatura do convênio: 21 de março de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Contrato Nº 35/2011 - CV - 17/2011 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 35/2011 - PM

CONVITE P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 17/2011

A Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado torna público aos interessados, que estará reunida no dia 25 de abril de 2011, às 09h30min, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas dos interessados que pretendam participar do Processo Licitatório nº 35/2011, Modalidade CONVITE nº 17/2011, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, cujo objeto é a Contratação de Serviços de Mão-de-obra e Aquisição de Materiais para construção de uma edificação destinada à ampliação de sala de aula, com 48,00 m² no Centro Educacional José Rengel, na localidade de Figueiredo neste Município de Chapadão do Lageado, conforme projetos, memorial descritivo, quadro de quantidades e cronograma físico financeiros em Anexo. As informações poderão ser obtidas pelo fone (47) 3537-0072, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 16h00min ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br

Chapadão do Lageado (SC), 14 de abril de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Licitação Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2011 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 6/2011- PMC

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS SRP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para possível contratação de serviços de recauchutagem, vulcanização, conserto e recapagem de pneus dos caminhões e máquinas da frota do município em conformidade com as especificações constantes no Anexo "A" do

Edital

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço por Lote

Recebimento das propostas: até as 16h do dia 02/05/2011.

Abertura: dia 03/05/2011 às 08h30min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 11 de abril de 2011

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

**Edital de Notificação Convênio -
PCONCÓRDIAFMASPBVII/IDOSOS/E OU CRIANÇAS
de ZERO A SEIS ANOS e SUAS FAMÍLIAS**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - PCONCÓRDIAFMAS-PBVII/IDOSOS/E OU CRIANÇAS DE ZERO A SEIS ANOS E SUAS FAMÍLIAS, o valor de R\$ 1.688,40 (mil seiscentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos) .

Concórdia SC, 13 de abril de 2011.

MAURO KICHEL

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

**Edital de Notificação Convênio -
PCONCÓRDIAFMASPVMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - PCONCÓRDIAFMAS-PVMC, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Concórdia SC, 13 de abril de 2011.

MAURO KICHEL

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

Cordilheira Alta

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria 168/2011

PORTARIA Nº 168 DE 08 DE ABRIL DE 2011

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR PÚBLICO, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde a Servidora, Sra. GELSI FILIPPIN, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 08 de abril de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Portaria 169/2011

PORTARIA Nº 169, DE 11 DE ABRIL DE 2011

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR PÚBLICO, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal em exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde a Servidor, Sr. LAUDIR A. PEDROSO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 11 de abril de 2011.

CLODOALDO BRIANCINI

Prefeito Municipal em exercício

Coronel Martins

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº. 073, de 06 de Abril de 2011.

DECRETO Nº. 073, DE 06 DE ABRIL DE 2011.

NOMEIA VICE-Prefeito Municipal E CHEFE DE GABINETE COMO ORDENADORES PRIMÁRIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, o Vice-Prefeito Municipal, Senhor Pedro Kielb, e o Chefe de Gabinete, Senhor Lucas Cuchi, como Ordenadores Primários das Despesas e demais atos financeiros e administrativos do Município de Coronel Martins SC, nos dias 07 e 08 de abril de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, 06 de Abril de 2011

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 056, de 11 de Abril de 2011.

PORTARIA Nº. 056, DE 11 DE ABRIL DE 2011.
CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 08/08/2011 à 06/09/2011.

Nome	Cargo	Referência
Dinaura Dallacqua	Assistente Social	13/07/2010 à 12/07/2011

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 11 de abril de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 057 de 11 de Abril de 2011

PORTARIA Nº. 057 DE 11 DE ABRIL DE 2011.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 86 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município.

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade a Servidora abaixo relacionada, no período e referências que especifica.

01- Pelo período de 30 (trinta) dias, com gozo a partir do dia 07/09/2011 à 06/10/2011.

Nome	Cargo	Referências
Dinaura Dallacqua	Assistente Social	07/2006 à 07/2009

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 11 de abril de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Forquilha

PREFEITURA MUNICIPAL**Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 12/2011**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 12/2011
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 012/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - SUPER LÍDER ALIMENTOS LTDA

DO OBJETO - Fica acrescido no objeto do contrato 012/PMF/2011 o valor de R\$ 953,00 (novecentos e cinquenta e três reais) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações, relativo ao seguinte item do pregão 05/PMF/2011:

Item	Quant	Unid	Especificação	Marca	Preço Unit	Preço Total
19	200	KG	Coxa e Sobre-Coxa Frango	Macedo	4,5875	917,50
58	50	KG	Sal	Zizo	0,71	35,50

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA -21/03/2011

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA MUNICIPAL**Decreto Nº 0119/2011**

DECRETO Nº 0119/2011.

REVALIDA O DECRETO 0034/2010, QUE APROVOU O DESMEMBRAMENTO DO LOTE Nº 0001 DA QUADRA 501, MATRICULADO SOB Nº 3111.

Nelmar Pinz, Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º. Fica revalidado o Decreto nº 0034 de 18 de janeiro de 2010, que Aprovou o Desmembramento do lote nº 0001 da quadra 501, Matriculado sob nº 3111, de Propriedade de Odacir Nunes Pires, convalidando todo o seu conteúdo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 13 de Abril 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Resolução CME Nº 002/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FRAIBURGO - SC

Resolução nº. 002/2011 do Conselho Municipal de Educação de Fraiburgo

O Conselho Municipal de Educação do Município de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais em especial no que lhe confere o art. 3º, II e IV do Regimento Interno, em reunião realizada no dia 12/04/11, levando-se em consideração as disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, Decreto nº 6.571/2008, Resolução CNE/CEB nº 004/2009, Norma Técnica SEESP/GAB nº 019/2010 e Lei Municipal nº 1066/1994, RESOLVE:

Art. 1º. Regular o atendimento na modalidade de Educação Especial - Atendimento Educacional Especializado - AEE nas Escolas Municipais de Fraiburgo.

Art. 2º. Entende-se por Educação Especial a modalidade da educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educando com Deficiências, Transtornos Globais de Desenvolvimento (TGD) e Altas Habilidades/Superdotação.

§ 1º. A oferta de Educação Especial é dever Constitucional do Estado e do Município e tem início na Educação Infantil.

§ 2º. Haverá serviço de apoio especializado nas escolas onde houver o AEE, para atender as peculiaridades dos alunos da Educação Especial, na área clínica, quando matriculados no ensino regular das escolas municipais.

Art. 3º. O Atendimento Educacional Especializado - AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que atenuem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

§ 1º. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

§ 2º. O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de Recursos Multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização.

Art. 4º. Considera-se público-alvo do Atendimento Educacional Especializado:

I - Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial;

II - Alunos com transtornos globais do desenvolvimento - TGD: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo, Síndrome de Asperger, Síndrome de Rett, Transtorno Desintegrativo da Infância (psicoses) e Transtornos Invasivos sem outra especificação;

III - Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Art. 5º. Para os efeitos desta Resolução, considera-se:

I - deficiência - toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

II - deficiência permanente - aquela que ocorre ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação;

III - incapacidade - uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidades de equipamentos,

adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa com deficiência possa receber e transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercidas.

Art. 6º. A Instituição deverá oportunizar o acesso, o ingresso, a permanência e o sucesso da pessoa com deficiência em todo atendimento escolar e serviços oferecidos.

Art. 7º. Para receber atendimento nas salas de recursos, o aluno deverá ser encaminhado para Equipe Multidisciplinar (psicólogos, psicopedagogo, fonoaudiólogo), na qual o aluno será avaliado e após esta intervenção, será encaminhando ao médico (neurologista/psiquiatra).

Art. 8º. A composição das turmas nas salas de recursos não poderá exceder aos seguintes limites por grupo:

I - 03 (três) alunos, em se tratando de deficiência visual, auditiva, mental e altas habilidades;

II - 01 (um) aluno, em se tratando de deficiência múltipla e TGD;

III - atendimento individualizado quando necessário.

§ 1º. Em caso de educando que requer um profissional acompanhante em razão de histórico segregado, cabe a escola favorecer o desenvolvimento dos processos pessoais e sociais para a autonomia, avaliando juntamente com a família a possibilidade gradativa de retirar esse profissional.

§ 2º. Não é atribuição do profissional de apoio desenvolver atividades educacionais diferenciadas ao aluno público-alvo da educação especial, e nem responsabilizar-se pelo ensino deste aluno.

§ 3º. Os profissionais de apoio devem prover a promoção da acessibilidade dos estudantes no âmbito da comunicação, atenção aos cuidados pessoais: alimentação, higiene e locomoção.

§ 4º. Os demais profissionais de apoio que atuam no âmbito geral da escola, como auxiliar na educação infantil, nas atividades de pátio, na segurança, na alimentação, entre outras atividades, devem ser orientadas quanto a observação para colaborar com relação no atendimento às necessidades educacionais específicas dos estudantes.

Art. 9º. A normatização referente a estrutura física e equipamentos adequados para a sala de recursos deverá seguir as determinações do Ministério de Educação e Cultura.

Art. 10. O Projeto Político Pedagógico da escola deve institucionalizar a oferta do Atendimento Educacional Especializado prevendo a sua organização: sala de recursos multifuncionais, matrículas, cronograma de atendimento, plano e professores para atuação no AEE, bem como redes de apoio.

Art. 11. Para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência, formação específica na modalidade de Educação Especial - Atendimento Educacional Especializado - AEE.

Parágrafo Único. Só serão designados para o trabalho no AEE, profissionais graduados em Pedagogia, com especialização na modalidade de Educação Especial e Educação Inclusiva, tendo obrigatoriedade formação em Atendimento Educacional Especializado (AEE), formação esta que habilite para o ensino da Língua Brasileira de Sinais, de Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do sistema Braille, do Soroban, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação aumentativa e alternativa, do desenvolvimento dos processos mentais superiores, das atividades de estimulação visual, dos programas de enriquecimento curricular, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, tecnologia assistiva e outros recursos e ajudas técnicas.

Art. 12. O trabalho nas salas de recursos se dará por meio de

projetos previamente estudados com os professores do AEE e demais membros da equipe multidisciplinar.

Art. 13. São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:

- I - Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos, público-alvo da educação especial;
- II - Elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- III - Organizar o tipo e número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncional;
- IV - Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- V - Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI - Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- VII - Orientar o uso de recursos de Tecnologia Assistiva, tais como: as tecnologias da informação e comunicação, a comunicação alternativa e aumentativa, a informática acessível, o soroban, os recursos ópticos e não ópticos, os softwares específicos, os códigos e linguagens, as atividades de orientação e mobilidade utilizando-os, entre outros, de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia, atividade e participação;
- VIII - Estabelecer articulação com os professores da sala de aula regular, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares
- IX - Promover atividades e espaço de participação da família e a interface com os serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros.

Art. 14. Os alunos com deficiência, TGD, altas habilidades/superdotação deverão ser preferencialmente matriculados no ensino regular no período destinado a matrículas estipulado pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º. Alunos oriundos de classes ou escolas especiais transferidos para o ensino regular devem ser matriculados em turmas de alunos com idade e grau de escolarização compatível.

§ 2º. Em caso de dúvida quanto à modalidade de atendimento educacional mais adequada à necessidade do aluno, deve o mesmo ser submetido a uma avaliação psicopedagógica considerando-se, quando houver, as observações do professor de sua turma de origem, expressa em relatório.

Art. 15. A instituição escolar deve viabilizar ao aluno com necessidades educacionais especiais, deficiência mental, TGD que apresentem comprovada defasagem idade/série/ano, que não puderem, comprovadamente, atingir os parâmetros curriculares estabelecidos pela organização curricular do ensino fundamental, terminalidade escolar específica, por meio de certificação de escolaridade, com histórico escolar que apresente de forma descritiva, as competências desenvolvidas pelo educando, e/ou, encaminhamento devido para a educação de jovens e adultos e para educação profissional.

Art. 16. As transferências de alunos que apresentam deficiências, TGD, altas habilidades/superdotação que estejam devidamente matriculados no sistema de ensino devem respeitar as normas vigentes.

Parágrafo Único. Ao ser transferido o aluno deve receber da escola o Histórico Escolar acompanhado de seu portfólio assinado pelo professor regente de sua turma e do coordenador pedagógico da escola, para ser enviado, em caráter confidencial, quando necessário, à Escola que o receberá.

Art. 17. Na área da Educação Especial, compete a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

- I - Zelar pelo cumprimento desta Resolução;
- II - Divulgar-la junto às direções, professores e funcionários das escolas;
- III - Manter atualizado o cadastro dos alunos que recebem Educação Especial no âmbito do Sistema Municipal de Ensino;
- IV - Zelar pela formação básica dos alunos deficientes, TGD, altas habilidades/superdotação, visando a construção da cidadania;
- V - Assegurar a melhoria da qualidade da formação dos profissionais da educação;
- VI - Estabelecer parcerias com organizações governamentais e não governamentais na área educacional e profissional;
- VII - Proporcionar a inclusão dos alunos com deficiência, TGD e altas habilidades/superdotação na rede regular de ensino;
- VIII - Equipar as salas de recursos para o atendimento de qualidade;
- IX - Disponibilizar professores capacitados para atuarem nas salas de recursos, conforme a necessidade.

Art. 18. A avaliação educacional, enquanto um processo dinâmico que considera tanto o nível atual de desenvolvimento do aluno quanto às possibilidades de aprendizagem futura, configura-se em uma ação pedagógica processual que analisa o desempenho do aluno em relação ao seu progresso individual, prevalecendo nessa avaliação os aspectos qualitativos que indiquem as intervenções pedagógicas do professor.

Art. 19. A avaliação dos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação será realizada semestralmente, através de Parecer Descritivo feito pelo professor de Atendimento Educacional Especializado - AEE, considerando todos os aspectos do desenvolvimento da aprendizagem desses alunos. A avaliação final deverá conter a indicação de permanência ou avanço nos diversos níveis de ensino, estabelecendo consenso entre os professores, a equipe diretiva e a família dos alunos envolvidos.

Art. 20. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Fraiburgo, 12 de abril de 2011.

Conselheiros:

Denilce Constantino
Nilfa de Fátima Xavier Donati
Elisângela Maria Barbosa Dalagnol
Neusa Terezinha Rossi Krüger
Sandra Cezária Ronchi Rocha
Laércio Raimundo Bianchi
Rosa Prates

Portaria Nº 1111/2011

PORTARIA Nº. 1.111, DE 13 DE ABRIL DE 2011.

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO PARA COMPOR ORGÃO DE APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o contido na Lei Orgânica Municipal, na Lei Complementar n. 063/2005 e no Decreto n. 0167/2005;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, o servidor público municipal FERNANDO BRESOLA SUZIN, inscrito no CPF sob o n. 005.498.879-97, ocupante do

cargo de provimento efetivo de CONTADOR, para compor órgão de apoio técnico administrativo do sistema de controle interno do Município de Fraiburgo, atuando junto ao Departamento de Compras e Licitações.

Art. 2º. O servidor ficará sobre a orientação normativa e supervisão técnica do órgão central do controle interno, tendo suas responsabilidades previstas na Lei Complementar n. 063/2005 e Decreto n. 0167/2005, sem prejuízo das suas funções e atribuições próprias do cargo e subordinação ao Departamento de Compras e Licitações, segundo a organização administrativa.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 2.370, de 01 de setembro de 2010.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 13 de Abril De 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1112/2011

PORTARIA N.º 1.112 DE 13 DE ABRIL DE 2011.
Substitui membro Titular do Conselho Municipal de Educação Representante de entidades de Educação Especial.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a pessoa abaixo relacionada, nos termos do artigo 155 da Lei Orgânica do Município e Lei 1.066/94, para integrar o Conselho Municipal de Educação:

Representante de entidades de Educação Especial:
Titular - SANDRA CEZÁRIA RONCHI ROCHA;

Art. 2º As demais disposições da Portaria nº 2.024, de 09 de julho de 2010, que nomeia os membros do Conselho Municipal de Educação, permanecem inalteradas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, SC, 13 de Abril de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIS DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1113/2011

PORTARIA N.º 1.113 DE 13 DE ABRIL DE 2011.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0009 de 15 de março de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE OPERACIONAL, para atender excepcional interesse público, na

área da Infra-Estrutura Urbana;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, ANDERSON THIBES DE MEIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 050.738.579-92, na função de AGENTE OPERACIONAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 14 de abril de 2011 até 01 de junho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de abril de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1114/2011

PORTARIA N.º 1.114 DE 13 DE ABRIL DE 2011.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0009 de 15 de março de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE OPERACIONAL, para atender excepcional interesse público, na área da Infra-Estrutura Urbana;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, ALUIR FERREIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 472.306.309-91, na função de AGENTE OPERACIONAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 14 de abril de 2011 até 01 de junho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de abril de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1115/2011

PORTARIA Nº 1.115, DE 13 DE ABRIL DE 2011.
Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0448/2011, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que está substituindo, por 20 horas semanais, a professora NEUSA MICHELON TROMBETTA, que se encontra afastada em auxílio doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação de carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora VANIA APARECIDA FAGHERAZZI KAEFER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 645.687.689-34, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR LP, pelo período de 16 de abril de 2011 até 20 de maio de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de abril de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial Nº 0006/2011 - FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0006/2011 - FMS

Objeto: Aquisição de escovas e creme dental para atendimento do Programa de Saúde Bucal. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 10:00 horas do dia 29/04/2011. Abertura: Às 10:00 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 12 de abril de 2011.

NILCE PINZ

Secretária Municipal de Saúde

Aviso do Pregão Presencial Nº 0037/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0037/2011 - PMF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0019/2011

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de gêneros alimentícios para alimentação dos alunos que freqüentam os Centros Municipais de Educação. Validade da Ata de Registro de Preços: abril a julho de 2011. Julgamento: Menor Preço POR LOTE Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:00 horas do dia 29/04/2011. Abertura: Às 14:00 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 13 de abril de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei N.º 1.524/2011

LEI N.º 1.524, DE 07 DE ABRIL DE 2011.

INSTITUI O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado o Conselho de Desenvolvimento Municipal - CDM, órgão colegiado, de natureza permanente, consultiva, fiscalizadora e propositiva no processo de planejamento e gestão municipal na área de desenvolvimento urbano e do Plano Diretor Municipal.

§ 1º. O Conselho de Desenvolvimento Municipal integra a estrutura organizacional da Prefeitura como órgão vinculado a Secretaria Municipal de Planejamento Territorial e Meio Ambiente.

§ 2º. O Conselho de Desenvolvimento Municipal será composto de 14 (quatorze) membros titulares e igual número de suplentes, dentre Órgãos do Poder Executivo Municipal, Câmara de Vereadores e Entidades Comunitárias, Ambientalistas, Comercial e de classe, com atuação no Município de Garopaba.

Art. 2º. O Conselho de Desenvolvimento Municipal terá a função de analisar os projetos considerados relevantes para a comunidade, tais como:

I - De instalação de Indústria, comércio e serviços;

II - Projetos ambientais;

III - Projetos de melhoria do sistema de transporte urbano;

IV - De uso e ocupação do solo;

V - De desapropriação;

VI - De concessões para instalações industriais, comerciais e de serviços;

VII - De conjuntos habitacionais e loteamentos;

VIII - De grandes desmembramentos;

IX - Desafetações e empreendimentos que provoquem intervenção ambiental.

Art. 3º. O Conselho de Desenvolvimento Municipal compor-se-á, dos seguintes membros indicados pelos respectivos Órgãos ou Entidades de origem e designados por ato do Prefeito Municipal:

I - Sete (7) Órgãos do Poder Executivo Municipal:

a) Um (1) representante da Secretaria Municipal de Planejamento Territorial e Meio Ambiente;

b) Um (1) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

c) Um (1) representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca;

d) Um (1) representante da Secretaria Municipal de Educação;

e) Um (1) representante da Secretaria Municipal de Turismo e Esporte;

f) Um (1) representante da Secretaria Municipal de Infra Estrutura;

g) Um (1) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

II - Um (1) servidor representante da Câmara de Vereadores;

III - Um (1) representante da Associação Comercial e Industrial de Garopaba - ACIG;

IV - Um (1) representante de associação representativa de profissionais liberais de nível superior com atuação no município;

V - Um (1) representante de associação de pescadores ou agricultores profissionais;

VI - Um (1) representante de associação comunitária ou de bairro;

VII - Um (1) representante de movimentos sociais, populares ou de entidades ambientais;

VIII - Um (1) representante de entidades sindicais dos trabalhadores.

§ 1º. Para cada membro titular será indicado um suplente, pelo respectivo segmento.

§ 2º. Os órgãos oficiais e entidades representadas no Conselho poderão em qualquer época solicitar a substituição de seu representante, através de Ofício encaminhado ao Prefeito Municipal, com cópia ao Presidente do CDM.

§ 3º. Os representantes constantes do inciso I serão indicados por ofício ao Conselho pelos titulares das respectivas Secretarias Municipais;

§ 4º. As entidades a que alude os incisos II a VIII serão indicadas por ofício ao Conselho por suas entidades, que no dia da eleição se reunirão por segmento e escolherão seus representantes titulares e suplentes, devendo comprovar a legalidade da entidade.

Art. 4º. O mandato dos membros do Conselho constantes nos itens de II a VIII do artigo 3º desta lei será de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos por igual período a um mandato sucessivo.

Art. 5º. Os membros do CDM não receberão qualquer tipo de remuneração pelos serviços prestados, sendo que os mesmos serão considerados serviços relevantes à comunidade.

Art. 6º. Os CDM deverá se reunir mensalmente em local, data e horário a ser acertado entre os membros.

Art. 7º. A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal, no prazo de 60 (sessenta) dias à partir de sua publicação.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de Abril de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 14/04/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA
Secretária de Administração

CÂMARA DE VEREADORES

Portaria Nº 005 de 12 de Abril de 2011.

PORTARIA Nº 005 DE 12 DE ABRIL DE 2011.

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Paulo Sérgio de Araújo, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, considerando os termos da Resolução Nº 009/2009, artigo 84 da Lei 1000/2005, de 06 de dezembro de 2005, e Lei Municipal Nº 1030/2006, de 10 de abril de 2006, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º DESIGNAR nos termos do art. 1º, I, da Resolução Nº 009/2009 a Servidora MARIANA ISRAEL, matrícula funcional nº 042/2006, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL de INVENTARIAR O PATRIMÔNIO da Câmara Municipal de Garopaba, o que lhe

concede o recebimento de gratificação de 70% sobre seu vencimento fixo, a partir de 01/04/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de abril de 2011.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Presidente

Publicada a presente Portaria, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e onze.

Publicada a presente Lei no DOM/SC em ____/____/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN
Secretária

Gaspar

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 4.278 de 11 de Abril de 2011.

DECRETO Nº 4.278 DE 11 DE ABRIL DE 2011.

EXONERA A PEDIDO GIANA CRISTINE WAGNER DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR-GERAL DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido GIANE CRISTINE WAGNER, portadora do CPF nº 963.684.209/44 e da CI nº 3.439.738 SSP/SC, Do cargo em comissão de Diretor-Geral de Desenvolvimento Social - Nível CC, Ref. 64 com 40 horas semanais, a partir de 13 de abril de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 11 de abril de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 4.279, de 11 de Abril de 2011.

DECRETO Nº. 4.279, DE 11 DE ABRIL DE 2011.

NOMEIA CLÁUDIO GILBERTO ROLIM DA SILVEIRA PARA AO CARGO DE DIRETOR DE SAÚDE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 10 da Lei Municipal nº 1.357, de 28 de maio de 1992, e Lei nº 2.612 de 04 de julho de 2005.

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado, a partir desta data, CLÁUDIO GILBERTO ROLIM DA SILVEIRA, portador do CPF nº. 331.354.950-00, para o cargo de Diretor de Saúde, Nível CC, Ref. 55, com 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 11 de abril de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Errata à Portaria Nº 2.419/11

O Prefeito Municipal DE GASPARG, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, RETIFICA a publicação da Portaria 2.419, de 07 de abril de 2011, veiculada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, Edição nº 718 de 13 de abril de 2011 nos seguintes termos:

Onde se lê no art. 1º:
Fica dispensado de suas atividades, a pedido, a partir desta data,()

Leia-se:
Fica dispensado de suas atividades, a pedido, a partir de 08 de abril,()

Gaspar - SC, 13 de abril de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Aviso de Alteração do Pregão Presencial Nº 47/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPARG/SC
Aviso de Alteração do Pregão Presencial nº 47/2011

O Município de Gaspar, torna público e para conhecimento dos interessados em participar da licitação supramencionada, a qual tem por objeto o Registro de Preços de gás oxigênio medicinal, que foram efetivadas alterações no Edital. Contudo, ficam mantidas as datas para entrega e abertura dos envelopes. O local é o Depto. de Compras sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435 - Centro, Gaspar/SC. Poder-se-á acessar o Aditivo através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar, 12 de abril de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Aviso do Pregão Presencial Nº 6/2011

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE GASPARG/SC
Aviso do Pregão Presencial nº 6/2011

O OBJETO é o Registro de Preços de materiais esportivos. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até as 9h do dia 04/05/2011, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 04/05/2011 as 9h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar, 13 de abril de 2011.
RENATO CESAR ZIMMERMANN
Diretor-Presidente da FME

Guaramirim

PREFEITURA MUNICIPAL

extrato edital licitacao 47/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia - 47/2011

Tipo : Menor Preço - Global

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES - ESCOLA MUNICIPAL PADRE MATIAS MARIA STEIN.

Entrega dos Envelopes: 03/05/2011 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 03/05/2011 às 09:15h

Orçamento estimado da Obra : R\$ 1.295.812,55 (um milhão duzentos e noventa e cinco mil oitocentos e doze reais e cinquenta e cinco centavos)

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247 e pelo site: guaramirim.sc.gov.br

Guaramirim (SC), 13/04/2011.
NILSON BYLAARDT
Prefeito Municipal

Termo de Homologação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
Processo de Licitação: 17/2011.

Modalidade: Tomada de Preços .

Tipo: Menor Preço.

Objeto: Contratação de empresa para execução da obra de pavimentação intertravada (paver) da Rua Romão Getnerski com extensão de 412,00 metros.

O Prefeito Municipal, Nilson Bylaardt, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, HOMOLOGA a decisão exarada pela Comissão Permanente de Licitações, para que produza os efeitos legais em sua plenitude e ADJUDICO o objeto ora licitado pelo critério menor preço em favor da empresa: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., com o valor de R\$ 369.483,35 (trezentos e sessenta e nove mil e quatrocentos e oitenta e três reais e trinta e cinco centavos).

Guaramirim-SC, 07 de abril de 2011
NILSON BYLAARDT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO 46/2011

Objeto: Contratação de empresa para execução da obra de pavimentação intertravada (paver) da Rua Romão Getnerski com extensão de 412,00 metros.

Modalidade: Tomada de Preços .

Processo de Licitação: 17/2011.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM/SC.

Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

Valor do Contrato: de R\$ 369.483,35 (trezentos e sessenta e nove mil e quatrocentos e oitenta e três reais e trinta e cinco centavos).

Data da Assinatura: 08/04/2011 Vigência 08/12/2012.

Guaramirim-SC, 08 de abril de 2011

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Herval do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 422/2011

PORTARIA Nº 422/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor Joaquim de Oliveira (Matr. 1381), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Nível/Referência 4/2/C, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03 de abril de 2009 e 02 de abril de 2010, para serem gozadas a partir de 11 de abril de 2011 a 10 de maio de 2011, de conformidade com o que preceitua o art. 69 da Lei Complementar Nº 191/2005 de 26 de dezembro de 2005.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 11 de Abril de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 423/2011

PORTARIA Nº 423/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria Nº 332/2011, a partir de 11 de abril de 2011, a qual designava o Servidor GILMAR JOSÉ DRI (Matr. 2904), ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, Nível - Agente Político, para responder, sem ônus para o erário público municipal, como Secretário Municipal de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 11 de Abril de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 424/2011

PORTARIA Nº 424/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Nomear o Senhor DILCEO PARISSENTI (Matr. 3346), para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos, Nível - Agente Político, 40 horas semanais, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 12 de Abril de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 12 de Abril de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 425/2011

PORTARIA Nº. 425/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Maternidade pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a contar de 12 de Abril de 2011 até 09 de Agosto de 2011, conforme preceitua o Artigo 76 da Lei Complementar Nº. 191/2005, à Servidora LUCIANE APARECIDA FERRARI (Matr. 2827), ocupante do Cargo de Agente Comunitário de Saúde, 40 horas semanais, Anexo II, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 12 de Abril de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 0013/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 0050/2011

Pregão Presencial nº 0013/2011

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste
Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para efetuar os serviços de transporte escolar, conforme matrículas e calendário escolar aprovado pela Secretaria Estadual e Municipal de Educação
Data de Abertura: 29/04/2011
Horário :14:00 horas;

Local: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste;
O edital poderá ser obtido no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, no link licitações, ou junto ao Paço Municipal, ao custo de R\$ 13,15 (treze reais e quinze centavos).
Fundamentação legal: Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e suas atualizações.

Herval d'Oeste (SC), 12 de abril de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Contrato de Experiência Nº 049

CONTRATO DE TRABALHO A TÍTULO DE EXPERIÊNCIA
Nº 049

Entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE,(SC), sito à Rua Nereu Ramos, nº 389 neste ato, representado por seu Prefeito, Nelson Guindani, CPF 501.589.459-72, doravante designada simplesmente EMPREGADORA e DELMA APARECIDA DA SILVA, portadora da Carteira Profissional nº 43699, Série nº 00011 - SC, a seguir chamado apenas EMPREGADO PÚBLICO, é celebrado o presente CONTRATO DE EXPERIÊNCIA, que terá vigência a partir da data de início da prestação de serviços, de acordo com as condições a seguir especificadas:

1 - Fica o EMPREGADO admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA para exercer as funções de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, junto a Secretaria Municipal de Saúde, Programa Saúde da Família, mediante a remuneração de R\$ 614,87 (seiscentos e catorze reais e oitenta e sete centavos), por mês.

2 - Fica ajustado nos termos do que dispõe o § 1º do artigo 469, da Consolidação das Leis do Trabalho, que o EMPREGADO PÚBLICO, acatará ordem emanada da EMPREGADORA para a prestação de serviços.

3 - No ato da assinatura deste contrato, o EMPREGADO PÚBLICO, compromete-se a cumprir o que prevê a Lei F. 11.350/2006, bem como a Lei Complementar 174/2005, e a violação das regras previstas na legislação acima mencionada, implicará em sanção, cuja graduação dependerá da gravidade da mesma, culminado com a rescisão do contrato.

4 - Em caso de dano causado pelo EMPREGADO, fica a EMPREGADORA, autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, o qual fará, com fundamento no § 1º do artigo 462 da Consolidação das Leis do Trabalho, já que essa possibilidade fica expressamente prevista em Contrato.

5 - O presente Contrato vigorar-se-á durante 90 (noventa) dias, sendo celebrado para as partes verificarem reciprocamente, a conveniência ou não de se vincularem em caráter definitivo a um Contrato de Trabalho. A Empresa passando a conhecer as aptidões do EMPREGADO e suas qualidades pessoais e morais; o EMPREGADO verificando se o ambiente e os métodos de trabalho atendem à sua conveniência.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Experiência em duas vias, ficando a primeira em poder da EMPREGADORA, e a segunda com o EMPREGADO, que dela dará o competente recibo.

Empregador Responsável pelo RH

Herval d'Oeste, 12 de Abril de 2011.

_____/_____/_____,
DELMA APARECIDA DA SILVA

Ata de Registro de Preços Nº 004/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2011

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0033/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0006/2011

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 31 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 01 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos quatro dias do mês de abril de 2011, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de tubos de concreto, meio fio de concreto e blocos vazados de concreto simples para alvenaria, para utilização da Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos, conforme descrito no Anexo 01 desta Ata, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, neste ato representado pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal, e a empresa Concretos Cruzeiro Indústria e Comércio, neste ato representada por seu Sócio Gerente, senhor Fernando Regensburger, em decorrência do Processo Licitatório nº 0033/2011, modalidade Pregão Presencial nº 0006/2011, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafoado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total R\$ 281.000,00 (Duzentos e oitenta e um mil reais).

Herval d'Oeste, 07 de Abril de 2011.

Nelson Guindani

Prefeito

CPF: 501.589.459-72

Contratante

Fernando Regensburger

Sócio Gerente

CPF: 196.410.409-53

Contratada

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Daiane Lorini

CPF: 004.534.269-56

Imbituba

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 3.880.2011

Lei nº 3.880, de 12 de abril de 2011.

Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro ao Instituto Baleia Franca - IBF, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro, à seguinte entidade:

I - IBF - INSTITUTO BALEIA FRANCA, inscrito no CNPJ sob o nº 04.922.994/0001-54, com sede à Estrada Geral da Praia do Rosa - Praia do Rosa - Ibiraquera, Imbituba-SC, no valor de até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).



Art. 2º O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura de parte das despesas com a participação na Feira de Turismo - ITB - a ser realizada em Berlim - Alemanha.

Art. 3º Fica a entidade beneficiada obrigada a prestar contas, com referência à aplicação dos recursos repassados pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município dos valores repassados.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento do município, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo, para este fim.

Art. 5º O Poder Público Municipal firmará termo de convênio com a entidade beneficiada, cujo instrumento disciplinará as condições, formas e prazos do repasse, bem como das prestações de contas.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 12 de abril de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 3.881.2011

Lei nº 3.881, de 12 de abril de 2011.

Dispõe sobre a compensação de dívida da Fazenda Pública decorrente de precatório pendente de pagamento com crédito tributário e outros créditos e estabelece outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a compensação de crédito tributário inscrito em Dívida Ativa, relativa ao imposto sobre a propriedade predial territorial e urbana (IPTU), com débito da Fazenda Pública do Município de Imbituba, decorrente de precatório judiciário pendente de pagamento.

Art. 2º A compensação de que trata esta Lei é condicionada a que, cumulativamente:

I - o precatório:

a) esteja incluído no Orçamento do Município e/ou reconhecido e contabilizado como obrigação no passivo dos órgãos e entidades municipais;

b) não seja objeto de qualquer impugnação ou recurso judicial ou, em sendo, haja a expressa renúncia; e

II - o crédito tributário a ser compensado:

a) tenha sido inscrito em Dívida Ativa até 31 de dezembro de 2009;

b) não seja objeto, na esfera administrativa ou judicial, de qualquer impugnação ou recurso, ou, em sendo, que haja a expressa renúncia;

c) que não esteja parcelado; e

d) seja liquidado integralmente pelo precatório apresentado.

§1º Nos casos previstos no art. 100, § 13, da Constituição Federal, fica vedada a cessão parcial do direito individual sobre precatório,

devendo o crédito singular ser transferido integralmente ao cessionário, para os fins da compensação de que trata esta Lei.

§ 2º A cessão do direito sobre o precatório deverá ser comunicada ao tribunal de origem e à Secretaria da Fazenda do Município, para os fins do art. 100, § 14, da Constituição Federal, habilitando-se a cessão pelo valor e pelo percentual transferido, quando se tratar de débito da Fazenda Pública decorrente de ações plúrimas ou coletivas.

§ 3º Para a compensação do crédito tributário, o interessado poderá utilizar mais de um precatório, se o seu valor individual não alcançar o total inscrito em Dívida Ativa.

§ 4º Subsistindo saldo credor de precatório, o valor remanescente permanece sujeito às regras comuns, previstas na legislação para o crédito preexistente, conforme o caso.

§ 5º Os honorários advocatícios contratados e incidentes sobre crédito decorrente do precatório deverão ser objeto de anuência do advogado habilitado para autorizar a compensação do respectivo valor, aplicando-se o disposto no parágrafo anterior, em caso de exclusão da verba advocatícia do montante a ser compensado.

Art. 3º A compensação de que trata esta Lei:

I - importa em confissão irretratável da dívida e da responsabilidade tributária; e

II - aplica-se a débito da Fazenda Pública do Município em poder do titular do precatório, sucessor ou cessionário, a qualquer título.

§ 1º A iniciativa para a realização da compensação suspende a exigibilidade do crédito tributário, a fluência dos juros de mora e demais acréscimos legais.

§ 2º Em caso de indeferimento do pedido de compensação de que trata o parágrafo anterior, aplica-se ao crédito tributário objeto do pedido, o tratamento regular previsto na legislação vigente.

Art. 4º O pedido de compensação será dirigido ao Titular do Poder Executivo, em até 90 (noventa) dias a partir da publicação desta Lei, sendo instruído com:

I - certidão expedida pelo tribunal competente, atestando a liquidez, certeza e exigibilidade do crédito decorrente do precatório, habilitado em nome do requerente, contendo o valor atualizado do título, de acordo com o disposto no art. 97, § 16, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009; e

II - certidão de inscrição em Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda do Município, para fins exclusivos de compensação, contendo o valor do crédito tributário objeto do pedido.

§ 1º O valor do crédito tributário, para fins da compensação prevista nesta Lei, será atualizado desde a data da constituição do crédito inscrito em dívida ativa até a data do requerimento, pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, para títulos federais, acumulada mensalmente, excluídos os juros de mora e multa.

§ 2º O contribuinte poderá optar pela liquidação do crédito tributário mediante pagamento à vista e em pecúnia, aplicando-se o disposto no parágrafo anterior.

Art. 5º Deferida a compensação, o processo será encaminhado à Secretaria da Fazenda do Município, para baixa da inscrição do crédito tributário em Dívida Ativa.

Parágrafo único. A Procuradoria-Geral do Município comunicará a compensação efetuada ao tribunal competente, para proceder à baixa do débito da Fazenda Pública decorrente do precatório compensado.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 12 de abril de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 3.882.2011

Lei nº 3.882, de 12 de abril de 2011.

Declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Voluntárias do Bem, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a Associação Beneficente Voluntárias do Bem, CNPJ nº 08.385.501/001-45, com sede e foro nesta Comarca de Imbituba.

Art. 2º À Associação, referida no artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 12 de abril de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 3.884.2011

Lei nº 3.884, de 12 de abril de 2011.

Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação Imbitubense de Artesanato - ASSIART e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à Associação Imbitubense de Artesanato - ASSIART, inscrita no CNPJ sob o nº 00.145.271/0001-35, no valor de até R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), por ano. Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura das despesas referentes à manutenção das atividades das respectivas entidades.

Art. 3º A entidade beneficiada fica obrigada a prestar contas, com referência à aplicação do recurso repassado pelo Poder Público Municipal, no prazo de 30(trinta) dias após do recebimento do mesmo.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município do valor repassado.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por

conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 12 de abril de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Ler Nº 3.883.2011

Lei nº 3.883, de 12 de abril de 2011.

Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro a Associação de Surf de Imbituba, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à Associação de Surf de Imbituba, inscrita no CNPJ sob o nº 78.625.209/0001-38, no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Parágrafo único. Dos recursos disponibilizados no caput, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado:

I - a repassar até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), destinado à cobertura de parte das despesas com a realização da Etapa Super Surf World Star Tour - Prime 2011.

II - a repassar até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para a cobertura de parte das despesas com a manutenção das atividades da entidade.

Art. 2º A entidade beneficiada fica obrigada a prestar contas, com referência à aplicação do recurso repassado pelo Poder Público Municipal, no prazo de 30(trinta) dias após do recebimento do mesmo.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município do valor repassado.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 12 de abril de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria DGP/SEAGP N.º 079/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 079, de 12 de abril de 2011.

Dispõe sobre a demissão de Professor, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, o abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2010, admitido em 07/02/2011, contrato nº 5734, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Pedro Cesar Machado de Sá	Professor	463.575.640-87	01/04/2011

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2011, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 12 de abril de 2011.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Edital SEAGP nº 031/2011

EDITAL SEAGP Nº 031/2011

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2010.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 01/2010, divulgado através do Edital nº 01/2010, de 12 de novembro de 2010, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2010, de 07 de fevereiro de 2011, que homologou os resultados do referido concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Público nº 01/2010, para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 05 de Abril a 04 de Maio de 2011, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias

após a entrega dos documentos relacionados no Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 05 de Abril de 2011.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 031/2011

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Psicólogo - CRAS

Gisely Pereira Botega

Edital SEAGP nº 032/2011

EDITAL SEAGP Nº 032/2011

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2010.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2010, divulgado através do Edital nº 004/2010, de 12 de novembro de 2010, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 004/2010, de 07 de fevereiro de 2011, que homologou os resultados do referido concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Público nº 004/2010, para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 05 de Abril a 04 de Maio de 2011, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega dos documentos relacionados no Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 05 de Abril de 2011.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 032/2011
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Motorista
GUILHERME BITTENCOURT

Editais SEAGP nº 033/2011

EDITAL SEAGP Nº 033/2011
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO
Nº 001/2007.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2007, divulgado através do Edital nº 001/2007, de 04 de setembro de 2007, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2007, de 22 de janeiro de 2008, que homologou os resultados do referido concurso, e

Considerando que os demais candidatos aprovados constituem Cadastro de Reserva, na forma do item 8.4 do Edital nº 001/2007, de 04 de setembro de 2007,

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2007, para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 05 de Abril a 04 de Maio de 2011, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega dos documentos relacionados no Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 05 de Abril de 2011.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 33/2011
Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Auxiliar de Serviços
Adair Lago Machado
Sérgio Ferreira da Silva
Luiz Carlos Gonzaga Neves

Portaria DGP/SEAGP N.º 080/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 080, de 12 de abril de 2011.
Dispõe sobre a demissão de Agente de Combate as Endemias, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Público Edital - 01/2007, admitida em 20/03/2009, contrato nº 4897, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Ana Luiza Nantes Aurélio	Agente de Combate as Endemias - PCAA	066.642.289-39	18/04/2011

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de 18 de abril de 2011, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 12 de abril de 2011.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Diretora de Gestão de Pessoas

Joaçaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Resolução Nº 02/2011

RESOLUÇÃO Nº 02/2011
SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COMISSÃO DA SECRETARIA PARA ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO DAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DOS CONSELHOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO IDOSO E DA CRIANÇA E ADOLESCENTE NO ANO DE 2011".

O Secretário de Ação Social de Joaçaba(SC), no uso de suas atribuições

RESOLVE:

Art. 1º Nomear comissão para elaboração e planejamento das Conferências Municipais dos Conselhos de Assistência Social, do Idoso e da Criança e Adolescente no ano de 2011, ficando assim nomeados:
Claudete Buchali
Deise Cristina Crippa
Dilene Miriam Nordio
Rozane Martins Schmutz

Sandra Zamoner
Sandrine Cristina Pizoni

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, 06 de abril de 2011.
WALDEMAR RONSSEM JUNIOR
Secretário de Ação Social

Extrato PP 16/2011/PMJ - PL 41/2011/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2011/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2011/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para produção um Plano de Metas para melhorar o desempenho da Administração Pública Municipal, nos diversos órgãos e unidades que compõe a Administração Direta. Forma de Julgamento: Menor preço global. Data da abertura: Dia 29/04/2011, a partir das 15h, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 15h, do dia 29/04/2011. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 13 de abril de 2011.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Luzerna

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato Homologação Convite pml.002.11 - REDE ELÉTRICA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Carta Convite nº 002/2011

O Prefeito de Luzerna, NORIVAL FIORIN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0017/2011, nos seguintes termos:

- Modalidade: Convite nº 002/2011

- Objeto: Fornecimento de material e mão-de-obra para execução de rede elétrica trifásica, com extensão de 280,00m de baixa tensão, nas Ruas Três de Maio e Dezessete de Novembro - Vila Triton - Bairro Vila Alemanha, neste município de Luzerna, conforme projeto, memorial descritivo, orçamento máximo e cronograma.

- Empresa(s) Vencedora(s):

. ELETLSUL - ELETRICIDADE E TELECOMUNICAÇÃO S.A

- Valor total: R\$ 15.575,18

Luzerna (SC), 30 de MARÇO de 2011.
NORIVAL FIORIN
Prefeito de Luzerna

Extrato do 1º Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços pml.0017/2010

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PML.0017/2010 de 30/12/2010

1º TERMO ADITIVO à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PML.0017/2011 de 30/12/2010, proveniente do Processo Licitatório nº pml.0096/2010, Pregão nº pml.0025/2010, celebrada entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA e a empresa AUTO POSTO LUZERNA LTDA.

Objeto: com a concordância das partes, aditar a Ata de Registro de Preços pml.0017/2010, reajustando, a partir de 12 de abril de 2011, em 6,8345% o valor original do litro de gasolina comum, passando de R\$ 2,78 (dois reais e setenta e oito centavos) o litro para R\$ 2,97 (dois reais e noventa e sete centavos) o litro e alterando assim o item 1.1. da Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços nº pml.0017.2010.

Luzerna(SC), 12 de abril de 2011.
NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal
Órgão Gestor

VALDEMIR LAMP
AUTO POSTO LUZERNA LTDA
FORNECEDOR 1

Maracajá

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Contrato

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
Extrato de Contrato

Termo de Contrato nº 36/2011

Contratante: Município de Maracajá

Contratado: Esteio Pavimentação e Construção Ltda

Objeto: Execução das obras de drenagem pluvial e pavimentação asfáltica de ruas do município de Maracajá

Valor: R\$ 279.896,49 (duzentos e setenta e nove mil, oitocentos e noventa e seis reais e quarenta e nove centavos)

Dotação: 449051 (65) e (66) - Fonte 0030 e 0080

Vigência: 04 (quatro) meses, a partir de 22/03/2011

Extrato de Contrato

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
Extrato de Contrato

Termo de Contrato nº 37/2011

Contratante: Município de Maracajá

Contratado: TC Papelaria e Informática Ltda

Objeto: Aquisição parcelada de material escolar para distribuição gratuita aos alunos da rede municipal de ensino fundamental do município de Maracajá, para o ano de 2011

Valor: R\$ 19.250,00 (dezenove mil duzentos e cinquenta reais).

Dotação: 3.3.90.32 - (46) Fonte 0104

Vigência: 25/03/2011 a 31/12/2011

Extrato de Contrato

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
Extrato de Contrato

Termo de Contrato nº 38/2011
Contratante: Município de Maracajá
Contratado: Pré-Moldados Pagani Ltda EPP
Objeto: Aquisição parcelada de tubos de concreto para implantação de esgotos pluviais e para bueiros em estradas vicina do município de Maracajá, para o ano de 2011
Valor: R\$ 37.595,00 (trinta e sete mil quinhentos e noventa e cinco reais)
Dotação: 4.4.90.51 (69) Fonte 0080; 3.3.90.30 (78) Fonte 0080; 3.3.90.30 (80) Fonte 0080
Vigência: 28/03/2011 a 31/12/2011

Extrato de Contrato

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
Extrato de Contrato

Termo de Contrato nº 33/2011
Contratante: Município de Maracajá
Contratado: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA)
Objeto: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Maracajá no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA
Vigência: a partir de 09/03/2011

Extrato de Contrato

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
Extrato de Contrato

Termo de Contrato nº 34/2011
Contratante: Município de Maracajá
Contratado: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA)
Objeto: Disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Maracajá ao CIGA para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 33/2011.
Valor: R\$ 224,00 (duzentos e vinte e quatro reais) mensal.
Vigência: 09/03/011 a 31/12/2011

Extrato de Contrato

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
Extrato de Contrato

Termo de Contrato nº 35/2011
Contratante: Município de Maracajá
Contratado: Retrans Reciclagem e Transportes Ltda
Objeto: Prestação de serviços de transporte dos resíduos sólidos domiciliares urbanos do município de Maracajá até o aterro sanitário da Santech Saneamento & Tecnologia Ambiental Ltda, para o exercício de 2011.
Valor: R\$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais) por viagem
Dotação: 3.3.90.39 (73) Fonte 0080
Vigência: 18/03/011 a 31/12/2011

Massaranduba

PREFEITURA MUNICIPAL**Lei Nº 1273/2011**

LEI Nº 1273/2011

Disciplina a organização do Sistema de Ensino do Município de Massaranduba

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL**

Art. 1º Esta Lei disciplina a organização do Sistema de Ensino do Município de Massaranduba, com ênfase na educação escolar que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino em instituições próprias.

Parágrafo Único Entende-se por Sistema Municipal de Ensino a organização, as competências, a gestão e os recursos financeiros da educação na esfera municipal.

Seção I**Dos Objetivos da Educação Municipal**

Art. 2º O ensino em Massaranduba será ministrado com base nos seguintes objetivos a partir dos princípios e fins da educação nacional:

- I - igualdade de condições para o acesso, permanência e sucesso na escola;
- II - liberdade para aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância racial, religiosa, de gênero, de sexo;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - valorização do profissional da educação escolar; da educação fundamental e educação infantil, de acordo com a Lei Orgânica do Município e nos termos da legislação específica;
- VII - garantia de padrão de qualidade;
- VIII - valorização da experiência extra-escolar;
- IX - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
- X - garantia da inclusão dos educandos com necessidades educacionais especiais, jovens e adultos trabalhadores, bem como daqueles em risco social;
- XI - gratuidade do ensino;
- XII - valorização da educação ambiental como forma de conscientização dos educandos para a preservação e desenvolvimento sustentável do meio ambiente.

Seção II**Das Responsabilidades do Poder Público Municipal com a Educação Escolar**

Art. 3º São incumbências primordiais do Poder Público Municipal de Massaranduba, a oferta da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, às crianças, adolescentes, jovens e adultos, sendo o Ensino Fundamental de responsabilidade compartilhada com o Estado, nos termos constitucionais da Lei 9394/96, cumpridas as determinações do artigo 30, Inciso VI da Constituição Federal.

Art. 4º As responsabilidades do Município com a educação escolar pública serão efetivadas mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, com duração de 09 (nove) anos, iniciando aos seis anos de idade até dia 31 de março, obrigatório e gratuito, inclusive para os que não tiveram acesso, na idade própria, a essa etapa da educação básica;

II - atendimento educacional gratuito e especializado aos educandos com necessidades educacionais especiais, na rede de ensino;

III - atendimento gratuito em creches às crianças de zero a três anos de idade;

IV - atendimento gratuito em pré-escolas às crianças de quatro e cinco anos de idade;

V - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VI - oferta, se necessário, de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VII - atendimento ao educando na Educação Infantil e no Ensino Fundamental Público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação, e assistência à saúde e segurança em colaboração com outros órgãos, em nível federal, estadual e municipal;

VIII - garantia de padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidades mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem;

IX - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um, independente da escolarização anterior;

X - promoção progressiva de ampliação do atendimento à Educação Infantil até o ano de 2020, a universalização do Ensino Fundamental até o ano de 2016 e a erradicação do analfabetismo mediante colaboração técnica e financeira da União, do Estado, inclusive, da Iniciativa Privada.

XI - estabelecimento de mecanismos institucionais à implantação e manutenção da Educação Profissional para formação de nível básico, inclusive a educandos com necessidades especiais.

XII - assegurar o cumprimento da Lei Complementar nº 037/2010 Dispõe sobre o plano de carreira, cargos e salários dos profissionais do magistério público municipal e dá outras providências e estatuto do Magistério Público do município de Massaranduba;

XIII - cumprir e fazer cumprir os objetivos e metas do Plano Municipal de Educação.

§1º Qualquer cidadão ou grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda o Ministério Público, poderá acionar o Poder Público Municipal, para exigir o atendimento da Educação Básica nos termos da Constituição Federal .

§2º Para aprimorar o atendimento disposto no inciso III, o Poder Público Municipal poderá implantar sistema de cooperação buscando firmar parceria com empresas privadas.

Art. 5º O Poder Público Municipal incumbir-se-á de organizar, administrar e manter o Sistema de Ensino de Massaranduba, nos termos desta Lei e em cumprimento à legislação vigente.

Art. 6º É direito dos pais e/ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico das instituições educacionais integrantes deste Sistema de Ensino, bem como conhecer as propostas pedagógicas correspondentes sendo-lhes asseguradas, sistematicamente, as informações pertinentes à frequência e rendimento de seus filhos.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

Art. 7º O Sistema Municipal de Ensino de Massaranduba

compreende:

I - a rede pública, integrada pelas instituições de Ensino Fundamental e de Educação Infantil, criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público Municipal;

II - a rede privada, integrada pelas instituições de educação infantil, mantidas e administradas pela iniciativa privada;

III - os órgãos e serviços municipais de educação;

IV - o Plano Municipal de Educação.

Art. 8º Constituem-se órgãos, executivo e normativo, de controle social do sistema municipal de ensino:

I - a Secretaria Municipal de Educação;

II - o Conselho Municipal de Educação

Parágrafo Único O Município, por meio dos órgãos responsáveis pela educação municipal, baixará normas complementares às nacionais que garantam organicidade, unidade e identidade ao sistema de ensino.

Seção I

Das Instituições Educacionais

Art. 9º Entende-se por instituições municipais de ensino as unidades escolares criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público Municipal, com a finalidade de assegurar o acesso aos níveis obrigatórios da educação básica no âmbito do Município.

Art. 10 As instituições municipais de ensino, respeitadas as normas comuns e as do Sistema Municipal de Ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar o Plano de Desenvolvimento Escolar (PDE);

II- elaborar o Regimento Escolar e Regimento Interno da Secretaria Municipal de Educação promovendo o seu cumprimento;

III - elaborar, executar e avaliar coletivamente a proposta pedagógica;

IV - fazer a gestão de pessoas e dos recursos materiais e financeiros;

V - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas; zelando pela assiduidade do educando;

VI - zelar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

VII - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

VIII - articular-se com as famílias e a comunidade, propiciando sua integração;

IX - manter pais ou responsáveis informados sobre o rendimento e a frequência dos (as) alunos (as);

Art. 11 A organização administrativo-pedagógica das instituições educacionais será regulada no regimento escolar, segundo normas e diretrizes básicas fixadas pelos órgãos competentes do Sistema Municipal de Ensino.

§ 1º As escolas poderão estabelecer formas de cooperação mútua, em todas as áreas, com a finalidade de aperfeiçoar as condições de ensino e pesquisa.

§ 2º As Unidades Escolares elaborarão seu Plano de Desenvolvimento Escolar (PDE), a Proposta Pedagógica (PP) e o Regimento Escolar com seus princípios gerais, administrativos e pedagógicos.

§ 3º O Plano de Desenvolvimento Escolar (PDE) construído coletivamente constitui instrumento gerencial, para a definição de metas, ações, prazos, responsáveis e recursos que promovam a qualidade da educação.

§ 4º As instituições educacionais deste Sistema de Ensino serão supervisionadas pela Secretaria Municipal de Educação, a partir das normas gerais emanadas pelo Conselho Municipal de Educação.

Seção II

Da Secretaria Municipal de Educação

Art. 12 A Secretaria Municipal de Educação, órgão de gestão do Sistema Municipal de Ensino, tem por finalidade precípua elaborar as políticas educacionais do Município, com a participação do Conselho Municipal de Educação, quais sejam:

- I - planejar, executar e supervisionar os órgãos e as instituições oficiais do Sistema Municipal de Ensino;
- II - exercer a ação re-distributiva em relação a suas escolas, considerando seu Plano de Desenvolvimento Escolar (PDE);
- III - apoiar técnico e didático-pedagógico as iniciativas educacionais e de ensino, bem como o relacionamento com os demais sistemas de ensino;
- IV - oferecer a educação infantil e o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais vinculados pela Constituição Federal à manutenção e ao desenvolvimento do Ensino;
- V - zelar pela observância da legislação vigente e pelo cumprimento das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Conselho Municipal de Educação nas instituições que integram o Sistema Municipal de Ensino;
- VI - orientar e supervisionar as instituições privadas integrantes do Sistema Municipal de Ensino;
- VII - realizar, anualmente, o levantamento da população em idade escolar, procedendo a sua chamada para a matrícula;
- VIII - manter atualizado os dados necessários ao gerenciamento da Rede Municipal de Ensino, no que se refere ao corpo discente, ao corpo docente, aos prédios e seus equipamentos, aos níveis e modalidades oferecidos;
- IX - elaborar e executar planos, programas e projetos educacionais no âmbito municipal, obedecendo às diretrizes e prioridades estabelecidas pelo governo local e em consonância com as linhas de políticas educacionais definidas nos níveis federal e estadual;
- X - elaborar, executar e avaliar o Plano Municipal de Educação, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Municipal da Educação;
- XI - exercer outras atribuições que lhe forem conferidas e definidas em lei própria.

Art. 13 A Secretaria Municipal de Educação zelar pela observância das leis federais, estaduais e municipais relativas à educação e ao ensino, bem como pelo cumprimento das decisões do Conselho Municipal de Educação.

Seção III

Do Conselho Municipal de Educação

Art. 14 O Conselho Municipal de Educação é um órgão de natureza normativa, consultiva, deliberativa, propositiva, mobilizadora, fiscalizadora, de acompanhamento e controle social do Sistema Municipal de Ensino, vinculado à Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º A função precípua do Conselho Municipal de Educação é de ser interlocutor e representante dos interesses da sociedade, atuando na defesa dos direitos sociais à educação assegurada na Constituição Federal, artigos 205, 206 e 208, como direito de todos a garantia de um ensino de qualidade.

§ 2º A finalidade do Conselho Municipal de Educação é fortalecer e institucionalizar a participação dos setores organizados da sociedade civil, na elaboração de diretrizes e normas para definição de políticas públicas educacionais, no âmbito do Município.

§ 3º O Conselho Municipal de Educação deverá acompanhar controlar e fiscalizar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), bem como conferir as prestações de contas e emitir resoluções e pareceres.

Art. 15 A organização interna do Conselho Municipal de Educação, a especificação de sua competência, seu funcionamento a sua composição, as formas sob as quais são baixados os seus atos, as relações com os demais órgãos da Administração Pública e privada, o encaminhamento de consultas, processos e proposições, as formas de votação e demais atividades inerentes às suas finalidades serão fixadas em seu Regimento Interno e aprovadas pelo Prefeito Municipal.

Art. 16 Compete ao Conselho Municipal de Educação:

- I - baixar normas complementares para o Sistema Municipal de Ensino;
- II - autorizar séries, anos, ciclos, cursos, exames supletivos e outros;
- III - credenciar e autorizar o funcionamento dos estabelecimentos de ensino;
- IV - protocolar, analisar e aprovar os regimentos escolares das Escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental;
- V - autorizar a criação, desativação ou a extinção de estabelecimentos de ensino;
- VI - fiscalizar o funcionamento dos estabelecimentos de ensino;
- VII - manifestar-se sobre assuntos de natureza educacional que lhe forem submetidas pelo Prefeito Municipal, pela Secretaria Municipal de Educação e pelos organismos e/ou entidades que integram o Sistema Municipal de Ensino;
- VIII - propor medidas que visam a expansão, implementação e o aperfeiçoamento do Sistema Municipal de Ensino;
- IX - manter intercâmbio com outros Conselhos de Educação e/ou através do Fórum de Conselhos;
- X - participar da elaboração e acompanhar a execução do Plano Municipal de Educação;
- XI - elaborar e reformular seu Regimento Interno que será homologado pelo Poder Executivo Municipal;
- XII - participar do Conselho do Fundo Nacional de Educação Básica (FUNDEB);
- XIII - estabelecer diretrizes para a valorização dos profissionais da educação;
- XIV - exercer outras atribuições previstas em lei ou que lhe forem conferidas.

Seção IV

Do Plano Municipal de Educação

Art. 17 O Sistema Municipal de Ensino promoverá ampla mobilização social, visando colher subsídios para a elaboração do Plano Municipal de Educação, com diretrizes e metas para os 10 (dez) anos seguintes, em sintonia com o Plano Nacional e o Plano Estadual de Educação.

§ 1º O Plano Municipal de Educação será elaborado com a participação da sociedade, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, em ação conjunta com o Conselho Municipal de Educação, consonante com os Planos: Nacional e Estadual de Educação, nos termos estabelecidos nas Leis do Município.

§ 2º O Plano Municipal de Educação expressará a proposta educacional do Município, definindo diretrizes, objetivos e metas a partir da leitura e visão diagnóstica do contexto sócio-educacional, cultural e histórico do Município.

§ 3º Compete ao Conselho Municipal de Educação a mobilização pelo acompanhamento e a avaliação da execução do Plano, em ação articulada à Secretaria Municipal de Educação, Poder Legislativo e Organizações Sociais atuantes no Município.

§ 4º O Plano Municipal de Educação será acompanhado e avaliado continuamente, sendo asseguradas avaliações periódicas em fórum próprio, a cada quatro anos de vigência.

§ 5º A avaliação do Plano Municipal de Educação valer-se-á, também, de dados e análises demandadas por Sistemas de Avaliação Nacional e da Própria avaliação institucional da Secretaria

Municipal de Educação.

CAPÍTULO III DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 18 A gestão democrática do ensino público, entendida como ação coletiva e prática político-filosófica, norteará todas as ações de planejamento, formulação, implementação e avaliação das políticas educacionais e alcançará todas as entidades e organismos integrantes do Sistema Municipal de Educação.

Art. 19 A gestão democrática do ensino público municipal será definida em legislação própria, com observância dos seguintes princípios:

- I - autonomia progressiva das unidades educacionais na gestão administrativa, financeira e pedagógica;
- II - participação colegiada nos níveis deliberativo, normativo e executivo, garantindo a descentralização das decisões do processo educacional;
- III - valorização da escola como espaço privilegiado de planejamento e execução do processo educacional;
- IV - transparência nos procedimentos pedagógicos, administrativos e financeiros, garantindo o zelo pelos bens públicos;
- V - adoção de mecanismos que garantam precisão, segurança e confiabilidade nos procedimentos de registro relativos à vida escolar, nos aspectos pedagógico, administrativo, contábil e financeiro, de forma a permitir a eficácia da participação da comunidade escolar;

Parágrafo Único Integra a comunidade escolar, os (as) alunos (as), seus pais ou responsáveis, os profissionais da educação e demais servidores públicos em exercício na unidade escolar.

Seção I Do Conselho Escolar

Art. 20 As instituições da rede pública Municipal de Ensino contarão, na sua estrutura, organização e funcionamento, com Conselhos Escolares, enquanto expressão de gestão democrática e instância máxima deliberativa, consultiva, fiscalizadora e propositiva.

Parágrafo Único O Conselho Escolar, órgão colegiado integrante da organização e funcionamento da escola e instituições de Educação Infantil, terá como finalidades básicas:

- I - concorrer para consolidar o processo educativo, buscando corresponsabilidade e socialização do processo decisório pelo fortalecimento, enriquecimento e qualificação da Proposta Pedagógica e Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE).
- II - promover a integração entre os vários segmentos que participam do processo educativo na escola, viabilizando o exercício democrático, como forma de aprendizado e exigência de cidadania;

Art. 21 As diretrizes gerais quanto à eleição, atribuições, composição e funcionamento do Conselho Escolar, serão dispostas em normatização específica a ser baixada pelo Conselho Municipal de Educação, asseguradas nos termos cabíveis, a autonomia do regimento da escola.

Art. 22 As instituições educacionais, comunitárias e/ou filantrópicas, integrantes do Sistema de Ensino, contemplado, sistematicamente, com recursos públicos, providenciarão na sua organização e funcionamento, a constituição de conselhos escolares.

Seção II Do Provimento do Cargo de Diretores (as) das Instituições Educacionais Públicas

Art. 23 As diretrizes gerais para o processo de escolha de diretores (as) de instituições educacionais da rede pública municipal de ensino de Massaranduba, serão dispostas em normatização específica a ser baixada pelo Conselho Municipal de Educação, em consonância com o Sistema Municipal de Educação.

CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Art. 24 A Educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para ter sucesso no trabalho e em estudos posteriores.

Art. 25 O Sistema de Ensino do Município de Massaranduba atenderá, prioritariamente, a Educação Infantil, o Ensino Fundamental.

Seção I Da Educação Infantil

Art. 26 A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, oferecida em creche e pré-escola, tem como finalidade o desenvolvimento da criança de zero a cinco anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, com base no respeito, na construção da identidade, da autonomia, da cidadania, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 27 A Educação Infantil será oferecida nas seguintes instituições:

- I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;
- II - centros municipais de Educação Infantil, para crianças de zero a cinco anos de idade;
- III - escolas municipais, para crianças de quatro a cinco anos de idade;
- IV - escolas privadas conveniadas, assim entendidas as instituições que mantêm com o poder público municipal instrumento de colaboração para o desenvolvimento de suas atividades, no atendimento a crianças de zero a cinco anos;
- V - escolas privadas, criadas e mantidas pela iniciativa privada.

Art. 28 As escolas de educação infantil da Rede Pública Municipal serão enquadradas nos moldes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), inclusive com alteração efetuada através da Lei Federal 11.114, de 16 de maio de 2005, bem como, na resolução número 03 de 03 de agosto de 2005 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

Parágrafo Único As crianças com necessidades educacionais especiais serão atendidas nas Instituições Educacionais de Educação Infantil, respeitado o direito ao atendimento especializado adequado em seus diferentes aspectos.

Art. 29 As concepções, os objetivos e a metodologia da Educação Infantil deverão estar explicitados no Projeto Político Pedagógico das instituições educacionais, atendendo ao Referencial Curricular, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e as Diretrizes curriculares da Rede Municipal de Ensino.

Parágrafo Único Na Educação Infantil, o ensino da linguagem oral e escrita, a matemática, a música, as artes visuais, o movimento, natureza e sociedade e a identidade e autonomia são componentes curriculares obrigatórios, ajustando-se às faixas etárias e às condições das crianças.

Art. 30 A autorização para funcionamento de Estabelecimentos de Educação Infantil, públicos ou privados, vinculados ao Sistema Municipal de Educação, será concedida pela Secretaria Municipal

de Educação mediante a apresentação de processo próprio, aprovada pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 31 Na Educação Infantil a avaliação se fará mediante o acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental.

Art. 32 Serão garantidos, em normas próprias, padrões básicos de infra-estrutura para o funcionamento das instituições de Educação Infantil: Públicas e Privadas do Sistema Municipal de Ensino, que considerando a diversidade regional assegurem atendimento das características das diferentes faixas etárias e necessidades do processo educativo, na perspectiva da inclusão.

Art. 33 Será estabelecido pela coordenação da Secretaria de Educação, de forma sistemática o acompanhamento, controle e supervisão, sobretudo da Educação Infantil, nas instituições públicas e privadas do Sistema Municipal de Ensino, preferencialmente em parcerias com as instituições de ensino superior com apoio técnico-pedagógico, como garantia do cumprimento dos requisitos básicos vigentes, na perspectiva da qualificação do atendimento educacional.

Seção II Do Ensino Fundamental

Art. 34 O Ensino Fundamental é a etapa da Educação Básica de escolarização obrigatória para educandos na faixa etária de seis a catorze anos, com duração mínima de nove anos, destinado à formação básica da cidadania e favorecerá o desenvolvimento de habilidades e competências, tendo em vista a aquisição da leitura, da escrita e do cálculo, proporcionando a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a vida social.

Parágrafo Único As instituições educacionais deverão zelar pela permanência e sucesso do educando na escola.

Art. 35 O currículo do Ensino Fundamental, constituído em consonância com as diretrizes nacionais, terá em considerações:

- I - o desenvolvimento da capacidade de aprender e de socializar o que aprendeu, tendo como meios básicos o domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II - a compreensão do ambiente natural e social, dos sistemas políticos e da auto determinação dos povos, dos valores em que se fundamenta a sociedade, da tecnologia e das artes;
- III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV - a formação da consciência crítica e a aquisição de capacidade de organização para a transformação social;
- V - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social;
- VI - inclusão de pelo menos uma língua estrangeira, escolhida pela comunidade escolar, conforme as possibilidades da instituição;
- VII - foco central na alfabetização, ao longo dos três primeiros anos.

Art. 36 O Ensino Fundamental na rede pública municipal, atendido as normas gerais da educação nacional, será organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

- I - calendário escolar observará o mínimo de 800 horas de efetivo trabalho escolar, distribuídas em 200 dias letivos, assegurada margem de segurança para além desse mínimo;
- II - a matrícula do educando, exceto para o ingresso no ano inicial do Ensino Fundamental, poderá ser feita independentemente de

escolarização anterior, mediante avaliação pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e, experiência do candidato, e que permita sua inserção na série ou etapa adequada, observada a faixa etária e as normas do Sistema Municipal de Ensino;

III - por promoção, para educandos da escola que cursaram com aproveitamento, a série, etapa e/ou equivalente organização do ensino, de acordo com o disposto no regimento escolar;

IV - por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas;

V - por reclassificação, para a adequada série, etapa e/ou equivalente organização, no caso de modelo curricular diferente do original, considerada a faixa etária própria, mediante avaliação com base nas normas curriculares gerais, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no país e no exterior.

VI - a possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;

VII - possibilidade de avanço nas séries, etapas e/ou equivalentes organização do ensino, durante e ao final do período letivo, mediante verificação de aprendizagem, respeitada a faixa etária adequada e atendida a normatização própria do sistema de ensino quando da possibilidade de idade inferior à série, etapa e/ou equivalente organização;

VIII - obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralela ao ano letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, considerando-se a possibilidade de recuperação, também, após os períodos letivos, assegurando-se carga horária própria, em atendimento do processo de aprendizagem.

IX - o controle da frequência dos alunos, conforme o disposto no regimento escolar e as normas do Sistema Municipal de Ensino observarão a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas-letivas anuais do conjunto de componentes curriculares, em que o aluno está matriculado, para aprovação ou progressão continuada;

X - a data da matrícula do aluno na escola, em qualquer época do ano letivo, para cálculo do percentual de frequência;

XI - a definição da parte diversificada do currículo das escolas públicas municipais, em complementação à base comum nacional, nos termos da legislação vigente, observará a inclusão de pelo menos uma língua estrangeira conforme as possibilidades da instituição;

XII - a inclusão de componentes curriculares que atendam à proposta pedagógica da escola, definidos em conjunto com os órgãos do Sistema Municipal de Ensino.

XIII - a jornada escolar no Ensino Fundamental será de pelo menos quatro horas diárias de sessenta minutos de trabalho efetivo sob a orientação do(a) professor (a) e com a frequência exigida, de acordo com a proposta pedagógica da escola;

XIV - São ressalvados os cursos noturnos e as formas alternativas de organização devidamente autorizadas pelo órgão responsável do Sistema Municipal de Ensino.

Art. 37 Na Rede Municipal de Ensino de Massaranduba a avaliação do processo de formação do educando será diagnóstica, formativa e somativa, observado:

- I - avanços e dificuldades do educando para redefinir a ação educativa;
- II - domínio da leitura e da escrita como fundamental para o processo de aprendizagem em todas as áreas
- III - prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos do desempenho do educando, devendo levar em consideração a sua formação nos aspectos cognitivo, biológico, cultural, psicológico, afetivo e social;
- IV - avanço de estudos, quando apresentar potencialidades e progressos, mediante verificação da aprendizagem;
- V - possibilidade de aceleração de estudos para estudantes com atraso escolar;
- VI - recuperação paralela e periódica com intervenção pedagógica

e procedimentos didáticos específicos para o educando com baixo rendimento escolar;

VII - verificação do rendimento escolar e controle da frequência.

Parágrafo Único O educando está obrigado a cumprir, no mínimo, 75% (setenta e cinco) por cento do total de horas letivas para aprovação. A verificação do rendimento escolar do educando, respeitados os critérios estabelecidos na legislação federal e municipal, é matéria disciplinada nas Normas para Avaliação do Processo de Ensino e de Aprendizagem da Rede Municipal de Ensino, no regimento escolar e na proposta pedagógica das instituições educacionais.

Art. 38 A transferência do educando de uma instituição educacional ocorrerá, preferencialmente, nos períodos de férias e de recesso escolar.

Parágrafo Único A divergência de currículo, em relação aos componentes curriculares da parte diversificada, não constituirá impedimento para aceitação de matrícula por transferência.

Art. 39 Os registros referentes ao aproveitamento e à assiduidade do educando, até a época da transferência, são atribuições exclusivas da instituição educacional de origem.

Art. 40 Respeitadas as disposições legais, nenhuma instituição educacional poderá recusar-se a conceder transferência a qualquer de seus educandos.

Parágrafo Único Excepcionalmente, quando a instituição educacional não puder fornecer ao interessado, de imediato, os documentos definitivos, fornecer-lhe-á uma declaração provisória com validade de 30 dias, contendo os dados necessários para orientar o estabelecimento de destino, na matrícula do educando.

Art. 41 O educando proveniente do exterior, para ser matriculado na Rede Municipal de Ensino, deverá ter sua documentação escolar analisada pela Secretaria Municipal e/ou Conselho Municipal de Educação.

Art. 42 A expedição de documentos escolares é de exclusiva responsabilidade das instituições educacionais, respeitadas as normas legais.

Parágrafo Único Os documentos escolares que comprovam os estudos efetuados pelos educandos, com os direitos que deles decorrem, são entre outros:

- I - histórico escolar;
- II - relatório da avaliação de desempenho;
- III - certificado ou declaração de conclusão de anos de escolaridade, de níveis da Educação de Jovens e Adultos ou de outra forma de organização;
- IV - ficha individual com os resultados obtidos nos períodos escolares ou em parte destes.

Art. 43 A instituição educacional deverá manter arquivada a escrituração escolar com o registro sistemático dos fatos relativos à sua organização, seu funcionamento e à vida escolar dos educandos.

Parágrafo Único Os registros deverão garantir a verificação da identidade e regularidade da vida escolar dos educandos e a autenticidade dos documentos expedidos.

Art. 44 O conselho de classe é um colegiado constituído por professor, educando e equipe gestora, e tem por objetivo o acompanhamento e avaliação do processo de ensino e da aprendizagem.

Parágrafo Único O conselho de classe deverá convocar os pais ou

responsáveis pelo educando, quando necessário.

Art. 45 Deverão constar no regimento escolar das instituições educacionais disposições detalhadas sobre a organização do conselho de classe, respeitadas as normas legais.

Art. 46 O regimento escolar é o documento normativo da instituição educacional, elaborado pela comunidade escolar, que rege sua organização pedagógica, técnico-administrativa, financeira e disciplinar deverá conter:

- I - identificação da instituição educacional e de sua mantenedora;
- II - fins e objetivos do estabelecimento de ensino;
- III - organização técnico-administrativa, financeira e pedagógica;
- IV - organização da rotina da escola e da vida escolar do educando;
- V - direitos e deveres dos participantes do processo educativo;
- VI - normas e medidas disciplinares para gestores, docentes, servidores e discentes.

Art. 47 O Projeto Político Pedagógico (PPP) - base orientadora das atividades desenvolvidas por todos os segmentos da comunidade escolar - define, de forma participativa, as responsabilidades pessoais e coletivas a serem assumidas para a consecução dos objetivos educacionais estabelecidos. Devem ser observados para a elaboração do PPP:

- I - dispositivos constitucionais pertinentes;
- II - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN);
- III - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)
- IV - princípios e diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE);
- V - resoluções e pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE);
- VI - Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN);
- VII - Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI)
- VIII - princípios e diretrizes do Plano Municipal de Educação (PME);
- IX - resoluções e pareceres do Conselho Municipal de Educação (CME);
- X - Referenciais Curriculares da Rede Municipal de Ensino.

Seção III

Da Educação de Jovens e Adultos

Art. 48 A Educação de Jovens e Adultos na Rede Municipal de Ensino destina-se àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade própria no Ensino Fundamental, possibilitando a redução do tempo de estudo para que o educando possa avançar no processo de escolarização.

Art. 49 A Rede Municipal de Ensino oferecerá, para jovens e adultos, oportunidades educacionais apropriadas, considerando as características, interesses e condições de vida do educando, mediante diferentes formas de organização do ensino.

Parágrafo Único A Educação de Jovens e Adultos na Rede Municipal de Ensino funcionará, prioritariamente, no turno noturno.

Art. 50 O ensino da Educação de Jovens e Adultos (EJA) ao nível do Ensino Fundamental, obrigatório para maiores de 15 anos, constituir-se-ão preponderantemente da Base Nacional Comum, possibilitada a complementação diversificada, nos termos das normas próprias deste Sistema de Ensino.

Parágrafo Único O Poder Público, através da Secretaria Municipal de Educação, poderá instituir parcerias com empresas objetivando a formação de turmas de Educação de Jovens e Adultos para os seus trabalhadores.

Art. 51 O Poder Público Municipal poderá celebrar convênios com empresas e órgãos públicos com a finalidade de disponibilizar aparelhagem e demais condições para recepção de programas de tele- educação no local de trabalho, e proporcionar professores qualificados para acompanhar e avaliar os educandos.

Seção IV Da Educação Especial

Art. 52 A Educação Especial, pautada pelo princípio da inclusão social, é a modalidade de educação escolar para educandos com necessidades educacionais especiais a ser oferecida em classes comuns nos diversos níveis e modalidades, na Rede de Ensino.

§ 1º A Rede Municipal de Ensino, de acordo com o disposto no Plano Nacional de Educação Especial garantirá aos educandos com deficiência, altas habilidades e transtornos globais:

- I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos específicos para atender às suas necessidades, bem como profissionais habilitados - intérprete e instrutor de Língua Brasileira de Sinais / LIBRAS, para inclusão desses educandos;
- II - atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, em turno inverso à escolarização do educando, complementando e ampliando o currículo escolar;
- III - terminalidade do Ensino Fundamental e seu encaminhamento para a educação profissional, através de histórico escolar que descreva as competências desenvolvidas.

§2º A Rede Municipal de Ensino para atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais deverá contar sempre que necessário com profissionais graduados em cursos afins para os serviços de apoio especializado.

CAPÍTULO V DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Seção I Da Formação/Qualificação

Art. 53 São integrantes do Magistério do Sistema Municipal de Ensino os profissionais que exercem atividades de docência e os que oferecem suporte técnico-pedagógico e administrativo a essas atividades, incluídas as de gestão, planejamento, supervisão, orientação e coordenação pedagógica.

Art. 54 São incumbências dos profissionais da educação no exercício da docência:

- I - participar da elaboração da proposta pedagógica da escola;
- II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica da instituição;
- III - zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de baixo rendimento;
- V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos no Calendário Escolar, além de participar integralmente das atividades dedicadas a planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional;
- VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 55 São incumbências dos profissionais em exercício de atividades de Suporte técnico- pedagógico à docência nas instituições de educação e de ensino:

- I - coordenar, acompanhar e assessorar o processo de elaboração e execução da proposta pedagógica da instituição;
- II - acompanhar e assessorar os docentes no cumprimento de

- dias e horas letivas, e no desenvolvimento de plano de trabalho e estudos de recuperação;
- III - prover meios para desenvolvimento de estudos de recuperação para os alunos de baixo rendimento;
- IV - articular-se com a comunidade escolar e informar os pais sobre a frequência e o rendimento dos alunos e a execução da proposta pedagógica da escola;
- V - participar integralmente das atividades dedicadas a planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional.

Parágrafo Único Os profissionais de suporte técnico-pedagógico, em exercício na Secretaria Municipal de Educação desenvolverão atividades de supervisão, acompanhamento e avaliação junto às instituições educacionais públicas que integram o Sistema Municipal de Ensino, de acordo com a legislação vigente.

Art. 56 Para exercerem as atividades descritas no Art. 55, os profissionais da educação deverão ser graduados em curso superior de licenciatura plena.

§ 1º O Sistema de Ensino por meio de seu órgão competente investirá na formação docente possibilitando prosseguimento de estudos à graduação plena em nível superior.

§ 2º Aos docentes atuantes na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Modalidades, será garantida a formação continuada na área da Educação Especial e apoio técnico especializado ao trabalho pedagógico na escola.

§ 3º Na docência da Educação Infantil - pré-escolar - serão assegurados, também, docentes da área de Educação Física, preservando-se a sistematização e organização curricular.

§ 4º Na docência do Ensino Fundamental serão assegurados, também, docentes das áreas do Ensino filosófico, Língua estrangeira, Artes e Educação Física, preservando-se a sistematização e organização curricular.

§ 5º Aos demais docentes será assegurado preparo específico na sua área de atuação através da formação continuada.

Art. 57 Para a atualização contínua dos docentes e demais profissionais da educação, os programas de formação continuada, serão desenvolvidos, preferencialmente, em articulação com as instituições de ensino superior, entidades sociais, com a colaboração técnica e financeira disposta na legislação vigente.

Parágrafo Único A formação continuada aos profissionais da educação será constituída, também, de horários sistemáticos, assegurados no interior da escola às atividades demandadas pelo trabalho pedagógico, sem prejuízo do mínimo letivo estabelecido no calendário escolar.

Seção II Da Valorização

Art. 58 O Sistema Municipal de Ensino, no que se refere à valorização dos profissionais da educação visa os seguintes princípios:

- I - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga horária de trabalho, com percentual especificado na legislação própria;
- II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado, para frequentar o curso de mestrado, conforme regulamentação própria;
- III - condições adequadas de trabalho ao exercício profissional nas instituições educacionais do sistema de ensino e atualização constante quanto à relação teoria/prática em estudos e pesquisas;
- IV - liberdade de opinião, de idéias, de cultura religiosa e de convicção política e ideológica;
- V - estatuto e plano de Carreira definidos em lei própria;
- VI - Piso salarial profissional;
- VII - Ingresso exclusivamente por concurso público de provas e

títulos;

VIII- progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

Parágrafo Único A efetiva experiência no Magistério de, no mínimo dois anos é pré-requisito para o exercício de quaisquer outras funções do Magistério ou atividades técnicas.

CAPÍTULO VI DOS RECURSOS FINANCEIROS

Seção I Da Origem e Destinação

Art. 59 O Município aplicará, anualmente, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento), conforme prescreve sua Lei Orgânica, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público municipal, conforme especificação abaixo:

- I - receita de impostos próprios da União, do Estado e Município;
- II - receita de transferências constitucionais e outras transferências;
- III - receita do salário-educação e de outras contribuições sociais;
- IV - receita de incentivos fiscais;
- V - outros recursos previstos em Lei.

Art. 60 A Secretaria Municipal de Educação participará da elaboração do Plano Plurianual, das leis de diretrizes orçamentárias e das leis orçamentárias anuais, cabendo-lhe definir a destinação dos recursos vinculados e outros que forem reservados para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

Parágrafo Único O Conselho Municipal de Educação participará das discussões da proposta orçamentária e acompanhará a sua execução, zelando pelo cumprimento dos dispositivos legais.

Art. 61 A Secretaria Municipal de Educação é a gestora dos recursos financeiros destinados à respectiva área, sendo responsável, juntamente com as autoridades competentes do Município, pela sua correta aplicação.

Art. 62 Cabe à Secretaria Municipal de Educação autorizar, de acordo com lei específica, os repasses a serem feitos diretamente às escolas municipais, acompanhando e orientando sua correta aplicação.

CAPÍTULO VII DO REGIME DE COLABORAÇÃO

Art. 63 O Poder Público Municipal, com a cooperação do Estado e assistência da União, desenvolverá através do órgão executivo da educação, em ação articulada formas de colaboração para assegurar a universalização do ensino fundamental obrigatório:

- I - formulação de políticas e planos educacionais, e repartição das matrículas no ensino fundamental;
- II - recenseamento e chamada pública da população para o ensino fundamental e controle da frequência dos alunos;
- III - definição de padrões mínimos de qualidade do ensino, avaliação institucional, organização da educação básica, proposta de padrão referencial de currículo e elaboração do calendário escolar;
- IV - valorização e formação dos recursos humanos da educação;
- V - expansão e utilização da rede escolar de educação básica;
- VI - programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Parágrafo Único A colaboração de que trata o Art. 64º deve garantir a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros

disponíveis em cada esfera.

Art. 64 O Sistema Municipal de Ensino buscará atuar em articulação com o Sistema Estadual na elaboração e normas complementares, com vistas à unidade normativa, respeitadas as peculiaridades das redes de ensino dos respectivos sistemas.

Art. 65 O Poder Público Municipal estabelecerá colaboração com outros municípios, inclusive por meio de consórcios, visando a qualificar a educação pública de sua responsabilidade.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 66 A expedição de autorização de funcionamento, de credenciamento e de reconhecimento das instituições de ensino, são de competência da Secretaria Municipal da Educação após parecer favorável do Conselho Municipal de Educação, nos casos previstos nesta lei.

Art. 67 As deliberações do Conselho Municipal de Educação dependerão de homologação de autoridade superior e terão vigência imediata após a publicação e registro no órgão competente.

Art. 68 O exercício do magistério nos estabelecimentos de ensino, independente de sua dependência administrativa será exercido com exclusividade, por profissionais habilitados.

Art. 69 O Plano Municipal de Educação, elaborado com a participação da sociedade, aprovado por lei, articulado com os planos, nacional e estadual de educação, terá como objetivos:

- I - a erradicação do analfabetismo;
- II - a melhoria das condições e da qualidade de ensino;
- III - a universalização do atendimento ao ensino obrigatório e a progressiva universalização da Educação Infantil;
- IV - o aprimoramento da formação humanística, científica e tecnológica;
- V - a progressiva ampliação do tempo de permanência na escola do aluno no ensino fundamental;
- VI - a gestão democrática da educação de forma evolutiva e abrangente.

Art. 70 As instituições de educação promoverão a adaptação de seus estatutos, regimentos e atos normativos deles decorrentes ao disposto nesta Lei.

Art. 71 Os estabelecimentos de ensino seguirão as Diretrizes propostas pela Secretaria Municipal de Educação, aprovado pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 72 Caberá aos pais e/ou responsáveis legais de crianças e adolescentes providenciar sua matrícula e zelar pela frequência escolar.

Art. 73 A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba em, 12 de Abril de 2011.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 1274/2011

LEI Nº 1274/2011

Autoriza o Poder Executivo a firmar convênios com entidades filantrópicas ou sem fins lucrativos, para a consecução da política de assistência à saúde preconizada pela Lei Federal nº 8.080/90.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Massaranduba autorizado a firmar convênios com entidades filantrópicas ou sem fins lucrativos de saúde, sempre que as disponibilidades dos hospitais públicos municipais ou regionais forem insuficientes para a garantia da cobertura assistencial de saúde dos munícipes.

Art. 2º Os convênios eventualmente firmados terão como objeto específico o repasse de valores relativos ao auxílio na manutenção e operacionalização das cirurgias eletivas realizadas, pelo Sistema Único de Saúde - SUS e em benefício dos cidadãos do Município de Massaranduba, nas entidades de saúde filantrópicas ou sem fins lucrativos, conforme preconizado pela Constituição Federal e pela Lei Federal nº 8.080/90, que regulamenta a atuação do Sistema Único de Saúde - SUS, cujo valor será de até R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por cirurgia eletiva.

Parágrafo único. A celebração de qualquer convênio com base nesta lei deverá ser objeto de deliberação junto ao Conselho Municipal de Saúde do Município de Massaranduba, atentando-se à legislação em vigor.

Art. 3º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba em, 12 de Abril de 2011.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretário de Administração e Finanças

Meleiro**PREFEITURA MUNICIPAL****Portaria n.º 120/2011**

PORTARIA n.º 120/2011

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009, RESOLVE:

R E T O R N A R

Art. 1.º Da licença saúde, a servidora IZABEL MATIAS, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 11/04/2011.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 058/2011.

Meleiro, 13 de Abril de 2011.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria n.º 121/2011

PORTARIA n.º 121/2011

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei n.º 910/2002, de 13 de março de 2002, Lei nº 1408/2009 de 28 de dezembro de 2009, Lei nº 1409/2009 e edital do Processo Seletivo, RESOLVE:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora ANA PAULA CARDOSO VIEIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, nível referencia MAG 080 conforme anexo III da Lei nº 1409/2009, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em virtude do retorno da Izabel Matias .

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 11/04/2011.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário em especial a Portaria nº 059-2011.

Meleiro, 13 de Abril de 2011.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Monte Carlo**PREFEITURA MUNICIPAL****Edital do Pregão Presencial Nº 12/2011**

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 27/2011

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2011

REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, simplesmente designado ORGÃO GERENCIADOR, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Antoninho Tiburcio Gonçalves no uso de suas atribuições, juntamente com os ORGÃOS PARTICIPANTES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratações futuras do objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município - Rodovia SC 456 Km 15, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues até as 13:45 horas do dia

27/04/2011 ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

DO OBJETO- O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de MATERIAL DE SEGURANÇA - EPI'S, MATERIAL PROMOCIONAL DE CAMPANHA DE VACINAÇÃO, MÓVEIS E UTENSÍLIOS PARA FUNDO DE SAÚDE E OUTROS EQUIPAMENTOS E INSUMOS DIVERSOS, CONFORME ANEXO VII. INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Prefeitura Municipal de Monte Carlo, sala de Licitações da Secretaria de Administração e Finanças, situada na Rodovia SC 456 km 15. HORÁRIO: Das 12:00 às 17:30:00HS. TELEFONE/FAX: (049) 3546- 0194. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo, 12 de abril de 2011.
ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 1443/2011

LEI Nº 1443/2011

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Excelentíssimo Senhor BALTAZAR PELLEGRIN, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça;

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art.1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a contratar, por tempo determinado, profissionais diversos para atuarem no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS especificamente no Desenvolvimento do Programa de Atenção Integral às Famílias, de acordo com o Anexo Único da presente Lei.

Parágrafo único- Referidos profissionais deverão possuir comprovada experiência profissional na área de atuação.

Art. 2º - O número de vagas a serem criadas, a carga horária semanal e a remuneração mensal a ser percebida serão estabelecidas no mencionado Anexo Único.

Art. 3º - A presente Lei vigorará enquanto for mantida a parceria com o Governo Federal, por meio Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e o município de Morro da Fumaça, por meio da Secretaria Municipal da Família e Assistência Social para manutenção do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, especificamente no Desenvolvimento do Programa de Atenção Integral às Famílias do Município de Morro da Fumaça.

Art.4º- Os servidores admitidos no CRAS deverão prestar informação e orientação para a população de sua área de abrangência, bem como se articular com a rede de proteção social local no que se refere aos direitos de cidadania, mantendo ativo um serviço de vigilância da exclusão social na produção, sistematização

e divulgação de indicadores da área de abrangência do CRAS, em conexão com outros territórios.

Parágrafo único- Sob orientação do gestor municipal de Assistência Social, os servidores acima mencionados deverão realizar o mapeamento e a organização da rede socioassistencial de proteção básica e promover a inserção das famílias nos serviços de assistência social local.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 11 de Abril de 2011.
BALTAZAR PELLEGRIN
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Decreto Nº 027/2011

DECRETO Nº 027/2011, em 13 de abril de 2011.

"PRORROGA O PAGAMENTO DA PARCELA ÚNICA E DA PRIMEIRA PARCELA DO IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO - IPTU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O senhor BALTAZAR PELLEGRIN, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, IX, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado o pagamento da Parcela Única, bem como da Primeira Parcela do Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU para o dia 29 de abril de 2011.

Art. 2º - Mantêm-se o desconto de 20% (vinte por cento) no pagamento da Parcela Única até a data supra.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 13 de abril de 2011.
BALTAZAR PELLEGRIN
Prefeito Municipal

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças
Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Nova Trento

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 317/2011

PORTARIA nº 317, de 08 de abril de 2011
DESIGNA SERVIDOR.

ORIVAN JARBAS ORSI, Prefeito Municipal de NOVA TRENTO, no uso de suas atribuições designadas na Lei Orgânica Municipal, Art. 94, inciso VIII, pela presente RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Sr. Carlos Tarcisio Battisti, exercente do cargo de Diretor do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto, a prestar em nome do Município as informações solicitadas pela Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, no prazo solicitado pela mesma.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Cumpra-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 08 de abril de 2011.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal de Nova Trento

Registrada em Livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Administração e Finanças

Portaria Nº 318/2011

PORTARIA Nº 318 / 2.011
Prorroga o Prazo da Portaria nº 185/2011, que Abre Processo de Sindicância Sigilosa.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII e XII do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

Art. 1º- Prorrogar a partir desta data, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos referente a abertura do Processo de Sindicância Sigilosa, instaurado pela Portaria nº 185/2011, que trata do problema que vem ocorrendo na Rua Dorvalino Fumagali, Bairro Indaiá, Município de Nova Trento, com referência a supressão de vegetação e extração mineral.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 11 de abril de 2.011.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art. 1º, Parágrafo Único do Decreto nº039/2009.

MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Administração e Finanças.

Resumo Ata da Fase de Habilitação CV 008/2011

Resumo de Ata de Habilitação Processo Licitatório nº 046/2011 - CV 008/2011

Entregaram tempestivamente os envelopes de documentação e proposta as seguintes empresas: KRAUSE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA., GESTÃO PÚBLICA CONSULTORES ASSOCIADOS, MAGNA CONSULTORIA EM GESTÃO MUNICIPAL LTDA., ANCORA PRIME ASSESSORIA & CONSULTORIA LTDA. E INSTITUTO CATARINENSE DE MODERNIZAÇÃO MUNICIPAL (ICAMM)
FASE DE HABILITAÇÃO: Após análise da documentação, a Comissão verificou que as empresas cumpriram as exigências editalícias, estando habilitadas a participarem do presente processo.
FASE DE PROPOSTA: Marcou-se a abertura dos envelopes contendo as propostas para dia 14/04/2011, às 13:40 Horas.

Nova Trento/SC, 11 de abril de 2011.
APRIGIO JOSÉ BOTAMELI
Presidente Comissão de Licitações

Edital de processo Seletivo Simplificado Nº 01/2011

PREFEITURA SELECIONARÁ NUTRICIONISTA PARA CONTRATO TEMPORÁRIO
Edital de Processo Seletivo Simplificado 01/2011

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.754 de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal 2.103 de 22 de Dezembro de 2005, TORNA PÚBLICO que estão abertas, no período de 11 a 20 de Abril de 2011, junto a Secretaria Municipal de Educação e Esportes no horário das 8h30min às 11h e das 13h30 às 17h, as inscrições para Processo Seletivo Simplificado visando a contratação temporária de profissional NUTRICIONISTA, para atuar junto a Secretaria Municipal de Educação e Esportes. Carga horária de 40 horas semanais, com vencimento mensal de R\$ 1.600,00 (hum mil e seiscentos reais), face a suspensão judicial do Concurso Público Municipal nº 001/2007, bem como por motivo de excepcional interesse público consoante art 1º, I da Lei Municipal nº 1.754/2001.

O Processo Seletivo Simplificado obedecerá o seguinte rito:

I - Das características do Contrato

O presente Processo Seletivo Simplificado visa selecionar profissional Nutricionista para o preenchimento de 01 (uma) vaga, mediante Contrato Administrativo Temporário, de caráter precário e a título emergencial, por um período de 06 meses, podendo ser prorrogado conforme Lei Municipal nº 2.103 de 22 de Dezembro de 2005, para o desempenho das atribuições descritas no Anexo deste Edital.

O(a) contratado(a) será regido(a) pelo regime Estatutário inserto na Lei Municipal nº 1.207/92 e suas alterações, tendo como regime previdenciário, o regime geral da previdência social.

A referida contratação poderá ser rescindida a qualquer tempo pela Administração Municipal e em caso de descumprimento dos deveres funcionais previstos no Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais ou havendo interesse administrativo na rescisão antecipada do contrato, sendo que ao contratado (a) caberá somente o pagamento de forma proporcional ao período trabalhado.

A carga horária do contratado (a) será de 40 (quarenta) horas semanais, com vencimento mensal de R\$ 1.600,00 (hum mil e seiscentos reais) garantidos os mesmos percentuais de reajustes e/ou aumentos que venham a ser concedidos durante o período contratual pela Administração Municipal dos demais servidores

municipais, bem como demais direitos na forma expressa da lei.

II - Do Critério de Seleção

O Processo Seletivo Simplificado de que trata o presente Edital será feito mediante a análise curricular dos candidatos inscritos e o preenchimento dos requisitos legais de habilitação para exercício da profissão de Nutricionista.

A avaliação curricular será feita seguindo critérios de experiência profissional, formação acadêmica e cursos complementares relacionados ao objeto da contratação, com pontuação classificatória:

I- Experiência Profissional Pontos

- Maior tempo de serviço atuando na área de educação 1
- 2- Formação acadêmica
- Pós Graduação em Nutrição (nível especialização) 0,5
- 3- Cursos Complementares (carga horária mínima de 10 horas)
- Alimentação Escolar/Educação Nutricional 1,5
- Participação em Congressos 0,5
- Participação em Seminários 0,3
- Participação em outros eventos 0,2
- 4- Curso Básico de Informática 1

Ocorrendo igualdade de pontuação, o desempate dar-se-á em favor do candidato mais idoso.

III - Das inscrições

São requisitos para atuação no serviço público municipal:

- a) ser brasileiro ou estrangeiro na forma da lei;
- b) ter idade mínima de dezoito (18) anos;
- c) estar quite com as obrigações militares e eleitorais;
- d) gozar de boa saúde física e mental, comprovada mediante exame médico;
- e) ter atendido às condições prescritas em Lei para o cargo;
- f) possuir aptidão para o exercício do cargo;

As inscrições serão realizadas no período de 11 a 20 de Abril de 2011, na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, Praça Del Comune, 126, anexa a Prefeitura Municipal de Nova Trento, no horário das 08h30min às 11h e das 13h30min às 17h, mediante o preenchimento dos seguintes requisitos:

- a) preenchimento de ficha de inscrição;
- b) entrega do Curriculum Vitae;
- c) cópia do Diploma de Conclusão de Curso de Nutrição;
- d) Comprovante de regular inscrição (anuidade) junto ao órgão de classe - CRN (Conselho Regional de Nutrição);

Somente será procedida a inscrição de candidatos que atenderem a todos os requisitos acima relacionados no ato da inscrição, sendo que a Comissão designada para a realização do Processo Seletivo Simplificado divulgará, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas do encerramento das inscrições, o rol das inscrições homologadas.

Os candidatos terão o prazo de 2 (dois) dias úteis para apresentarem impugnação às inscrições homologadas.

IV - Da Avaliação dos Currículos e dos Recursos

Em até 3 (três) dias úteis após ultrapassados os prazos para a homologação das inscrições, a Comissão divulgará o nome do(a) candidato(a) selecionado(a).

Os candidatos terão 2 (dois) dias úteis para interpor Recurso

contra a Seleção, podendo requerer vista da avaliação dos Currículos feita pela Comissão.

Os recursos serão direcionados à Comissão, protocolados junto a Secretaria Municipal de Educação e Esportes, instruídos com as razões e provas que o candidato recorrente julgar pertinentes.

A Comissão terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para a análise e recursos e publicação do resultado final da seleção.

V - Da Homologação

Decidida a seleção, a Comissão encaminhará relatório do Processo Seletivo Simplificado ao Prefeito Municipal para análise e homologação.

VI - Dos Requisitos para a Contratação

Homologado o resultado do presente Processo Seletivo Simplificado, o candidato(a) selecionado(a) será convocado imediatamente para comparecimento junto ao Departamento de Pessoal para a formalização do Contrato e recebimento de orientações, oportunidade em que deverá apresentar a seguinte documentação:

- a) Cópia de RG, CPF e Título Eleitoral;
- b) Cópia da Certidão de Casamento;
- c) Cópia da Certidão de Nascimento dos dependentes;
- d) Certificado Militar, se homem;
- e) Cópia do PIS/PASEP;
- f) Atestado médico comprovando boa saúde física e mental;
- g) Número de conta bancária no Bradesco;

A critério do Departamento Pessoal, poderá ser concedido prazo ao candidato selecionado para apresentar algum dos documentos acima relacionados.

A ausência de apresentação de algum dos documentos poderá ensejar a desclassificação do candidato selecionado.

VII - Disposições Finais

Todas as publicações e avisos relativos ao presente Processo Seletivo Simplificado serão feitos oficialmente no Mural da Prefeitura Municipal, e para fins meramente informativos poderão ser feitas divulgações na imprensa local ou regional e na internet no site da Prefeitura Municipal.

Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes ad referendum do Prefeito Municipal.

Nova Trento, 04 de Abril de 2011.

ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

Atribuições do cargo de Nutricionista

a) DESCRIÇÃO SINTÉTICA:

Prestar serviços de assistência nutricional, dietoterápica e outros serviços pertinentes à função de Nutricionista nas Escolas da Rede Municipal de Ensino, Pré Escolas e Creches.

b) DESCRIÇÃO ANALÍTICA:

Prestação de serviços de assistência nutricional dietoterápica, prescrição, planejamento, análise, avaliação e supervisão de dietas nutricionais para crianças; promover a orientação e educação

alimentar nas escolas municipais, pré escolas e creches; elaborar previsão de consumo periódico de gêneros alimentícios e materiais de consumo; orientar e supervisionar a administração de dietas; integrar a equipe multidisciplinar.

Novo Horizonte

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 1869/2011

DECRETO Nº 1.869, de 13 de Abril de 2011.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação do exercício e dá outras providências.

SANTOS ZILLI, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos arts. 41- I, 42 e 43 - II, da Lei Federal 4.320;

Considerando o excesso de arrecadação conforme contrato de repasse nº 025621933 firmado com o Governo Federal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação do exercício de 2011, no orçamento vigente, no valor de R\$ 98.199,00 (noventa e oito mil cento e noventa e nove reais), relativos a recursos vinculados, assim consignados:

50.00 - SECRETARIA AGRICULTURA TRANSPORTES OBRAS E MEIO AMBIENTE.

50.01 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

Atividade 2.022 - Manutenção do Fundo de Habitação.

Elemento de Despesa 4.4.90.01.0061.000000 Aplicações Diretas R\$ 98.199,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 98.199,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC

Em 13 de Abril de 2011.

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal

Decreto 1870/2011

DECRETO Nº 1.870, de 13 de Abril de 2011.

Abre crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício anterior e dá outras providências.

SANTOS ZILLI, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos arts. 41- I, 42 e 43 - I, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 430/2010;

Considerando a ocorrência de Superávit financeiro do exercício anterior;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar por Superávit Financeiro do Exercício anterior no orçamento vigente, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), relativos a recursos ordinários,

assim consignados:

50.00 - SECRETARIA AGRICULTURA TRANSPORTES OBRAS E MEIO AMBIENTE.

50.01 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

Atividade 2.022 - Manutenção do Fundo de Habitação.

Elemento de Despesa 4.4.90.03.0000.000000 Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 100.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 100.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC

Em 13 de Abril de 2011.

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal.

Extrato de Chamamento Público Nº 002/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

Processo Licitatório Nº 025/2011

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2011

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: O objeto da presente Chamamento Público consiste no cadastramento de grupos formais e informais de agricultores familiares para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar para os alunos da Rede Municipal de Ensino, verba FNDE/PNAE, para o 1º semestre de 2011, conforme quantitativos e especificações constantes do Edital e seus anexos. Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 25/04/2011

O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, 01, nos dias úteis, das 7:30 h as 11:30 h e 13:30h as 17:30 h, ou pelo fone (49) 3362-0024 e pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br.

Fundamentação legal: Lei 11.947/2009, decreto 6319/2007 e resolução CD/FNDE 038/2009.

Novo Horizonte (SC) em 13 de Abril de 2011.

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 889/2011

DECRETO Nº 889/2011

"Nomeia membros para compor a Comissão Constitutiva da Fundação Municipal de Turismo de Porto Belo".

ALBERT STADLER, Prefeito Municipal de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal nº 1.879, de 16 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para compor a Comissão Constitutiva da Fundação Municipal Turismo de Porto Belo:

I - Alexandre Stodieck;
II - Marcos Aurélio Jaques;
III - Sandra Mara Muller.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 23 dia do mês de março de 2011.

ALBERT STADLER
Prefeito

Decreto Nº 890/2011

DECRETO Nº 890/2011

"Revoga a Dispensa de Licitação nº 017/2011".

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e, Considerando o interesse e a conveniência administrativa, Decreta:

Art. 1º Fica revogada a Dispensa de Licitação nº 017/2011.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 29 dias do mês de março de 2011.

ALBERT STADLER
Prefeito

Decreto Nº 891/2011

DECRETO Nº 891/2011

"Atualiza o valor da UFM-PB para o mês de abril de 2011, conforme especifica."

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica atualizado o valor da UFM-PB, prevista na Lei Municipal nº 1.071/98 e na Lei Municipal Complementar nº 21/2008, em 1,00% (um por cento), considerando o IGP-M do mês de fevereiro de 2011, que vigorará a partir de 1º de abril do ano em curso.

Art. 2º O valor da UMF-PB passará a ser de R\$ 1,7995.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 29 dias do mês de março de 2011.

ALBERT STADLER
Prefeito

Dispensa de Licitação Nº 021/2011

DISPENSA LICITATÓRIA 021/2011

Objeto: Aquisição de materiais de construção diversos para utilização da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos, na construção e manutenção de bocas de lobo e colocação e manutenção de rede de tubulação no Município, danificadas pelas enchentes ocorridas.

Contratado: COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO MACHADO LTDA-ME, CNPJ nº 08.149.418/0001-77. Estabelecida na

Rua Lúcio José Airoso, nº 435 - Porto Belo/SC.

Valor global: R\$ 14.709,00 (quatorze mil e setecentos e nove reais).

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 8 dias do mês de abril de 2011.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Decreto Nº 894/2011

DECRETO Nº 894/2011

"Revoga a Dispensa de Licitação nº 019/2011".

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e, Considerando o interesse e a conveniência administrativa, Decreta:

Art. 1º Fica revogada a Dispensa de Licitação nº 019/2011.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 7 dias do mês de abril de 2011.

ALBERT STADLER
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 054/2011 - PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 054/2011 - PREFEITURA

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Dispensa de Licitação nº 021/2011

Objeto: Constitui objeto deste contrato a aquisição de materiais de construção diversos para a utilização da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos na construção e manutenção de bocas de lobo danificadas pelas enchentes ocorridas no Município de Porto Belo.

Contratado: COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO MACHADO LTDA-ME

Prazo de vigência: O presente contrato terá vigência de até 30 (trinta) dias a partir da emissão da ORDEM DE SERVIÇO.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 14.709,00 (quatorze mil e setecentos e nove reais).

Data e assinatura do contrato: 8 de abril de 2011.

ALBERT STADLER
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 055/2011 - PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 055/2011 - PREFEITURA

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 048/2011

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES, SWITCH, IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL E ESTABILIZADOR PARA O DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, SETOR DE TRIBUTAÇÃO E CONVÊNIOS E PROJETOS DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO. Conforme especificações constantes no anexo II e Autorizações de Fornecimento nº 401/2011 e 402/2011, documento em anexo, parte integrante deste contrato.

Contratado: PIXEL INFORMATICA LTDA

Prazo de vigência: O presente contrato terá vigência de 15 dias a

partir de sua assinatura.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 10.540,00 (dez mil quinhentos e quarenta reais).

Data e assinatura do contrato: 8 de abril de 2011.

ALBERT STADLER

Prefeito

Extrato do Contrato Nº 056/2011 - PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 056/2011 - PREFEITURA

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 049/2011

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.

- Contratação de empresa para prestação de serviços específicos ao paço municipal e secretarias, conforme itens abaixo:

- Tratamento das Informações críticas geradas e manipuladas pelos sistemas de informação utilizados;

- Proteção e segurança das informações manuseadas pelos funcionários públicos e recursos envolvidos;

- Implantação e manutenção das diretivas de acesso à internet por meio de servidor Proxy com registro de todos os acessos por usuários;

- Geração de relatórios detalhados de acesso à internet com data e hora e discriminação dos endereços acessados pelos usuários;

- Identificar e bloquear as portas de internet por meio de Firewall com permissão somente de acesso às liberadas pelo departamento de Tecnologia da Informação;

- Garantia da integridade das informações críticas geradas pela administração pública centralizadas na sede do executivo municipal priorizando Backup para caso de incidentes;

- Assessoramento à implementação e manutenção de intranet entre as secretarias e departamentos da administração pública de acordo com as normas estabelecidas pelo Departamento de Tecnologia da Informação;

- Recuperação de dados corrompidos por incidentes por meio de softwares.

Contratado: PIXEL INFORMATICA LTDA

Prazo de vigência: O presente contato terá vigência de 09 (nove) meses a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses, conforme o artigo 57 inciso IV da Lei nº 8.666/93, sendo reajustado pelo Índice IGPM.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 31.950,00 (trinta e um mil novecentos e cinquenta reais).

Data e assinatura do contrato: 8 de abril de 2011.

ALBERT STADLER

Prefeito

Porto União

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 3.860/2011

LEI Nº 3.860, de 12 de abril de 2011.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com o Coral Bento Mossurunga, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Coral Bento Mossurunga, entidade civil de caráter cultural, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 935, de 28 de julho de 1976, sem fins lucrativos, regida por estatuto, inscrita no CNPJ sob o nº 77.144.236/0001-26, com sede e foro nesta cidade.

Art. 2º O convênio tem por objetivo repassar ao Coral Bento Mossurunga, no decorrer do exercício de 2011 a contar da data de sua assinatura, recursos financeiros no valor total de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), desembolsáveis em 08 (oito) parcelas mensais e consecutivas de R\$ 275,00 (duzentos e setenta e cinco reais), para auxiliar nas despesas conforme Plano de Trabalho.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a lançar mão da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município, conforme discriminação seguinte:

ÓRGÃO 0200 PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE 0210 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
ATIVIDADE 2034 Encargos Gerais da Administração
ELEMENTO 3350 -100 Transferências à Instituições Privadas

Art. 4º O Coral Bento Mossurunga, obriga-se a prestar contas dos recursos recebidos conforme a Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010.

Art. 5º O período de vigência do Convênio será da data da sua assinatura até 31 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogado caso haja interesse do Município, por sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, conforme autoriza o Artigo 57, Inciso II, da Lei nº 8.666/93.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 12 de abril de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Lei Nº 3.861/2011

LEI Nº 3.861, de 12 de abril de 2011.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar com a Associação Empresarial de Porto União - ACIPU, Convênio de Cooperação Técnica e Financeira para os fins que especifica, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio de Cooperação Técnica e repassar à Associação Empresarial de Porto União - ACIPU, inscrita no CNPJ sob nº 82.752.494/0001-25, a título de cooperação técnica e financeira, no decorrer do exercício de 2011 a contar da data de sua assinatura, o valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), divididos em 08 (oito) parcelas mensais e consecutivas de R\$ 1.750,00 (um mil, setecentos e cinquenta reais), para auxiliar nas despesas conforme Plano de Trabalho.

Art. 2º O objeto do convênio é o repasse de recursos financeiros à mencionada Associação, para operacionalização e manutenção das seguintes entidades: ACIPU - Desenvolvimento do Projeto

Empreender, SINE, JUCESC, DESENVOLVIMENTO DO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL - APL, SEBRAE, FATMA e AUDITÓRIO DO CENTRO EMPRESARIAL - utilizado para diversos eventos da Prefeitura Municipal.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a lançar mão da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município, conforme discriminação seguinte:

ÓRGÃO 0200 PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE 0211 SEC.MUN.DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

ATIVIDADE 2023 Manutenção Secretaria Indústria, Comércio e Turismo

DOTAÇÃO 3350 - 100 Transf. à Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 4º A Associação Empresarial de Porto União - ACIPU, obriga-se a prestar contas dos recursos recebidos conforme a Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010.

Art. 5º O período de vigência do Convênio será da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogado caso haja interesse do Município, por sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, conforme autoriza o Artigo 57, Inciso II, da Lei nº 8.666/93.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 12 de abril de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Convênio Nº 002/2011

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

CORAL BENTO MOSSURUNGA

CONVÊNIO Nº 002/11

Convênio que entre si celebram o Município de Porto União e o Coral Bento Mossurunga, com sede no Município de Porto União - SC.

Por este instrumento, de um lado, o Município de Porto União, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, Porto União-SC, com inscrição no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. RENATO STASIAK, portador do RG nº 581.440-SC e CPF nº 216.709.009-91, doravante denominado CONCEDENTE e o Coral Bento Mossurunga, com sede à Rua José Boiteux, nº 676, Centro, Porto União-SC, inscrito no CNPJ sob o nº 77.144.236/0001-26, doravante denominado CONVENIADO, neste ato representado pela sua Presidenta MARIA CATARINA SCHMITT HEISS, brasileira, residente e domiciliada na Avenida Getúlio Vargas, nº 466, Apto. 303, portadora da CI nº 326.782 e CPF nº 521.308.789-20, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 3.860 de 12 de abril de 2011, celebram o presente convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto

Constitui objeto deste convênio, o repasse de recursos financeiros ao CONVENIADO, a título de subvenção, destinados a auxiliar nas despesas conforme Plano de Trabalho.

Parágrafo único. A execução do presente convênio compreende o alcance dos seguintes objetivos específicos:

I- preservar e desenvolver a cultura e a arte no Município de Porto União e em geral;

II- servir a comunidade com apresentações em solenidades, cerimônias, eventos, encontros, sessões e outros de origem cívica, educacional, cultural, social;

III- incentivar os jovens e demais pessoas às atividades comunitárias;

IV- despertar através do canto coral o gosto e sensibilidade pela música, arte e cultura;

V- levar mensagens de alegria, amor, fé, reflexão e esperança à todos os Municípios e demais pessoas que apreciam e valorizam a música.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do valor e liberação dos recursos

O CONCEDENTE repassará recursos financeiros no valor total de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), desembolsáveis em 08 (oito) parcelas mensais e consecutivas em conta bancária de instituição financeira oficial do município, em nome do CORAL BENTO MOSSURUNGA, no valor de R\$ 275,00 (duzentos e setenta e cinco reais), correndo as despesas à conta da seguinte Dotação orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município na rubrica: ÓRGÃO 0200 PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO UNIDADE 0210 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO ATIVIDADE 2034 Encargos Gerais da Administração ELEMENTO 3350-100 Transferências à Instituições Privadas

CLÁUSULA TERCEIRA - Da utilização dos recursos

Os recursos liberados destinam-se a auxiliar nas despesas de sua manutenção, conforme o Plano de Trabalho apresentado.

CLÁUSULA QUARTA - Das obrigações

I - Do CONCEDENTE:

O CONCEDENTE obriga-se a repassar mensalmente até o 15º dia útil de cada mês ao CONVENIADO o valor correspondente a parcela conforme mencionado na Cláusula Segunda, desde que as prestações de contas estejam em dia.

II - Do CONVENIADO:

O CONVENIADO obriga-se a prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento dos valores, nos termos dos Artigos 27 a 31 da Lei nº 3.816/2010, mediante a apresentação de cópia documental dos recursos recebidos.

CLÁUSULA QUINTA - Da legislação aplicável

O presente Convênio rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito público.

CLÁUSULA SEXTA - Da transmissão de documentos

A troca eventual de documentos e cartas entre o concedente e a conveniada, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da publicidade

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo CONCEDENTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - Da fiscalização e auditoria

O CONCEDENTE e o CONVENIADO ficam obrigados a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado a permitir o acesso a servidores do Sistema de Controle Interno Municipal ao qual estejam subordinados em sua missão de fiscalização e auditoria.

CLÁUSULA NONA - Dos casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da vigência e da prorrogação

O período de vigência do Convênio será da data da sua assinatura até 31 de dezembro de 2011, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, podendo ser prorrogado caso haja interesse do Município e aprovação da prestação de contas final, através de termo aditivo com previsão na Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual, por sucessivos períodos até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, conforme autoriza o Artigo 57, Inciso II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da rescisão

Poderão as partes, a qualquer tempo, observadas as suas conveniências, darem por extinto o presente termo, devendo o interessado notificar por escrito o outro, de suas intenções, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - Da restituição

O CONVENIADO assume o compromisso de restituir o CONCEDENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data do evento, o valor transferido, atualizado monetariamente, de acordo com índices aplicáveis aos débitos para com a Fazenda Pública, desde a data do recebimento, na forma da legislação em vigor, nos seguintes casos:

- I- quando da não execução do objeto do convênio;
- II- quando não for apresentada, no prazo exigido e dentro das normas vigentes, a prestação de contas parcial ou final;
- III- quando os recursos não forem utilizados na finalidade estabelecida no convênio;
- IV- quando houver sobra de recurso não aplicado dentro do prazo de vigência do convênio; e
- V- quando não forem aceitas as justificativas pelo não cumprimento das metas e indicadores estabelecidos no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União, Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente Convênio, que não forem resolvidas administrativamente.

E, por assim estarem acordes, as partes rubricam e firmam o presente convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Porto União (SC), 12 de abril de 2011.

Prefeito Municipal Presidente do Coral Bento Mossurunga

TESTEMUNHAS:

1.Nome: Roberto Bonfleur
CPF nº 420.444.999-91

2.Nome: Ricardo Dragoni
CPF nº 420.445.539-53

Convênio Nº 003/2011

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTO UNIÃO - ACIPU

CONVÊNIO Nº 003/11

Convênio de Cooperação Técnica que entre si celebram o Município de Porto União e a Associação Empresarial de Porto União - ACIPU, visando a operacionalização e manutenção das seguintes entidades: ACIPU, SINE, JUCESC, Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local - APL, SEBRAE, FATMA e AUDITÓRIO DO CENTRO EMPRESARIAL.

Por este instrumento, de um lado, o Município de Porto União, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, Porto União-SC, com inscrição no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. RENATO STASIAK, portador do RG nº 581.440-SC e CPF nº 216.709.009-91, doravante denominado CONCEDENTE e a Associação Empresarial de Porto União - ACIPU, inscrita no CNPJ sob o nº 82.752.494/0001-25, com sede à rua Joaquim Nabuco, 244, Bairro Cidade Nova, Porto União, denominada ASSOCIAÇÃO CONVENIADA, neste ato representada pelo seu Presidente Sr. SOLIMAR HAIDUK, brasileiro, residente e domiciliado na Rua General Eduardo Moreira - Nº 48, Porto União-SC, portador do RG nº 18ª R -1.594.649 SSP/SC e do CPF nº 498.418.319-53, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 3.861, de 12 de abril de 2011, celebram o presente convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto

Constitui objeto deste convênio, o repasse de recursos financeiros à ASSOCIAÇÃO CONVENIADA, a título de subvenção, destinados a auxiliar nas despesas conforme Plano de Trabalho.

Parágrafo único. A execução do presente convênio compreende o alcance dos seguintes objetivos específicos:

I- Operacionalização e manutenção das seguintes entidades: ACIPU - Desenvolvimento do Projeto Empreender, SINE, JUCESC, DESENVOLVIMENTO DO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL - APL, SEBRAE, FATMA, AUDITÓRIO DO CENTRO EMPRESARIAL - utilizada para diversos eventos da Prefeitura Municipal.

II- Geração de Emprego e Renda - Suporte às micro e pequenas empresas para serem os principais instrumentos para inclusão econômica e social por conta da sua significativa capacidade de geração de emprego e renda; e

III- A entidade beneficia hoje aproximadamente 120 empresas associadas que são beneficiadas através de serviços como Projeto Empreender (empresas do mesmo setor que se unem para promover seu desenvolvimento) Nota Fiscal Eletrônica, Cartão Útil Card, Consulta SERASA, Treinamentos Empresariais, convênio com SEBRAE, Convênio Print (Registro de Marcas, Patentes), realização de missões a Feiras e Eventos, que geram muitos empregos e estágios.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do valor e liberação dos recursos

O CONCEDENTE repassará recursos financeiros no valor total de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), desembolsáveis em 08 (oito) parcelas mensais e consecutivas em conta bancária de instituição financeira oficial do Município, em nome da Associação Empresarial de Porto União - ACIPU, no valor de R\$ 1.750 (um mil, setecentos e cinquenta reais), correndo as despesas à conta da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município na rubrica:

ÓRGÃO 0200 PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO

UNIDADE 0211 SEC.MUN.DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

ATIVIDADE 2023 Manutenção Secretaria Indústria, Comércio e Turismo

DOTAÇÃO 3350 - 100 Transf. à Instituições Privadas sem fins lucrativos

CLÁUSULA TERCEIRA - Da utilização dos recursos

Os recursos liberados destinam-se à operacionalização e manutenção das seguintes entidades: ACIPU, SINE, JUCESC, Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local - APL, SEBRAE, FATMA e AUDITÓRIO DO CENTRO EMPRESARIAL - utilizado para diversos eventos da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA QUARTA - Das obrigações



I - Do CONCEDENTE:

O CONCEDENTE obriga-se a repassar mensalmente até o 15º dia útil de cada mês à ASSOCIAÇÃO CONVENIADA o valor correspondente a parcela conforme mencionado na Cláusula Segunda, desde que as prestações de contas estejam em dia.

II - Da ASSOCIAÇÃO CONVENIADA:

A ASSOCIAÇÃO CONVENIADA obriga-se a prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento dos valores, nos termos dos Artigos 27 a 31 da Lei nº 3.816, de 27 de outubro de 2010, mediante a apresentação de cópia documental dos recursos recebidos.

CLÁUSULA QUINTA - Da legislação aplicável

O presente Convênio rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito público.

CLÁUSULA SEXTA - Da transmissão de documentos

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONCEDENTE e a ASSOCIAÇÃO CONVENIADA, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da publicidade

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo CONCEDENTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - Da fiscalização e auditoria

O CONCEDENTE e a ASSOCIAÇÃO CONVENIADA ficam obrigados a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado a permitir o acesso a servidores do Sistema de Controle Interno Municipal ao qual estejam subordinados em sua missão de fiscalização e auditoria.

CLÁUSULA NONA - Dos casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da vigência e da prorrogação

O período de vigência do Convênio será da data da sua assinatura até 31 de dezembro de 2011, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, podendo ser prorrogado caso haja interesse do Município e aprovação da prestação de contas final, através de termo aditivo com previsão na Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual, por sucessivos períodos até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, conforme autoriza o Artigo 57, Inciso II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da rescisão

Poderão as partes, a qualquer tempo, observadas as suas conveniências, darem por extinto do presente Termo, devendo o interessado notificar por escrito o outro, de suas intenções, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - Da restituição

A ASSOCIAÇÃO CONVENIADA assume o compromisso de restituir o CONCEDENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data do evento, o valor transferido, atualizado monetariamente, de acordo com índices aplicáveis aos débitos para com a Fazenda Pública, desde a data do recebimento, na forma da legislação em vigor, nos seguintes casos:

I- quando da não execução do objeto do convênio;

II- quando não for apresentada, no prazo exigido e dentro das

normas vigentes, a prestação de contas parcial ou final;
III- quando os recursos não forem utilizados na finalidade estabelecida no convênio;
IV- quando houver sobra de recurso não aplicado dentro do prazo de vigência do convênio; e
V- quando não forem aceitas as justificativas pelo não cumprimento das metas e indicadores estabelecidos no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Do foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União, Estado de Santa Catarina, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem acordes, as partes rubricam e firmam o presente convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Porto União (SC), 12 de abril de 2011.

Prefeito Municipal Presidente da Associação Empresarial de Porto União- ACIPU

TESTEMUNHAS:

1.Nome: Roberto Bonfleur

2.Nome: Ricardo Dragoni

CPF nº 420.444.999-91

CPF nº 420.445.539-53

Rio do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL**Portaria Nº 0370/RH**

PORTARIA Nº 0370/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Aplicar a penalidade de Advertência, com fundamento ao disposto no Art. 170, da Lei Complementar n. 207 de 28 de setembro de 2010, ao servidor municipal LINDOLFO KRAUSE, matrícula n. 31240/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Vigia, haja vista o acatamento do relatório da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar (Processo Administrativo Disciplinar n. 019/2010), que concluiu que o servidor transgrediu os incisos I, II e XI do Art. 157, da Lei Complementar citada acima.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de março de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Mglb

Dispensa de Licitação 051/2011

DISPENSA DE LICITAÇÕES Nº 051/2011

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: locação de um imóvel situada no Pico da Bandeira para as instalações das antenas de TV.

R\$ 581,47 (quinhentos e oitenta e um reais e quarenta e sete centavos) mês

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso X da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal,

Rio do Sul, 11 de abril de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Dispensa de Licitação 052/2011

DISPENSA DE LICITAÇÕES Nº 052/2011

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: locação de um imóvel situada no no Calçadão Osny Gonçalves onde funcionam o Procon e a Junta Militar..

R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais) mês

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso X da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal,

Rio do Sul, 11 de abril de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Dispensa de Licitação 053/2011

DISPENSA DE LICITAÇÕES Nº 053/2011

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: Contratações de de shows, atrações artísticas na realização das festividades do aniversário do município, nos dias 14 a 18 de abril do corrente ano..

Valor R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais).

Fundamento Legal: Art. 25, inciso III da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal,

Rio do Sul, 13 de abril de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR CONCURSO PÚBLICO 001/2011
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC

Classificação dos Aprovados

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PACS - CANOAS

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PACS - CANOAS

CI	Nº INSCRIÇÃO	NOME	Obj	Idoso	CONHEC IMENTO	LÍNGUA PORTUG	MATEMÁ TICA	Aniver	CONHEC IMENTO
1	228473	LARISSA SANTANA SELL	62,50		22,50	17,50	15,00	19/2/1991	7,50
2	229419	ANA HELENA CURTIUS GARCIA	60,00		25,00	10,00	17,50	9/7/1987	7,50
3	228420	DANIELE BRANG	52,50		20,00	10,00	12,50	30/10/1981	10,00
4	228822	NEIRE TERESINHA PICOLI	50,00		20,00	10,00	12,50	7/1/1967	7,50

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PACS - ITROUPAVA

CI	Nº INSCRIÇÃO	NOME	Obj	Idoso	CONHEC IMENTO	LÍNGUA PORTUG	MATEMÁ TICA	Aniver	CONHEC IMENTO
1	227420	ROSEMERI BAGATOLI VALIATI	52,50		22,50	7,50	15,00	20/2/1969	7,50
2	227425	FABIANA STOLF	50,00		22,50	7,50	10,00	17/3/1979	10,00
3	229173	MAYARA ROBERTA DAS NEVES FRANCISCO	50,00		17,50	12,50	10,00	5/3/1991	10,00

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PACS - SUMARÉ

CI	Nº INSCRIÇÃO	NOME	Obj	Idoso	CONHEC IMENTO	LÍNGUA PORTUG	MATEMÁ TICA	Aniver	CONHEC IMENTO
1	229345	INDIARA VANESSA CLAUDIANO DAL WITT	60,00		27,50	10,00	12,50	9/2/1988	10,00
2	228768	CATIERE APARECIDA MACHADO	52,50		22,50	10,00	12,50	9/7/1979	7,50
3	228803	IVONE STRELOW	52,50		20,00	7,50	17,50	14/9/1962	7,50

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSF - BARRA DO TROMBUDO

CI	Nº INSCRIÇÃO	NOME	Obj	Idoso	CONHEC IMENTO	LÍNGUA PORTUG	MATEMÁ TICA	Aniver	CONHEC IMENTO
1	227339	PAOLA BORGES	62,50		25,00	10,00	17,50	10/9/1991	10,00
2	228533	ANELISE MICHELS SCHULZ	57,50		25,00	5,00	17,50	31/7/1972	10,00
3	227407	EDIR MARIA DOS SANTOS	55,00		20,00	10,00	15,00	18/12/1961	10,00
4	228744	FABIANA DE BORBA DA SILVA	55,00		17,50	12,50	15,00	19/1/1984	10,00
5	228636	PÂMELA REGINA DE ANDRADE	52,50		20,00	10,00	12,50	28/1/1991	10,00

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSF - BARRAGEM

CI	Nº INSCRIÇÃO	NOME	Obj	Idoso	CONHEC IMENTO	LÍNGUA PORTUG	MATEMÁ TICA	Aniver	CONHEC IMENTO
1	228868	TAYTA CRISTINA GOETTEN	57,50		22,50	7,50	17,50	17/1/1985	10,00
2	227801	SUELEN MARTINS DE OLIVEIRA	52,50		17,50	10,00	15,00	26/6/1987	10,00

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSF - BELA ALIANÇA

CI	Nº INSCRIÇÃO	NOME	Obj	Idoso	CONHEC IMENTO	LÍNGUA PORTUG	MATEMÁ TICA	Aniver	CONHEC IMENTO
1	228965	MARISE VERONICA LEHMKUHL	65,00		25,00	12,50	15,00	25/10/1965	12,50
2	229364	PAULO RODRIGO SCHLICHTING	55,00		25,00	7,50	12,50	31/12/1985	10,00
3	228781	DIONISIO FLORIANO	50,00		20,00	7,50	12,50	3/7/1969	10,00

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSF - BOA VISTA

CI	Nº INSCRIÇÃO	NOME	Obj	Idoso	CONHEC IMENTO	LÍNGUA PORTUG	MATEMÁ TICA	Aniver	CONHEC IMENTO
1	229194	LUISA ZIMMERMANN	57,50		22,50	12,50	15,00	8/3/1990	7,50
2	229259	ANA PAULA WOLFF	55,00		20,00	15,00	12,50	13/5/1986	7,50
3	228810	CRISTIANE APARECIDA LOPES	52,50		17,50	10,00	12,50	30/9/1975	12,50

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSF - BREHMER

CI	Nº INSCRIÇÃO	NOME	Obj	Idoso	CONHEC IMENTO	LÍNGUA PORTUG	MATEMÁ TICA	Aniver	CONHEC IMENTO
1	228808	RODRIGO NOGUEIRA PALMA	67,50		30,00	7,50	17,50	25/3/1986	12,50
2	229142	MARILEI DA SILVA	62,50		25,00	12,50	15,00	6/7/1967	10,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC

Classificação dos Aprovados

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSF - BREHMER

3	229350	TATIANA VICENTE	62,50	20,00	17,50	15,00	4/12/1988	10,00
4	228433	MARCIO PASCOAL PATRICIO	52,50	17,50	12,50	12,50	15/4/1979	10,00
5	227987	VERGINIA APARECIDA ZAGO	50,00	22,50	2,50	12,50	6/8/1962	12,50
6	228717	FRANCIANE DIETERICH	50,00	20,00	7,50	15,00	7/1/1983	7,50

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSF - BUDAG

CI	Nº INSCRIÇÃO	NOME	Obj	Idoso	CONHEC IMENTO	LÍNGUA PORTUG	MATEMÁ TICA	Aniver	CONHEC IMENTO
1	228516	JULIANA MARTINS HOLSTEIN	57,50		20,00	17,50	15,00	10/11/1989	5,00
2	228940	CLARICE HABITZREUTER SCHEVETCHER	52,50		20,00	10,00	12,50	19/10/1983	10,00

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSF - CANTA GALO

CI	Nº INSCRIÇÃO	NOME	Obj	Idoso	CONHEC IMENTO	LÍNGUA PORTUG	MATEMÁ TICA	Aniver	CONHEC IMENTO
1	229300	PATRICIA CALHEIRO	57,50		22,50	12,50	15,00	15/4/1992	7,50
2	228866	MAVIA IRENE ROSSA	55,00		17,50	10,00	15,00	24/6/1964	12,50
3	229298	TAIANE CRISTINA CLAUDIANO	50,00		27,50	10,00	7,50	7/2/1991	5,00
4	228849	JAIRO DANIEL ZANIS	50,00		20,00	10,00	15,00	30/11/1985	5,00

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSF - FUNDO CANOAS

CI	Nº INSCRIÇÃO	NOME	Obj	Idoso	CONHEC IMENTO	LÍNGUA PORTUG	MATEMÁ TICA	Aniver	CONHEC IMENTO
1	229295	DULCE LONGEN JUSTO	65,00	S	25,00	10,00	17,50	28/10/1959	12,50
2	227939	MARCIA ADRIANA COUTO PATRICIO	57,50		17,50	15,00	15,00	24/9/1968	10,00
3	228487	SIMONE FRONZA	52,50		22,50	7,50	15,00	9/9/1990	7,50

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSF - LARANJEIRAS

CI	Nº INSCRIÇÃO	NOME	Obj	Idoso	CONHEC IMENTO	LÍNGUA PORTUG	MATEMÁ TICA	Aniver	CONHEC IMENTO
1	229216	FLORISVALDO KNEIDL	67,50		27,50	12,50	15,00	17/6/1969	12,50
2	229309	WLADEMYR CASA NOVA	62,50		22,50	12,50	15,00	20/7/1967	12,50
3	228432	PATRICIA HAMES	60,00		22,50	10,00	15,00	16/8/1982	12,50
4	229313	HERCULES DINIZ RIBEIRO	57,50		22,50	10,00	15,00	9/7/1983	10,00
5	229156	ROSELI MIRANDA GUTJAHR	55,00		30,00	2,50	12,50	2/3/1969	10,00
6	229252	PAULO MÜLLER NETO	55,00		20,00	10,00	15,00	22/8/1972	10,00
7	228919	KATIA REGINA BIEGING NOGUEIRA	55,00		15,00	15,00	15,00	1/5/1979	10,00
8	229277	ROSANE KÜESSNER	52,50		15,00	12,50	15,00	31/3/1986	10,00
9	229397	ADÉLIA DE SOUZA	50,00		20,00	12,50	12,50	27/7/1970	5,00

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSF - SANTA RITA

CI	Nº INSCRIÇÃO	NOME	Obj	Idoso	CONHEC IMENTO	LÍNGUA PORTUG	MATEMÁ TICA	Aniver	CONHEC IMENTO
1	228984	SIMONI APARECIDA PEREIRA	60,00		27,50	12,50	10,00	22/5/1981	10,00
2	229357	FRANCIELE DOLZAN	50,00		20,00	7,50	12,50	5/9/1991	10,00

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSF - SANTANA

CI	Nº INSCRIÇÃO	NOME	Obj	Idoso	CONHEC IMENTO	LÍNGUA PORTUG	MATEMÁ TICA	Aniver	CONHEC IMENTO
1	229222	ISABEL CRISTINA DE MENEZES CARRAPATOSO	70,00	S	30,00	10,00	17,50	22/7/1956	12,50
2	229261	ÉTNA KÜHL	55,00	S	20,00	12,50	12,50	6/4/1958	10,00
3	228748	ROSELI MARINHEIRO DELINO	55,00		27,50	10,00	12,50	23/5/1977	5,00
4	228740	RODRIGO ODORIZZI	55,00		20,00	7,50	15,00	27/2/1993	12,50
5	229153	MARI LINDEMANN BREHM	50,00		15,00	12,50	12,50	15/4/1968	10,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC

Classificação dos Aprovados

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSF - TABOÃO

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSF - TABOÃO

CI	Nº INSCRIÇÃO	NOME	Obj	Idoso	CONHEC IMENTO	LÍNGUA PORTUG	MATEMÁ TICA	Aniver	CONHEC IMENTO
1	228944	DELICIA BORGES DA COSTA	65,00		22,50	15,00	17,50	8/2/1965	10,00
2	229268	GISELE ALVES DA SILVA CORREA	57,50		30,00	7,50	12,50	28/4/1981	7,50
3	228690	DANUBIA LEMBECK DE BARBA MUNDEL	55,00		15,00	10,00	17,50	30/10/1981	12,50

AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

CI	Nº INSCRIÇÃO	NOME	Obj	Idoso	CONHEC IMENTO	LÍNGUA PORTUG	MATEMÁ TICA	Aniver	CONHEC IMENTO
1	229374	SILVIA OROSINA SILVEIRA	57,50		22,50	10,00	12,50	13/11/1977	12,50
2	228828	MARCIA SUELI KROEGER	57,50		20,00	10,00	15,00	16/9/1972	12,50
3	228900	MARGARETE ALCARÁ	55,00		25,00	10,00	10,00	18/1/1971	10,00
4	229386	CIRUS YRA FRONZA	52,50	S	17,50	10,00	12,50	14/1/1959	12,50
5	228797	JULIANA SCOTINI MICHEL	52,50		22,50	12,50	7,50	24/6/1985	10,00
6	228676	MAIKO AMADEU VIEIRA	50,00		27,50	7,50	7,50	8/1/1984	7,50
7	229332	RENATO HOFFMANN	50,00		22,50	5,00	12,50	1/8/1968	10,00
8	228930	CLAUDIO JOSE HENRIQUE	50,00		20,00	7,50	10,00	6/8/1969	12,50

* Nomes em vermelho portadores de necessidades especiais.

Legenda: CI = Classificação Obj = Nota da Prova Objetiva Aniver = Data de Nascimento

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Licitação 23.2011

AVISO DE LICITAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº23/2011 MODALIDADE: Pregão Presencial.

OBJETO:

A presente licitação tem como objeto a aquisição, para a Secretaria de Educação do Município

1) Um VEÍCULO (Van) de 15 LUGARES mais o Motorista, de fabricação nacional, ano de fabricação 2011; modelo 2011, Direção Hidráulica, teto alto, trio elétrico, trava de segurança da porta corrediça, motor à diesel com potência mínima de 129cv à 3800rpm, com tração traseira, na cor branca, conforme as especificações contidas no anexo I do Edital.

2) Um veículo nacional, 1.0 flex, 4 portas, ar condicionado, vidros dianteiros elétricos, direção hidráulica, trava elétrica, cor branca, pneus 165/70R13, conforme especificações contidas no anexo I do Edital

TIPO: Menor Preço. DATA DE ABERTURA: 29/04/2011 às 09:30h.

RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, das 08:00 às 17:00h, ou no site www.pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202.

São Pedro de Alcântara, 12/04/2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal.

Decreto 42.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SE GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº 42/2011

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara em exercício no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 603/2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no total de R\$ 13.000,00 (Treze mil reais) por conta dos recursos do superávit financeiro do exercício anterior na dotação abaixo identificada:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.4.1004- Aquisição de Veículos - Educação R\$ 3.000,00

4.4.90.00.00.00.00.01.0081 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

04.01.12.361.4.2006 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.01.0081 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 12 de abril de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Licitação Deserta e Repetição Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 23/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 23/2011-PMS

PROCESSO Nº. 50/2011-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados através da Comissão de Licitações, informa que a Sessão Pública para recebimento e abertura dos envelopes e abertura da licitação, realizada em 13 de abril de 2011, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Nova Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min e Abertura do processo: às 09h, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, foi declarada DESERTA, uma vez que não acudiram interessados à presente licitação.

O Prefeito Municipal comunica aos interessados que a nova Sessão de Abertura da Pregão Presencial Registro de Preço nº. 23/2011-PMS, realizar-se-á em 29 de abril de 2011, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Nova Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min e Abertura do processo: às 09h.

A íntegra do Edital, bem como maiores informações poderão ser obtidas no site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 13 de abril de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 19/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 19/2011-FMS

Dispensa de Licitação nº. 06/2011-FMS - Processo nº. 10/2011-FMS



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: JAVEL JARAGUÁ VEÍCULOS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 79.501.862/0001-58, estabelecida Rua Expedicionário João Zapella, nº 214, Centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.252-080.

Objeto: Contratação de empresa especializada para revisão dos 60.000km do veículo Fiat Doblò HXL 1.8 Flex, MGZ 1179, na cor branca, ano/modelo 2009/2010, lotada na Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, sendo:

Item	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Contratação de empresa especializada para revisão dos 60.000km do veículo Fiat Doblò HXL 1.8 Flex, MGZ 1179, na cor branca, ano/modelo 2009/2010, lotada na Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, sendo: - troca de óleo; - troca de filtros; - tratamento de combustível; - substituição das velas e controle dos cabos; - verificação/limpeza do sistema de ventilação do Carter do motor; - regulagem altura do pedal da embreagem; - revisão; - alinhamento e balanceamento; - lubrificações das partes móveis; - regulagem do freio do estacionamento; - troca da correia dentada; - verificação de todos os itens CFC manual; - anti-zinabre para baterias; - limpeza e descarbonização das válvulas injetoras; - limpeza do corpo de aceleração; - lavagem; - tensor da correia dentada; - limpeza do ar condicionado.	UNIDADE	1	1.335,40	1.335,40
VALOR TOTAL R\$					1.335,40

Valor do contrato: R\$ 1.335,40 (Um mil trezentos e trinta e cinco reais e quarenta centavos).

Data da Assinatura: 13/04/2011 - Vigência: 30/05/2011

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 04/2011-FAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 04/2011-FAS

Processo de licitação nº. 08/2011-FAS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 04/2011-FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: LIVRARIA MOHR LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.261.562/0001-38, estabelecida na Avenida Nereu Ramos, nº. 3335, sala 04, Meia Praia, na Cidade Itapema, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.220-000.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de livros para suprir as necessidades do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social da Secretaria Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Bijuteria. Editora: Estampa. Autor: Elvira Lopez Del Prado Rivas	1	Unidade	132,67	132,67
02	Bíblia da Gravidez. Editora: CMSLV Autor: Alice D'Agostini Deutsch Wladimir Taborda	1	Unidade	145,84	145,84
03	Cesteira. Editora: Parra-mon Autor: Caterina Hernandez Eva Pascoal	1	Unidade	150,00	150,00
04	Directorio de Origem-Acanto Editora: QUEENBOOKS Autor: Ashley Wood.	1	Unidade	156,67	156,67
05	Gestante. Editora: PHOR-TEL Autor: Erica Verderi	1	Unidade	29,53	29,53
06	Gravidez Saudável. Editora: VIANA E MOSL Autor: Cynthia Wowlett	1	Unidade	40,05	40,05
07	As Girafas não sabem dançar. Editora: Companhia da Letrinhas, 2009 Autor: Giles Andreae	1	Unidade	45,55	45,55
08	A Invenção do Mundo Pelo Deus-Curumim. Editora: Editora 34 Autor: Bráulio Tavares	1	Unidade	38,64	38,64

09	No Risco do Caracol. Autêntica Editora Autor: Maria Valéria Rezende e Marlette Menezes	1	Unidade	30,09	30,09
10	Era Outra Vez um Gato Xadrez. Editora Record Autor: Leticia Wierchowski	1	Unidade	36,97	36,97
11	A história de tudo: do Big Bang até hoje em divertidas dobraduras. Categoria Livro Brinquedo. Autor: Neal Layton. Eduardo Brandão trad. Cia das Letrinhas	1	Unidade	46,55	46,55
12	O guarda-chuva do vovô Editora: Carolina Moreyra Il. DCL Autor: Odilon Moraes	1	Unidade	29,47	29,47
13	O Lobo. Editora Manati Autor: Graziela Bozano Hetzel	1	Unidade	37,93	37,93
14	Quando coisas ruins acontecem Ed. Paulus, 2007 Autor: J. S. Jackson	1	Unidade	12,45	12,45
15	Respeito é bom e faz bem Ed. Paulus, 2007 Autor: J. S. Jackson	1	Unidade	19,36	19,36
16	O Professor e a Literatura: para Pequenos, Médios e Grandes Editora Autêntica Autor: Ligia Cademartori	1	Unidade	28,35	28,35
17	Prevenção do abuso sexual infantil Editora: Editora Juruá Autor: Lúcia Cavalcanti de A. Williams / Eliane Aparecida C. Araújo	1	Unidade	44,29	44,29
18	Atividades para o desenvolvimento emocional das crianças Editora Ciranda Cultural Autor: Textos GROF. Ilustração Ana Zurita	1	Unidade	70,08	70,08
19	Coleção ed. Sexual Autor: Cida Lopes Editora: Brasileitura	1	Unidade	103,33	103,33
20	Dinâmicas de grupo Autor: João Baclair Editora: Editora WAK	1	Unidade	29,67	29,67
21	Dinâmicas para Idosos- 125 Jogos e brincadeiras adaptados Autor: Noeme Cristina Carvalho Editora: SP: Vozes	1	Unidade	46,53	46,53

22	Professor Sassá e a Arte em casa e na Escola (Ano I nº 04) Livro: Trabalho com sucata Autor: sem autor EDITORA MINUANO	1	Unidade	37,67	37,67
23	Guia Prático para professores de Educação Infantil (Ano 8 nº 88) Livro: Trabalho com sucata Autor: sem autor EDITORA MINUANO	1	Unidade	37,67	37,67
VALOR R\$ TOTAL					1.349,36

Valor do contrato: R\$ 1.349,36 (um mil trezentos e quarenta e nove reais e trinta e seis centavos).

Data da Assinatura: 13/04/2011 – Vigência: 13/04/2012

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº. A17/2011 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A17/2011 - PMS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 150/2010 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: CONSTRUTORA GOMES E GOMES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.135.567/0001-30, estabelecida a rua Euclides da Cunha, nº. 482, sala 302, Centro, na cidade de Palmito, Estado de Santa Catarina, CEP: 89887-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor José Roberto Gomes, inscrito no CPF sob o nº. 862.889.899-91, e portador da carteira de Identidade nº. 037.915-9.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 150/2010 - PMS, celebrado 26 de julho de 2010, proveniente do Processo de licitação nº. 110/2010 - PMS, Modalidade Tomada de Preço nº. 06/2010 - PMS, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), da ampliação da Estação de Tratamento de Água de Schroeder - ETA, localizada na Estada Schroeder III, Bracinho no município de Schroeder/SC, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando que o mesmo enquadra-se no permissivo no artigo 57, §1º, II da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, frente à prorrogação para conclusão dos serviços em 30 (trinta) dias corridos, devido a alteração na montagem de algumas peças, por parte do engenheiro responsável da obra, impedindo assim a execução dos serviços dentro do prazo estabelecido em licitação.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do Engenheiro Civil, o Senhor Marcelo da Silva, CREA - SC 54209-1, da Administração Pública e aprovação do mesmo, conforme anexo

a este processo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - O prazo de conclusão/execução da obra fica prorrogado em 30 (trinta) dias corridos.

Cláusula 2ª - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 07 de Abril de 2011.
CONTRATADA:

CONSTRUTORA GOMES E GOMES LTDA
José Roberto Gomes
CPF no 862.889.899-91

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Felipe Voigt
Prefeito Municipal
T E S T E M U N H A S:

1ª _____
Nome: Orlando Tecilla
CPF nº. 311.753.079-34

2ª _____
Nome: Marilene Busch
CPF nº. 037.813.699-27

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 1/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2010

Ata de Registro de Preço Pregão

Número do Registro de Preços: 48/2010

Data do Registro: 14/10/2010

Válido até: 14/10/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de peças de reposição para as máquinas lotadas na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	Pino - trava para unha para PC 200.	UN	TRATORPEL PEÇAS PARA TRATORES LTDA (8124)		6,5000	1
			RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA (11495)		7,0000	2
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		13,0000	3
2	Unhas para PC 200 com dureza mínima de 400 a 500 HB, amarela (importada)	UN	G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		41,8000	1
			TRATORPEL PEÇAS PARA TRATORES LTDA (8124)		45,0000	2
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		53,0000	3
3	Faca de concha PC 150.	UN	G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		1.100,0000	1
			TRATORPEL PEÇAS PARA TRATORES LTDA (8124)		1.450,0000	2
			RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA (11495)		1.900,0000	3
4	Gengiva PC 200.	UN	G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		104,0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		120,0000	2
			TRATORPEL PEÇAS PARA TRATORES LTDA (8124)		130,0000	3
5	Parafuso para cortador 7/8 X 3,5" com porca de aço, PC 150.	UN	G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		7,4000	1
			TRATORPEL PEÇAS PARA TRATORES LTDA (8124)		7,5000	2
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		8,0000	3
			RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA (11495)		10,0000	4
6	Canto de lâmina com chanfro para trator esteira Komat'su D30 com dureza mínima de 400 a 500 HB	UN	G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		135,0000	1
			RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA (11495)		140,0000	2
7	Facas de lâmina 7 furos para trator esteira Komat'su, com dureza mínima de 400 a 500 HB	UN	RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA (11495)		318,0000	1
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		319,0000	2
			TRATORPEL PEÇAS PARA TRATORES LTDA (8124)		375,0000	3
8	Lâminas 13 furos para moto niveladora 3/4, curva, com dureza mínima de 400 a 500 HB	UN	RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA (11495)		355,0000	1
			SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA (10016)		356,0000	2
			TRATORPEL PEÇAS PARA TRATORES LTDA (8124)		433,0000	3
9	Parafuso 5/8 X 2,5" com porca de aço 5/8 X 20 mm para fixar lâmina (moto niveladora)	UN	G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		2,4000	1
			RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA (11495)		2,5000	2
			TRATORPEL PEÇAS PARA TRATORES LTDA (8124)		4,6000	3
10	Dente para concha carregadeira michigam 75 HD com dureza mínima de 400 a 500 HB	UN	RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA (11495)		108,0000	1
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		108,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 2/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2010

Número do Registro de Preços: 48/2010

Data do Registro: 14/10/2010

Válido até: 14/10/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de peças de reposição para as máquinas lotadas na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			TRATORPEL PEÇAS PARA TRATORES LTDA (8124)		109,0000	3
11	Parafuso com porca 3/4 X 3,5 para dente carregadeira.	UN	G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		4,9000	1
			RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA (11495)		5,5000	2
			TRATORPEL PEÇAS PARA TRATORES LTDA (8124)		5,6000	3
12	Ponta de dente com número 6329 gravado, concha traseira retroescavadeira	UN	RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA (11495)		20,0000	1
			TRATORPEL PEÇAS PARA TRATORES LTDA (8124)		26,0000	2
13	Parafuso com porca de aço para dente de retro com rosca 12 X 70 mm	UN	G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		1,5000	1
			TRATORPEL PEÇAS PARA TRATORES LTDA (8124)		2,1000	2
			RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA (11495)		2,5000	3
14	Cortador para PC 150 com dureza mínima de 400 a 500 HB.	UN	G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		138,0000	1
			TRATORPEL PEÇAS PARA TRATORES LTDA (8124)		139,0000	2
			RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA (11495)		180,0000	3
15	Dente para retro (caçamba dianteira) dureza mínima de 400 a 500 HB	UN	RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA (11495)		32,5000	1
			TRATORPEL PEÇAS PARA TRATORES LTDA (8124)		33,0000	2
			SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA (10016)		38,5000	3
16	Parafuso com porca de aço 5/8 X 2" para retro, dente caçamba dianteiro	UN	G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		1,7000	1
			RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA (11495)		3,0000	2
			TRATORPEL PEÇAS PARA TRATORES LTDA (8124)		5,5000	3
17	Dente escarificador para moto niveladora huber warco.	UN	G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		16,0000	1
			RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA (11495)		20,0000	2
			TRATORPEL PEÇAS PARA TRATORES LTDA (8124)		26,0000	3
18	72205063 - Dente de aço p/ caçamba - escavadeira (E215B).	UN	RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA (11495)		75,0000	1
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		76,0000	2
			SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA (10016)		86,5000	3
19	72204481 - Pino trava de aço - escavadeira (E215B).	UN	G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		32,0000	1
			TRATORPEL PEÇAS PARA TRATORES LTDA (8124)		32,5000	2
			RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA (11495)		41,0000	3
20	A304031 - Faca lateral de aço - escavadeira (E215B).	UN	G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		192,0000	1
			RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA (11495)		193,0000	2
			TRATORPEL PEÇAS PARA TRATORES LTDA (8124)		212,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 3/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2010

Número do Registro de Preços: 48/2010

Data do Registro: 14/10/2010

Válido até: 14/10/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de peças de reposição para as máquinas lotadas na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
21	Z304030 - Faca lateral de aço - escavadeira (E215B)	UN	RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA (11495)		191,0000	1
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		192,0000	2
			TRATORPEL PEÇAS PARA TRATORES LTDA (8124)		212,0000	3
22	12575121 - Porca de aço - escavadeira (E215B)	UN	G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		2,0000	1
			TRATORPEL PEÇAS PARA TRATORES LTDA (8124)		6,0000	2
			RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA (11495)		8,0000	3
23	8282270 - Parafuso de aço - escavadeira (E215B)	UN	G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		4,0000	1
			SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA (10016)		4,1000	2
			TRATORPEL PEÇAS PARA TRATORES LTDA (8124)		12,0000	3
24	75282987 - Faca canto lâmina de aço - esteira (D130)	UN	RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA (11495)		134,0000	1
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		135,0000	2
			TRATORPEL PEÇAS PARA TRATORES LTDA (8124)		136,0000	3
25	75282988 - Faca canto lâmina de aço - esteira (D130)	UN	RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA (11495)		134,0000	1
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		135,0000	2
			TRATORPEL PEÇAS PARA TRATORES LTDA (8124)		136,0000	3
26	7528979 - Faca lâmina de aço - esteira (D130)	UN	RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA (11495)		374,0000	1
			TRATORPEL PEÇAS PARA TRATORES LTDA (8124)		374,5000	2
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		438,0000	3
27	8282270N - Parafuso lâmina de aço M20 X 50 - esteira (D130)	UN	G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		2,6700	1
			SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA (10016)		4,1000	2
			TRATORPEL PEÇAS PARA TRATORES LTDA (8124)		5,3000	3
28	12164321N - Porca p/ lâmina de aço M20 - esteira (D130)	UN	G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		1,0000	1
			SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA (10016)		1,1000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 4/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2010**Número do Registro de Preços: 48/2010****Data do Registro: 14/10/2010****Válido até: 14/10/2011**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de peças de reposição para as máquinas lotadas na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
	RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA (11495)				1,9500	3

SCHROEDER, 14 de Outubro de 2010.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER

Página: 1/3

Ata de Registro de Preço PREGÃO Nº 04/2011-FAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011

Número do Registro de Preços: 3/2011

Data do Registro: 13/04/2011

Válido até: 13/04/2012

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de livros para suprir as necessidades do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social da Secretaria Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Bijuteria. Editora: Estampa. Autor: Elvira Lopez Del Prado Rivas	UN	LIVRARIAS MOHR LTDA (11431)		0	132,6700	1
2	Bíblia da Gravidez. Editora:CMSLV Autor: Alice D'Agostini Deutsch Wladimir Taborda	UN	LIVRARIAS MOHR LTDA (11431)		0	145,8400	1
3	Cesteira. Editora: Parramon Autor: Caterina Hernandez Eva Pascoal	UN	LIVRARIAS MOHR LTDA (11431)		0	150,0000	1
4	Directorio de Origem- Acanto Editora: QUEENBOOKS Autor: Ashley Wood.	UN	LIVRARIAS MOHR LTDA (11431)		0	156,6700	1
5	Gestante. Editora: PHORTELV Autor: Erica Verderi	UN	LIVRARIAS MOHR LTDA (11431)		0	29,5300	1
6	Gravidez Saudável. Editora: VIANA E MOSL Autor: Cynthia Wowlett	UN	LIVRARIAS MOHR LTDA (11431)		0	40,0500	1
7	As Girafas não sabem dançar. Editora: Companhia da Letrinhas, 2009 Autor: Giles Andreae	UN	LIVRARIAS MOHR LTDA (11431)		0	45,5500	1
8	A Invenção do Mundo Pelo Deus-Curumim. Editora: Editora 34 Autor: Bráulio Tavares	UN	LIVRARIAS MOHR LTDA (11431)		0	38,6400	1
9	No Risco do Caracol. Autêntica Editora Autor: Maria Valéria Rezende e Marlette Menezes	UN	LIVRARIAS MOHR LTDA (11431)		0	30,0900	1
10	Era Outra Vez um Gato Xadrez. Editora Record Autor: Leticia Wierzchowski	UN	LIVRARIAS MOHR LTDA (11431)		0	36,9700	1
11	A história de tudo: do Big Bang até hoje em divertidas dobraduras. Categoria Livro Brinquedo. Autor: Neal Layton. Eduardo Brandão trad. Cia das Letrinhas	UN	LIVRARIAS MOHR LTDA (11431)		0	46,5500	1
12	O guarda-chuva do vovô Editora: Carolina Moreyra il. DCL Autor: Odilon Moraes	UN	LIVRARIAS MOHR LTDA (11431)		0	29,4700	1
13	O Lobo. Editora Manati Autor: Graziela Bozano Hetzel	UN	LIVRARIAS MOHR LTDA (11431)		0	37,9300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER

Página: 2/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011**Número do Registro de Preços: 3/2011****Data do Registro: 13/04/2011****Válido até: 13/04/2012**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de livros para suprir as necessidades do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social da Secretaria Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	Quando coisas ruins acontecem Ed. Paulus, 2007 Autor: J. S. Jackson	UN	LIVRARIAS MOHR LTDA (11431)		0	12,4500	1
15	Respeito é bom e faz bem Ed. Paulus, 2007 Autor: J. S. Jackson	UN	LIVRARIAS MOHR LTDA (11431)		0	19,3600	1
16	O Professor e a Literatura: para Pequenos, Médios e Grandes Editora Autêntica Autor: Lúcia Cademartori	UN	LIVRARIAS MOHR LTDA (11431)		0	28,3500	1
17	Prevenção do abuso sexual infantil Editora: Editora Juruá Autor: Lúcia Cavalcanti de A. Williams / Eliane Aparecida C. Araújo	UN	LIVRARIAS MOHR LTDA (11431)		0	44,2900	1
18	Atividades para o desenvolvimento emocional das crianças Editora Ciranda Cultural Autor: Textos GROPE. Ilustração Ana Zurita	UN	LIVRARIAS MOHR LTDA (11431)		0	70,0800	1
19	Coleção ed. Sexual Autor: Cida Lopes Editora: Brasileitura	UN	LIVRARIAS MOHR LTDA (11431)		0	103,3300	1
20	Dinâmicas de grupo Autor: João Bauclair Editora: Editora WAK	UN	LIVRARIAS MOHR LTDA (11431)		0	29,6700	1
21	Dinâmicas para Idosos- 125 Jogos e brincadeiras adaptados Autor: Noeme Cristina Carvalho Editora: SP: Vozes	UN	LIVRARIAS MOHR LTDA (11431)		0	46,5300	1
22	Professor Sassá e a Arte em casa e na Escola (Ano I nº 04) Livro: Trabalho com sucata Autor: sem autor EDITORA MINUANO	UN	LIVRARIAS MOHR LTDA (11431)		0	37,6700	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER

Página: 3/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011**Número do Registro de Preços: 3/2011****Data do Registro: 13/04/2011****Válido até: 13/04/2012**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de livros para suprir as necessidades do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social da Secretaria Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
23	Guia Prático para professores de Educação Infantil (Ano 8 nº 88) Livro: Trabalho com sucata Autor: sem autor EDITORA MINUANO	UN	LIVRARIAS MOHR LTDA (11431)		0	37,6700	1

SCHROEDER , 13 de Abril de 2011.

Siderópolis

PREFEITURA MUNICIPAL

decreto nº21/2011

DECRETO N.º21 DE 23 DE MARÇO DE 2011

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 56 da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com o art.6º da Lei Municipal nº1.662/2006;

DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeados os novos membros do Conselho Municipal de Saúde, gestão 2010/2013:

I - Representantes do Governo:

I. Um representante da Secretaria de Saúde;

Titular DALVANIA CARDOSO;

Suplente FERNANDA CRISTINA FRELO.

II. Um representante da Secretaria de Educação:

Titular CLADIS MERI ZANELATTO TRENTTO;

Suplente ELDER COMIN PERARO.

III. Um representante da Secretaria de Administração;

Titular VALBERTO BERKENBROCK;

Suplente ORACIDIO PEREIRA JUNIOR.

II - Representantes dos Prestadores de Serviço;

I. Um representante dos Laboratórios de Análises Clínicas de Siderópolis;

Titular ADEMAR ANTONIO DAL PONT;

Suplente ISABEL ANTUNES.

III - Representantes dos Profissionais de Saúde:

I. Um representante das Entidades dos Profissionais de Enfermagem;

Titular MARISTELA BRIGNOLI;

Suplente LUIZ CARLOS GOLOMBIESKI.

II. Um representante das Entidades dos Profissionais de Odontologia;

Titular RAFAELA LEAL GHISI;

Suplente MARIANGELA DE MATTIA CARDOSO.

III. Um representante das Entidades dos Profissionais de Medicina;

Titular MARILÉIA DE JESUS DOS SANTOS;

Suplente LUCIANA CARVALHO COSTA.

IV. Um representante das Entidades dos Profissionais de Psicologia e Serviço Social;

Titular SIRLENE ESTEVÃO RODRIGUES;

Suplente PATRICIA SIQUEIRA.

V. Um representante das Entidades dos Profissionais Farmacêuticos;

Titular MARILIA DIAS LOCATELLI;

Suplente LIVIA FELTRIN.

IV - Representantes dos Usuários:

I. REPRESENTANTES DA APAE

Titular FATIMA RAQUEL CESA;

Suplente TATIANA R. DE SOUZA.

II. REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO ASAPRE-V

Titular LUIS CARLOS DOS SANTOS ;

Suplente VANILDA COMIN MACHADO.

III. REPRESENTANTE DA CDL:

Titular DANIEL PAULO GAMBA;

Suplente CARLOS CORAL.

IV. REPRESENTANTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RU-RAIS:

Titular CRISTIANE DE BONA;

Suplente VALMIR DE BONA.

V. REPRESENTANTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DE EXTRAÇÃO MINERAL:

Titular ANTONIO CESAR STAIRK;

Suplente VANDA TEIXEIRA.

VI. REPRESENTANTE DA PASTORAL DA SAÚDE:

Titular LUCY SALETE MICHELS;

Suplente MARIA SALVARO.

VII. REPRESENTANTE DA PASTORAL DA CRIANÇA:

Titular TEREZA ROVARIS;

Suplente CÉLIA CASAGRANDE LUCKESI.

VIII. REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO RIO FIORITA:

Titular ANA RODRIGUES;

Suplente REINALDO LUCKESI FILHO.

IX. REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO ESTRADA DE FERRO:

Titular SEBASTIÃO VIEIRA;

Suplente ANTONIO CARLOS PASQUALLI.

X. REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO VILA SÃO JOÃO / COHAB:

Titular VANILDA FREITAS ELIAS;

Suplente RUTI CASAGRANDE.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 23 de Março de 2011.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 23 de Março de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

Decreto nº22/2011

DECRETO N.º22 DE 23 DE MARÇO DE 2011

ALTERA E NOMEIA OS NOVOS MEMBROS DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 56 da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com o art.6º da Lei Municipal nº1.775/2008;

DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeados os novos membros do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social:

I - Representantes do Governo:

I. Um representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Habitação:

Titular SIRLEI MAGNA ROUSSENQ STOPAZZOLLI(Presidente);

Suplente ESTELA MARIS BÚRIGO RONSONI.

II. Um representante da Secretaria de Finanças:

Titular ORACIDIO PEREIRA JÚNIOR;

Suplente BARBARA MARIA BONASSA RONSONI.

III. Um representante da Secretaria de Assistência Social;

Titular SIRLENE RODRIGUES;

Suplente PATRICIA MARIA SIQUEIRA.

IV. Um representante da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;

Titular FRANCIELE FERREIRA;
Suplente SERGIO FRANSCISCO GIONGO.
V. Um representante da Secretaria de Saúde;
Titular FERNANDA CRISTINA FRELLO;
Suplente DALVANIA CARDOSO.

II - Representantes da Sociedade Civil / Movimentos Sociais;

I. Um representante da Associação de Moradores do Bairro Rio Fiorita:

Titular ANA MARIA FERRARO RODRIGUES;
Suplente ANA CONSTANTINO.

II. Um representante da Entidade Comunitária - Conselho Comunitário de Siderópolis:

Titular ELIZABETH BARRETO FORTUNATO;
Suplente IVANA DE CESARO.

III. Um representante do Lions Clube de Siderópolis:

Titular ONDINA FRANÇA FELTRIN;
Suplente JULIANA LAZZARIS FONTANELLA.

IV. Um representante da Associação Feminina de Bem Estar Social de Siderópolis - AFABESS

Titular CATEA TEREZINHA DAGOSTIM DONADEL;
Suplente MARLEI FELTRIN.

V. Um representante da Associação de aposentados e Pensionistas - ASAPREV

Titular LUIZ CARLOS DOS SANTOS;
Suplente MARIA DAS DORES TEIXEIRA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 23 de Março de 2011.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 23 de Março de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

Decreto nº23/2011

DECRETO N.º23 DE 28 DE MARÇO DE 2011

ALTERA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, VII, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com as Leis Municipais nº1.434/2002 e 1807/2009;

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, com os seguintes membros:

1. Representantes Governamentais:

a. Um titular e suplente indicados pelo Chefe do Poder Executivo:
Titular Osmar Valério Martinelli;

Suplente Leomar Dalcin;

b. O Secretário Municipal de Agricultura e suplente:

Titular Pedro Motta da Silva;

Suplente Jorge Luiz Olivo;

c. Um titular e suplente indicados pelo Poder Legislativo entre os Vereadores:

Titular Luiz Salvaro;

Suplente Antonio Carlos Pasquali;

d. Um titular e suplente representantes da EPAGRI:

Titular Jaldecir Pedro Mazzorana;

Suplente Kriger Leopoldo;

e. Um titular e suplente representantes da CIDASC;:

Titular Vilmar Warmling;

Suplente Fernando Henrique Thomasi;

2. Representantes da Sociedade:

a. Um titular e suplente representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Siderópolis:

Titular Valmir De Bona;

Suplente Hamilton Damin;

b. Um titular e suplente representantes dos produtores de banana:

Titular Ernesto de Nez;

Suplente Valmir de March;

c. Um titular e suplente representantes dos produtores de leite:

Titular Edmar Viana;

Suplente Dirlei Bortoluzzi;

d. Um titular e suplente representantes dos avicultores.

Titular Jean Cúnico;

Suplente Ivonete Demenech Somariva;

e. Uma titular e suplente representantes da mulher agricultora:

Titular Jadna De Mattia;

Suplente Cleimar Sávio;

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 28 de Março de 2011.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 28 de Março de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

Portaria nº100/2011

PORTARIA Nº 100, DE 22 DE MARÇO DE 2011

ADMITE TEMPORARIAMENTE POR CONTRATO DE TRABALHO TIAGO GOMES BURIGO PARA A FUNÇÃO DE MÉDICO CLÍNICO GERAL

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso X, da Lei Orgânica do Município, e Lei Municipal nº1.912/2010; RESOLVE

Art.1º - Admitir temporariamente, TIAGO GOMES BURIGO, brasileiro(a), CPF/MF sob nº048.413.389-69, pelo Processo Seletivo Simplificado de Pessoal nº05/2011, para ocupar a função de Médico Clínico Geral, no Plantão 24h São Lucas, na Secretaria de Saúde, a contar de 26/03/2011 até 25/03/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 22 de Março de 2011.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de Março de 2011

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

Portaria nº101/2011

PORTARIA Nº 101, DE 22 DE MARÇO DE 2011
CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº51/2011

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº51/2011, considerando o retorno ao trabalho do funcionário SIDNEI GONÇALVES, CPF/MF nº946.958.659-04, Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro Permanente do Município, a contar de 01/03/2011.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 22 de Março de 2011.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de Março de 2011

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

Portaria nº102/2011

PORTARIA Nº 102, DE 24 DE MARÇO DE 2011
CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO A SERVIDORA JANDIARA SALVARO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Concede afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, a servidora JANDIARA SALVARO, CPF/MF nº041.749.239-14, Dentista, do Quadro Permanente do Município, a contar desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 24 de Março de 2011.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de Março de 2011

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

Portaria nº103/2011

PORTARIA Nº 103, DE 31 DE MARÇO DE 2011
CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO AO SERVIDOR CELIO DA SILVA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Concede afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, ao servidor CELIO DA SILVA, CPF/MF nº533.127.599-00, Motorista, do Quadro Permanente do Município, a contar desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 31 de Março de 2011.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 31 de Março de 2011

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

Portaria nº104/2011

PORTARIA Nº 104, DE 31 DE MARÇO DE 2011
CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº31/2011

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº31/2011, considerando o retorno ao trabalho da funcionária VALDETE LAURENTINO, CPF/MF nº341.468.909-00, Telefonista, do Quadro Permanente do Município, a partir de 01/04/2011.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 31 de Março de 2011.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 31 de Março de 2011

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

Portaria nº105/2011

PORTARIA Nº 105, DE 31 DE MARÇO DE 2011
DESIGNA SERVIDORES PARA CONFERENCIA NA RECEPÇÃO DE DOCUMENTOS NA LIBERAÇÃO DO FGTS AOS ATINGIDOS PELAS ENXURRADAS DE 18 DE JANEIRO DE 2011

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores, abaixo relacionados, para conferência na recepção de documentos na liberação do FGTS aos atingidos pelas enxurradas de 18 de Janeiro de 2011:

I. Jordana Fontanella Garlini;

II. Jéssica Maravai;

III. Tiago Jose de Sousa;

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 31 de Março de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 31 de Março de 2011

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº106/2011

PORTARIA Nº 106, DE 31 DE MARÇO DE 2011
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA ROZANA DA SILVA BITENCOUTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009, RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade a servidora ROZANA DA SILVA BITENCOUTE, CPF/MF nº024.291.279-62, Professora MAG- LP, do Quadro Permanente do Município, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 09/03/2011.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 31 de Março de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 31 de Março de 2011

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

portaria nº107/2011

PORTARIA Nº 107, DE 31 DE MARÇO DE 2011
Concede FG à Servidora Bárbara Maria Bonassa Ronsoni

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com Lei Municipal 1.808/2009 combinada com a 1.833/2009;

RESOLVE:

Art.1º - Conceder Função Gratificada ao servidor(a) Bárbara Maria Bonassa Ronsoni, CPF nº064.351.859-21, Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Município, FG 03, Valor R\$400,00, Responsabilidade exclusiva pela publicação de atos.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 31 de Março de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 31

de Março de 2011

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº108/2011

PORTARIA Nº 108, DE 31 DE MARÇO DE 2011
Concede FG à Servidora Elaine Barreiros dos Santos

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com Lei Municipal 1.808/2009 combinada com a 1.833/2009;

RESOLVE:

Art.1º - Conceder Função Gratificada ao servidor(a) Elaine Barreiros dos Santos, CPF nº058.660.219-43, Assistente Administrativo II, do Quadro Permanente do Município, FG 05, Valor R\$150,00, Responsabilidade pelo Posto do Sine de Siderópolis.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 31 de Março de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 31 de Março de 2011

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº109/2011

PORTARIA Nº 109, DE 31 DE MARÇO DE 2011
Concede FG ao Servidor Dalbi Lucas de Souza

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com Lei Municipal 1.808/2009 combinada com a 1.833/2009;

RESOLVE:

Art.1º - Conceder Função Gratificada ao servidor(a) Dalbi Lucas de Souza, CPF nº429.520.779-91, Motorista, do Quadro Permanente do Município, FG 04, Valor R\$250,00, Responsabilidade pelo protocolo de documentos da Secretaria de Administração as viagens a Florianópolis.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 31 de Março de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 31 de Março de 2011

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº24/2011

DECRETO N.º24 DE 28 DE MARÇO DE 2011
ALTERA O CARGO DO SERVIDOR DICIONEI SAVARIS

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as Leis Municipais nº.1.808 e 1.818/2009 e decreto nº087/2009;

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o cargo do servidor DICIONEI SAVARIS, brasileiro(a), CPF/MF sob nº743.777.609-04, para Chefe de Departamento - Símbolo C2, a contar desta de 02/03/2011.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 28 de Março de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 28 de Março de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº99/2011

PORTARIA Nº 99, DE 22 DE MARÇO DE 2011
ADMITE TEMPORARIAMENTE POR CONTRATO DE TRABALHO LUCIANA CARVALHO COSTA PARA A FUNÇÃO DE MÉDICO CLÍNICO GERAL

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso X, da Lei Orgânica do Município, e Lei Municipal nº1.912/2010;

RESOLVE

Art.1º - Admitir temporariamente, LUCIANA CARVALHO COSTA, brasileiro(a), CPF/MF sob nº881.631.991-72, pelo Processo Seletivo Simplificado de Pessoal nº05/2011, para ocupar a função de Médico Clínico Geral, no Plantão 24h São Lucas, na Secretaria de Saúde, a contar de 26/03/2011 até 25/03/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 22 de Março de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de Março de 2011

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Timbó**PREFEITURA MUNICIPAL****Decreto No 2309, de 24 de Março de 2011**

DECRETO No 2309, DE 24 DE MARÇO DE 2011

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, no âmbito do Processo nº DAP-212,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

DEPARTAMENTO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
120803	01 Armário de 02 Portas Fechado	R\$ 275,00

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
18958	01 Teclado USB ABNT2, na Cor Marfim	R\$ 26,50
15597	01 Estabilizador de Energia 220/110	R\$ 55,00
00592	01 Monitor de 14" - Marca Samsung SyncMaster 450B	R\$ 150,00

ARQUIVO PÚBLICO

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
09759	01 Monitor de 15" Samsung 550v	R\$ 400,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
14777	01 Autoclave Horizontal de 30 Litros com Prateleira	R\$ 2.230,00

ASSESSORIA DE IMPRENSA

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
16141	01 Imprensa HP DeskJet 6540	R\$ 589,00

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 24 de março de 2011; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Timbó, SC, 24 de março de 2011.

SÉRGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo de Gabinete

Decreto No 2310, de 24 de Março de 2011

DECRETO No 2310, DE 24 DE MARÇO DE 2011

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, no âmbito do Processo nº DAP-213,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

UNIDADE DE SAÚDE FAMÍLIA POMERANOS

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
00426	01 Monitor de 14" - Marca ADC Spectrum 4Vn	R\$ 80,00
08884	01 Banco Estofado em Corvim Preto, sem Encosto	R\$ 50,00
08931	01 Banco sem Encosto com 3 lugares, em Corvim Preto	R\$ 80,00
08932	01 Banco sem Encosto com 3 lugares em Corvim Preto	R\$ 80,00
08933	01 Banco sem Encosto com 3 lugares em Corvim Preto	x-x-x-x
08990	01 Mesa sem Gavetas	R\$ 48,00

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 24 de março de 2011; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Timbó, SC, 24 de março de 2011.

SÉRGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo de Gabinete

Decreto No 2311, de 24 de Março de 2011

DECRETO No 2311, DE 24 DE MARÇO DE 2011

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I,

da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, no âmbito do Processo nº DAP-214,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

UNIDADE DE SAÚDE FAMÍLIA INTEGRADA / SETOR DE RAIOS-X / UNIDADE DE SAÚDE FAMÍLIA PE. MARTINHO STEIN

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
14183	01 Ventilador de Teto, Grande com Lâmpada	R\$ 189,00
14186	01 Ventilador de Teto, Grande com Lâmpada	R\$ 189,00
16426	01 Ventilador Primavera de Teto com 4 Pás e Iluminária	R\$ 35,00
18474	01 Ventilador de Teto	R\$ 70,00
20553	01 Ventilador de Teto	R\$ 95,00

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 24 de março de 2011; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Timbó, SC, 24 de março de 2011.

SÉRGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo de Gabinete

Decreto No 2312, de 24 de Março de 2011

DECRETO No 2312, DE 24 DE MARÇO DE 2011

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, no âmbito do Processo nº DAP-215,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

ESCOLA MUNICIPAL "SÃO ROQUE"

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
x-x-x	01 Monitor Studioworks LG de 14" (sem tarja)	x-x-x
04007	01 Ventilador de Teto - Marca Venti Delta	R\$ 10,00

10654	01 Armário de Aço de 1.98 x 0,90 - Chapa 24	R\$ 243,00
10866	01 Monitor de 15"	R\$ 400,00
10905	01 Micro Computador Pentium 4 de 1.6 S478 com 512Kb	R\$ 3.263,00
17832	01 Lixeira de Coleta Seletiva Recicláveis (Kit com 5)	R\$ 733,33

ASSESSORIA DE IMPRENSA

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
10846	01 Impressora HP DeskJet 930C	R\$ 435,00
12581	01 Scanner HP 2300C	R\$ 480,00

DEPARTAMENTO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
10836	01 Arquivo de Aço com 4 Gavetas - Marca W3	R\$ 178,00

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 24 de março de 2011; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Timbó, SC, 24 de março de 2011.

SÉRGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo de Gabinete

Decreto No 2318, de 30 de Março de 2011

DECRETO No 2318, DE 30 DE MARÇO DE 2011

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, no âmbito do Processo nº DAP-216,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

Secretaria Municipal da Fazenda e Administração

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
00911	01 aspirador de pó - marca Prosdócimo, Modelo Hidro Vac	R\$ 150,00

FUNPREV

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
00333	01 telefone Intelbrás com chave	R\$ 8,00

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 30 de março de 2011; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Timbó, SC, 30 de março de 2011.

SÉRGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo de Gabinete

Decreto Nº 2.306, de 22 de Março de 2011

DECRETO Nº 2.306, DE 22 DE MARÇO DE 2011

Declara de utilidade pública para fins de regularização de área desapropriada, por via amigável ou judicial, uma área de terras, situada à Rua Bruno Reinicke, de propriedade de Ronaldo Reinicke, para fins de regularização da Rua Max Loewen.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso XIII, c/c art. 70, inciso I, alíneas "d" e "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1.990, e com fundamento no art.5º, inciso XXIV da Constituição Federal e nos artigos 2º, 5º, alínea "i", do Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/41, e suas alterações posteriores; e

Considerando-se a necessidade de regularização da área com 1.109,74m² para integrar a Rua Max Loewen, cuja área já está sendo utilizada como logradouro público;

Considerando que a desapropriação irá consolidar uma situação já existente, beneficiando assim os moradores e proprietários de imóveis localizados com testadas para essa rua e transeuntes que a utilizam;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de regularização de área desapropriada, por via amigável, nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/41, e alterações posteriores, uma faixa de terra assim descrita: uma área de terras com 1.109,74m² destinada à regularização da Rua Max Loewen, assim descrita: Terreno urbano, situado no lado ímpar da Rua Bruno Reinicke, distando pelo lado direito do imóvel, 85,70 metros da esquina formada com o lado par da Rua Blumenau, ocupado pela Rua Max Loewen, com as seguintes confrontações: frente em 22,05 metros com o lado ímpar da Rua Bruno Reinicke; fundos em 16,00 metros com imóvel transcrito sob o nº 5.207, fls. 260/261, livro 3-B, de propriedade de Helmuth Reinicke (espólio); lado direito estrema em 68,97 metros, sendo, em 31,97 metros com a área 01, e, em 37,00 metros com o imóvel matriculado sob nº 14.438, livro 2, de propriedade de Cerâmica Reinicke Ltda; e, lado esquerdo estrema pela linha de transição em 9,47 metros com a área 02, e em linha reta em 62,71 metros com a área 02. O referido imóvel faz parte de um todo, matriculado junto ao 1º. Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº. 19.243, livro 2.

Art. 2º A regularização da área desapropriada do imóvel declarado de utilidade pública por este decreto, é considerada de "urgência", razão pela qual deverá efetivar-se mediante acordo administrativo,



previsto no art. 10 c/c art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365/41, e Lei Federal nº 2.786, de 21/05/56.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste decreto, correrão à conta de dotação orçamentária própria do Orçamento-Programa 2011.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de março de 2011; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

O presente decreto foi publicado na forma regulamentar.
Timbó, 22 de março de 2011.

SÉRGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo de Gabinete

Decreto Nº 2302, de 21 de Março de 2011

DECRETO Nº 2302, DE 21 DE MARÇO DE 2011

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 163.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2491, de 13 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 163.000,00 (cento e sessenta e três mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

24.01.026.782.0046.2260. FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO
24.01.026.782.0046.2260. DEMUTRAN
24.01.026.782.0046.2260. MANUTENÇÃO DO DEMUTRAN
300000.00 DESPESAS CORRENTES
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.35400 SUPERAVIT FINANCEIRO CONVENIO TRANSITO- MILITAR 20.000,00
0.35500 SUPERAVIT FINANCEIRO CONVENIO TRANSITO-CIVIL 20.000,00
0.35600 SUPERAVIT FINANCEIRO CONVENIO TRANSITO-PREFEITURA 101.000,00
TOTAL 141.000,00
24.02.006.181.0046.1267. FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO
24.02.006.181.0046.1267. POLICIA MILITAR
24.02.006.181.0046.1267. EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - POL. MILITAR
400000.00 DESPESAS DE CAPITAL
440000.00 INVESTIMENTOS
449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.35400 SUPERAVIT FINANCEIRO CONVENIO TRANSITO- MILITAR 2.000,00
TOTAL 2.000,00
24.02.006.181.0046.2262. FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO
24.02.006.181.0046.2262. POLICIA MILITAR
24.02.006.181.0046.2262. MANUTENÇÃO DO CONV. POLICIA MILITAR
300000.00 DESPESAS CORRENTES
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.35400 SUPERAVIT FINANCEIRO CONVENIO TRANSITO- MILITAR 20.000,00

TOTAL 20.000,00

TOTAL 163.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do exercício anterior.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 21 de março de 2011; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Timbó, SC, 21 de março de 2011.

SÉRGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo de Gabinete

Decreto Nº 2304, de 22 de Março de 2011

DECRETO Nº 2304, DE 22 DE MARÇO DE 2011

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 40.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2491, de 13/12/2010,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2011:

19.02.027.812.0091.2242. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
19.02.027.812.0091.2242. TRANSFERENCIA A ENTIDADES ESPORTIVAS
19.02.027.812.0091.2242. REPASSES DA FME PARA ENTIDADES, CLUBES E ASSOCIAÇÕES
300000.00 DESPESAS CORRENTES
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
336000.00 TRANSFERENCIAS A INST. PRIVADAS C/ FINS LUCRATIVOS
0.10000 RECURSOS ORDINARIOS 40.000,00
TOTAL 40.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

19.02.027.812.0091.2242. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
19.02.027.812.0091.2242. TRANSFERENCIA A ENTIDADES ESPORTIVAS
19.02.027.812.0091.2242. REPASSES DA FME PARA ENTIDADES, CLUBES E ASSOCIAÇÕES
300000.00 DESPESAS CORRENTES
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
335000.00 TRANSFERENCIAS A INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS
0.10000 RECURSOS ORDINARIOS 40.000,00
TOTAL 40.000,00



Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de março de 2011; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Timbó, SC, 22 de março de 2011.

SÉRGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo do Gabinete

Decreto Nº 2308, de 24 de Março de 2011

DECRETO Nº 2308, DE 24 DE MARÇO DE 2011

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 30.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2491, de 13/12/2010,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2011:

08.01.015.452.0050.2092. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
08.01.015.452.0050.2092. OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
08.01.015.452.0050.2092. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
300000.00 DESPESAS CORRENTES
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS
319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 VINCULO LIVRE 30.000,00
TOTAL 30.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

08.01.015.452.0050.2092. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
08.01.015.452.0050.2092. OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
08.01.015.452.0050.2092. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
300000.00 DESPESAS CORRENTES
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 VINCULO LIVRE 30.000,00
TOTAL 30.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 24 de março de 2011; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Timbó, SC, 24 de março de 2011.

SÉRGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo do Gabinete

Decreto Nº 2313, de 28 de Março de 2011

DECRETO Nº 2313, DE 28 DE MARÇO DE 2011

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 130.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2491, de 13 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

08.01.015.452.0050.2092. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
08.01.015.452.0050.2092. OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
08.01.015.452.0050.2092. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
300000.00 DESPESAS CORRENTES
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.30000 SUPERAVIT FINANCEIRO LIVRE 130.000,00
TOTAL 130.000,00
TOTAL 130.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 28 de março de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Timbó, SC, 28 de março de 2011.

SÉRGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo de Gabinete

Decreto Nº 2315, de 30 de Março de 2011

DECRETO Nº 2315, DE 30 DE MARÇO DE 2011

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 19.880,80

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2491, de 13/12/2010,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2011:

03.01.004.122.0015.2012. SECRETARIA DA FAZENDA E

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

03.01.004.122.0015.2012. ADMINISTRAÇÃO GERAL
 03.01.004.122.0015.2012. MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 337100.00 TRANSFERENCIA A CONSORCIOS PUBLICOS
 0.10000 VINCULO LIVRE 19.880,80
 TOTAL 19.880,80

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 19.880,80 (dezenove mil, oitocentos e oitenta reais e oitenta centavos), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

03.01.004.122.0015.2012. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
 03.01.004.122.0015.2012. ADMINISTRAÇÃO GERAL
 03.01.004.122.0015.2012. MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 317100.00 TRANSFERENCIA A CONSORCIOS PUBLICOS
 0.10000 VINCULO LIVRE 19.880,80
 TOTAL 19.880,80

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 30 de março de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
 LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
 Prefeito de Timbó/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
 Timbó, SC, 30 de março de 2011.

SÉRGIO ALBERTO BARRETO FILHO
 Assessor Executivo do Gabinete

Decreto Nº 2316, de 30 de Março de 2011

DECRETO Nº 2316, DE 30 DE MARÇO DE 2011
 Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 1.500.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2491, de 13 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

08.01.015.452.0050.2092. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 08.01.015.452.0050.2092. OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 08.01.015.452.0050.2092. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 310000.00 PESSOAL E ENCARGOS
 319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.30000 SUPERAVIT FINANCEIRO ANO ANTERIOR 1.060.000,00
 319100.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.30000 SUPERAVIT FINANCEIRO ANO ANTERIOR 140.000,00
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.30000 SUPERAVIT FINANCEIRO LIVRE 300.000,00
 TOTAL 1.500.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 30 de março de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
 LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
 Prefeito de Timbó/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
 Timbó, SC, 30 de março de 2011.

SÉRGIO ALBERTO BARRETO FILHO
 Assessor Executivo do Gabinete

Decreto Nº 2319, de 31 de Março de 2011

DECRETO Nº 2319, DE 31 DE MARÇO DE 2011
 Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 20.056,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2491, de 13/12/2010,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2011:

03.01.004.122.0015.2012. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
 03.01.004.122.0015.2012. ADMINISTRAÇÃO GERAL
 03.01.004.122.0015.2012. MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 337100.00 TRANSFERENCIA A CONSORCIOS PUBLICOS
 0.10000 VINCULO LIVRE 19.515,20
 400000.00 DESPESAS DE CAPITAL
 440000.00 INVESTIMENTOS
 447100.00 TRANSFERENCIA A CONSORCIOS PUBLICOS
 0.10000 VINCULO LIVRE 540,80
 TOTAL 20.056,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 20.056,00 (vinte mil e cinquenta e seis reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

03.01.004.122.0015.2012. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
 03.01.004.122.0015.2012. ADMINISTRAÇÃO GERAL
 03.01.004.122.0015.2012. MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.10000 VINCULO LIVRE 20.056,00
 TOTAL 20.056,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 31 de março de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Timbó, SC, 31 de março de 2011.

SÉRGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo do Gabinete

Decreto Nº 2320, de 31 de Março de 2011

DECRETO Nº 2320, DE 31 DE MARÇO DE 2011

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 185.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2491, de 13 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

1801.009.271.0025.2120. FASS
1801.009.271.0025.2120. GESTÃO DA ASSISTENCIA A SAUDE DO SERVIDOR
1801.009.271.0025.2120. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FASS
300000.00 DESPESAS CORRENTES
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.30300 SUPRAVIT FINANCEIRO - CONTRIBUICAO PARA O RPPS
185.000,00
TOTAL 185.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 31 de março de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Timbó, SC, 31 de março de 2011.

SÉRGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo do Gabinete

Decreto Nº 2.325, de 11 de Abril de 2011

DECRETO Nº 2.325, DE 11 DE ABRIL DE 2011

Regulamenta a forma de elaboração e apresentação do Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas

pelo art. 70, inciso I, alínea "m", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05/04/1990, e

Considerando o que dispõe o Plano Diretor em seu artigo 30 e seguintes, em especial a necessidade de realização e apresentação de Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV para obtenção das licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento de empreendimento de impacto, assim entendidos os pólos geradores de tráfego, de ruído e de risco, consoante artigos 8º e 9º da Lei Complementar nº 334 de 05 de outubro de 2007 (Lei de Uso e Ocupação do Solo);

Considerando que embora os requisitos gerais de ordem formal a serem observados quando da elaboração do EIV estejam estabelecidos na legislação federal (Estatuto da Cidade) e municipal (Plano Diretor e Lei de Uso e Ocupação do Solo), referidos diplomas legais necessitam de regulamentação dos métodos necessários à elaboração do Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a regulamentação do método de elaboração do Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, a ser apresentado pelo empreendedor, procedida através da Resolução nº 01 de 11 de abril de 2011 e seus anexos, da Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, constantes em anexo a este decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 11 de Abril de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

O presente decreto foi publicado na forma regulamentar.
Timbó, 11 de abril de 2011.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo do Gabinete

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 11 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das competências estabelecidas pela Lei Complementar nº 196 de 29 de dezembro de 2000, e

Considerando que para ordenar o crescimento e desenvolvimento do Município de Timbó, fora criada a ferramenta do Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV;

Considerando que o assunto fora discutido e deliberado junto ao Conselho da Cidade de Timbó, conforme consta das Atas da Assembléia Ordinária nº 05 de 27/05/2010; nº 06 de 24/06/2010; nº 08 de 29/07/2010; nº 09 de 02/09/2010 em que se definiu que a regulamentação técnica inerente ao método de elaboração do EIV seria de competência desta Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente;

Considerando a necessidade de estabelecer os critérios técnicos para elaboração e apresentação deste instrumento quando necessário à liberação dos alvarás competentes pela Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica regulamentado o método de elaboração do Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, a ser apresentado pelo empreendedor à Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, nas hipóteses em que a lei ou regulamento próprio assim exigir.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º. Para efeito desta Resolução, entende-se por:

I - Pólo Gerador de Tráfego: a atividade que centraliza, por sua natureza, a utilização rotineira de veículos de transporte de cargas, com movimentação de carga superior a 5 (cinco) toneladas por dia de funcionamento normal e/ou de veículos leves em quantidade maior do que 150 (cento e cinquenta) veículos por dia de funcionamento normal;

II - Pólo Gerador de Ruído Noturno: o estabelecimento de comércio, serviços, indústria ou instituição que, pela sua atividade, gere sons ou ruídos em intensidade média acima de 60dB (sessenta decibéis), medidos externamente ao estabelecimento, no horário compreendido entre as 22 (vinte e duas) horas e as 6 (seis) horas do dia seguinte;

III - Pólo Gerador de Ruído Diurno: o estabelecimento de comércio, serviços, indústria ou instituição, com atividade que gere sons ou ruídos em intensidade média acima de 70dB (setenta decibéis), medidos externamente ao estabelecimento, no horário das 6 (seis) horas às 22 (vinte e duas) horas;

IV - Pólo Gerador de Risco: a atividade que pode representar risco para a vizinhança por explosão, incêndio, envenenamento e congêneres.

V - Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV): conjunto dos estudos e informações técnicas objetivando identificar e avaliar a repercussão e o impacto dos empreendimentos e atividades sobre o ambiente urbano, sobre as atividades humanas instaladas, sobre a movimentação de pessoas e mercadorias e sobre os recursos naturais, de forma a permitir a análise das diferenças entre as condições existentes antes e depois da implantação do empreendimento;

VI - Vizinhança: imediações do local onde se propõe o empreendimento ou atividade;

VII - Medidas compatibilizadoras: destinadas a compatibilizar o empreendimento com a vizinhança;

VIII - Medidas compensatórias: destinadas a compensar impactos irreversíveis que não podem ser evitados;

IX - Medidas mitigadoras: destinadas a prevenir impactos adversos ou a reduzir aqueles que não podem ser evitados.

Art. 3º - Os empreendimentos ou atividades, privadas ou públicas, que venham a interferir na qualidade de vida da população residente ou usuária na área de influência do projeto e suas proximidades, dependerão da elaboração e apresentação de prévio Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV - e seu resultado será apresentado por meio de relatório para obtenção de Alvará de licenças de construção, ampliação e de funcionamento, devendo ser executado pelo empreendedor, por solicitação da Administração Pública.

§1º- Afora os casos estabelecidos no Plano Diretor e na Lei de Uso e Ocupação do Solo, caberá ao Conselho da Cidade deliberar através de Resolução sobre os demais empreendimentos que dependerão de apresentação de Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV.

§2º - O Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV - não dispensa nem substitui o Estudo de Impacto Ambiental - EIA -, desde que exigido pela legislação ambiental e, deverá ser elaborado, independentemente da exigência deste.

§3º - O Relatório de Impacto de Vizinhança - RIVI refletirá as conclusões do Estudo de Impacto de Vizinhança - EIVI, podendo ser consolidado num único documento.

§4º - O EIVI/RIVI deverá ser apresentado em 3 vias e será elaborado por equipe multidisciplinar, composta por membros devidamente credenciados, que se responsabilizará pelas informações, resultados e conclusões apresentadas.

§5º Todos os prazos mencionados nesta resolução, inclusive nos Anexos I e II poderão ser prorrogados por igual período, desde que mediante justificativa técnica.

Art. 4º- O empreendedor, público ou privado, arcará com as despesas relativas a:

I - elaboração do EIV e fornecimento do número de exemplares solicitados na instrução técnica;

II - cumprimento das exigências, quando necessário, de esclarecimentos e complementação de informações durante a análise técnica do EIV;

III - acesso público aos documentos integrantes do EIV e dos procedimentos de sua análise;

IV - realização de audiência pública, quando for o caso;

V - implementação das medidas mitigadoras e compensatórias;

VI - cumprimento das exigências, quando necessário, para concessão da licença ou autorização;

VII - fornecimento de versão digital dos documentos com vistas a sua disponibilização na página eletrônica oficial do Município.

CAPÍTULO II**COMISSÃO PERMANENTE PARA ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA - CPAEIV**

Art. 5º- Será nomeada, por ato do Chefe do Poder Executivo, para a análise dos EIV's, Comissão Permanente de Análise de Estudo de Impacto de Vizinhança - CPAEIV, composta por no mínimo três técnicos da Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente. Parágrafo Único - A Comissão Permanente de Análise de Estudo de Impacto de Vizinhança - CPAEIV - poderá, se julgar necessário, solicitar a presença de técnicos de outros órgãos para melhor análise do Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV.

CAPÍTULO III**REQUISITOS DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA- EIV**

Art. 6º. O Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV avaliará os efeitos negativos e positivos do empreendimento ou atividade sobre a qualidade de vida da população residente na área de influência do projeto, com base nos seguintes aspectos:

I - alteração no adensamento populacional no lote, na quadra ou na rua;

II - alterações no uso de equipamentos urbanos e comunitários existentes ou necessidade de implantação de novos equipamentos;

III - alterações possíveis no uso e ocupação do solo decorrentes do empreendimento ou atividade;

IV - valorização dos imóveis das quadras circunvizinhas;

V - efeitos sobre a geração de tráfego e demanda por transporte público;

VI - efeitos sobre a ventilação e iluminação nos edifícios e terrenos circunvizinhos;

VII - interferências na paisagem urbana, patrimônio natural e cultural;

VIII - potencial de poluição sonora, geração de lixo e demais formas de poluição;

IX - alteração na qualidade do ar;

X - alteração da vegetação e arborização urbana;

XI - capacidade de infraestrutura de saneamento.

Art. 7º- No Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV e o Relatório de Impacto de Vizinhança - RIV deverá constar, no mínimo:

I - caracterização do empreendimento quanto à localização, objetivos e compatibilidade com a legislação federal, estadual e municipal pertinente;

II - caracterização da vizinhança onde o projeto terá repercussão quanto aos aspectos sociais, econômicos e culturais;

III - caracterização da infraestrutura urbana local e avaliação de sua capacidade de suportar a demanda do empreendimento;

IV - avaliação dos impactos nas fases de implantação, operação e funcionamento e desativação do empreendimento, quando for o caso;

V - definição de medidas mitigadoras dos impactos negativos e de eventuais medidas compensatórias, bem como apresentação de medidas otimizadoras dos impactos positivos;

VI - programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos, indicando fatores e parâmetros a serem adotados durante as fases de implantação, operação e desativação do empreendimento;

VII - relação de todos os técnicos da equipe multidisciplinar responsável pelo relatório, com nome e formação profissional.

Art. 8º - Contemplando as questões relacionadas nos artigos 6º e

7º desta norma, o EIVI/RIV deverá ser elaborado de acordo com os Anexos I e II integrantes da presente Resolução.

Parágrafo único. O ANEXO I referido no "caput" deste artigo é genérico, devendo ser complementado, quando necessário, conforme as especificidades da atividade ou do empreendimento ou da região onde se localiza o empreendimento.

Art. 9º. O Estudo de Impacto de Vizinhança conterá uma parte conclusiva, onde serão apresentados de forma objetiva e de fácil compreensão os resultados das atividades técnicas, bem como as vantagens e desvantagens do projeto.

CAPÍTULO IV

PROCESSAMENTO E AVALIAÇÃO DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA

Seção I

Análise Técnica do Estudo Prévio do EIV

Art.10 - O interessado deverá apresentar à Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente através de protocolo, estudo prévio, para análise inicial do EIV conforme item 2.1 do Anexo II.

Parágrafo Único - A equipe técnica que elaborará o Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, cujos membros deverão estar devidamente credenciados na sua área de atuação, serão responsáveis pelas informações, resultados e conclusões do Estudo de Impacto de Vizinhança, apresentando, quando for o caso, Anotação de Responsabilidade Técnica e, não podendo, sob nenhuma hipótese, em caso de empreendimento particular, possuir vínculo direto ou indireto com a Administração Pública Municipal.

Art.11 - De posse do estudo prévio, mencionado no artigo anterior, a Comissão Permanente de Análise de Estudo de Impacto de Vizinhança - CPAEIV deverá emitir, num prazo máximo de 30 (trinta) dias, deliberação contendo a aceitação ou não do estudo prévio, propondo, se necessário, alterações e ajustes para melhor análise dos impactos que possam advir do empreendimento.

Art. 12 - Recebidas as deliberações da Comissão Permanente de Análise do Estudo de Impacto de Vizinhança - CPAEIV, o empreendedor deverá proceder, por meio de sua equipe técnica, o Estudo de Impacto de Vizinhança, em seu formato definitivo, de conformidade com os Anexos I e II, e entregá-lo à Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, através de protocolo de uma cópia impressa e uma cópia no formato PDF.

Seção II

Análise Técnica do EIV Definitivo

Art. 13 - A Comissão Permanente de Análise de Estudo de Impacto de Vizinhança - CPAEIV após o recebimento do Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV - em seu formato definitivo, terá trinta dias úteis para proceder à análise e apresentar Relatório Conclusivo e, os profissionais da área da engenharia e/ou arquitetura regularmente inscritos na Entidade de Classe competente que venham a fazer parte da comissão, deverão apresentar as Anotações de Responsabilidade Técnica de Cargo e Função - ART, que farão parte do Relatório Conclusivo.

§ 1º - A Comissão Permanente de Análise de Estudo de Impacto de Vizinhança - CPAEIV poderá exigir esclarecimentos e complementações de informações, caso em que, ficará suspenso o prazo determinado no "caput" para análise, até a entrega, pelo empreendedor, das informações solicitadas.

§ 2º - O Relatório Conclusivo poderá sugerir, como condição para aprovação ou licenciamento do empreendimento, com o fito de eliminar ou minimizar os impactos negativos deste, execução ou melhorias do sistema viário, do saneamento básico, etc., por parte do empreendedor.

Art. 14 - A análise técnica deverá ser consolidada em parecer técnico conclusivo, contendo, no mínimo:

I - caracterização do empreendimento, atividade e da respectiva área;

II - legislação aplicável;

III - análise dos impactos ambientais previstos;

IV - análise das medidas mitigadoras e compensatórias propostas;

V - análise dos programas de monitoramento dos impactos e das medidas mitigadoras;

VI - conclusão sobre a aprovação, proibição ou determinação de exigências, se necessário, para concessão da licença ou autorização do empreendimento ou da atividade em questão.

Art. 15 - O Parecer Conclusivo, juntamente com o Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, deverá ser disponibilizado na página eletrônica do Município durante um período máximo de 15 (quinze) dias para consulta pública.

§1º Durante o prazo de consulta pública, os moradores ou associações vizinhas ao empreendimento, poderão requerer à Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, a determinação de realização de audiência pública.

§2º Definida a necessidade de audiência pública, seja por requerimento das partes envolvidas, seja por determinação da CPAEIV, esta será designada para ocorrência no prazo mínimo de 10 dias a contar da publicação do edital de convocação.

§3º As despesas com a realização da audiência pública, quando necessária, fica ao encargo do empreendedor.

§4º Na hipótese em que se entender necessária a realização de audiência pública, esta poderá ser designada concomitantemente com a disponibilização do EIV para consulta pública.

Art. 16 - Deverá a Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente encaminhar ao Conselho da Cidade o Relatório Conclusivo da Comissão Permanente de Análise de Estudo de Impacto de Vizinhança - CPAEIV juntamente com o Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV - e, quando necessária, a ata da audiência pública realizada, para sua apreciação e aprovação.

Parágrafo único. Após a aprovação do Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV - pelo Conselho da Cidade, o empreendedor deverá entregar à Comissão Permanente de Análise de Estudo de Impacto de Vizinhança - CPAEIV - três cópias impressas do Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV - e uma cópia digital.

Seção III

Termo de Compromisso/ Medidas Compensatórias e/ou Mitigadoras

Art. 17 - A aprovação ou licenciamento do empreendimento ficará condicionada à assinatura de Termo de Compromisso, pelo empreendedor, em arcar, integralmente, com as despesas decorrentes da execução de melhorias para eliminar ou minimizar os impactos negativos, conforme Relatório Conclusivo emitido pela Comissão e aprovado pelo Conselho da Cidade.

Parágrafo único. Os Alvarás de Habite-se ou Funcionamento só serão emitidos mediante o cumprimento do Termo de Compromisso, que deverá ser certificado pelo órgão competente.

Art. 18 - Caberá ao Conselho da Cidade a apreciação dos recursos referentes às medidas compatibilizadoras e compensatórias para a adequação das condições locais.

CAPÍTULO V

PUBLICIDADE DOS PROCEDIMENTOS DA ANÁLISE TÉCNICA

Art. 19 - Dar-se-á publicidade dos seguintes procedimentos da análise técnica, através de publicação em jornal de circulação local:

I - disponibilização para consulta pública do Parecer Conclusivo expedido pela CPAEIV e do respectivo EIV, com a indicação do endereço eletrônico correspondente;

II - convocação de audiência pública, quando for o caso.

Art. 20. Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura publicação.

Município de Timbó, em 11 de Abril de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

NILTON THEILACKER

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

ANEXO I

1. REQUERIMENTO

2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

3. DADOS DO EMPREENDIMENTO

4. DADOS DA EMPRESA/ EQUIPE QUE ELABOROU O EIV

5. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO EMPREENDIMENTO

6. MEMORIAL DESCRITIVO

6.1 Texto síntese caracterizando e explicando os objetivos do empreendimento ou atividade pretendida (o que é):

6.2 Texto síntese com as características físicas e operacionais do empreendimento ou atividade pretendida (como atua):

6.3 Delimitação da área de vizinhança imediata (lotes vizinhos ou defronte às ruas do empreendimento ou atividade) e mediata (áreas e quadras inseridas numa faixa de 100,00m contados a partir dos limites do empreendimento ou atividade), sob influência do empreendimento, ou atividade, com justificativa e descrição da mesma, anexando croqui explicativo (descrever em texto síntese sobre a vizinhança imediata - atividades vizinhas ao lote e mediata - características da quadra e bairro onde se localizará o empreendimento):

6.4 Identificação e avaliação dos impactos na área de vizinhança durante as fases de construção e operação ou funcionamento do empreendimento ou atividade pretendida (descreva e texto síntese quais as possíveis qualidades e os possíveis transtornos, que a seu entender, sua atividade poderá gerar na vizinhança):

7. IDENTIFICAÇÃO DOS IMPACTOS (POSITIVOS E NEGATIVOS)**7.1 ADENSAMENTO POPULACIONAL:**

7.1.1 Número de pessoas do empreendimento, nas fases de Implantação e de Operação: Qual a soma total de: funcionários próprios, terceiros e usuários que utilizarão o local? (média):

7.2 USO DO SOLO: Anexar informações sobre a legislação disciplinadora para o uso do solo: Plano Diretor, Código de Obras, etc.). Ex.: Taxa de ocupação, índice de aproveitamento, zoneamento).

Anexar croqui em escala adequada, com a implantação em plano de massa identificando áreas e perímetros empresariais, habitacionais, de convívio social e de preservação ou atividade ambiental (áreas verdes), conforme previsto no projeto ou atividade, descrever também a designação das principais atividades.

7.3 VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA: Qual a valorização e/ou desvalorização imobiliária dos imóveis vizinhos com a realização do empreendimento?

7.4 ÁREAS DE INTERESSE CULTURAL: Identificar a existência de patrimônio cultural, descrever as medidas que serão adotadas para a proteção destes.

7.5 EQUIPAMENTOS URBANOS:

Considerando o porte do empreendimento ou atividade, o mesmo necessitará de readequação da infraestrutura local?

Se SIM, descreva quais medidas serão adotadas tecnicamente. Ex.: readequação de adução de água, energia elétrica, drenagem urbana, outros.

7.6 EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS:

Considerando o porte do empreendimento ou atividade, o mesmo necessitará de readequação de equipamentos comunitários na vizinhança imediata?

Se SIM, descreva quais medidas serão adotadas. Ex.: ampliação ou construção de Unidade Básica de Saúde, posto policial, creche, escola, praça, parque, outros.

7.7 SISTEMA DE CIRCULAÇÃO:

Considerando o porte do empreendimento ou atividade, o mesmo necessitará de readequações e/ou complementação do sistema viário da vizinhança imediata ou mediata?

Se SIM, descreva quais medidas serão adotadas. Ex.: sinalização viária, sinalização de pedestres, complementações viárias, instalação de paradas de ônibus, ciclovia, outros.

7.8 POLUIÇÃO SONORA:

Considerando o porte do empreendimento ou atividade e observados os parâmetros de ruído, informar as medidas mitigadoras e de monitoramento de redução e controle de ruídos para com a vizinhança imediata e mediata. Ex.: instalação de sistema acústico, amortecedores em máquinas, cabines acústicas, horários de funcionamentos, entre outros.

7.9 VENTILAÇÃO E ILUMINAÇÃO:

Considerando as características volumétricas do empreendimento que possam causar problemas de sombreamento e ventilação na vizinhança imediata, apresentar medidas mitigadoras,

compatibilizadoras, recuperadoras, compensatórias e similares deste impacto. Ex.: compra do lote ou faixa de terreno vizinho, mudança no projeto arquitetônico ou de implantação do empreendimento, outros.

7.10 VIBRAÇÃO:

Considerando as características de implantação e/ou funcionamento do empreendimento ou atividade que possam causar vibração acima do confortável, conforme normas específicas da ABNT, ou mesmo riscos e danos estruturais comprovados tecnicamente na vizinhança imediata, apresentar medidas compensatórias para mitigação para este impacto. Ex.: uso de brocas ao invés de estacas, compra de lote ou faixa de terreno vizinho, mudança no projeto arquitetônico ou de implantação do empreendimento, instalação de amortecedores, outros.

7.11 PERICULOSIDADE:

Considerando a implantação e/ou funcionamento do empreendimento ou atividade, quais medidas de segurança serão adotadas para minimização dos riscos. Ex.: plano de contingência, análise de riscos, laudos de segurança, entre outros.

7.12 RISCOS AMBIENTAIS:

Considerando a implantação e/ou funcionamento do empreendimento ou atividade, quais medidas de proteção, mitigação e compensatórias por prováveis impactos aos recursos hídricos, solo e ar. Ex.: filtros, medidas de estanquidade, disposição adequada de resíduos e de resíduos hospitalares, entre outros.

7.13 IMPACTO SOCIOECONOMICO NA POPULAÇÃO RESIDENTE E ATUANTE NO ENTORNO:

Considerando a implantação e/ou funcionamento do empreendimento ou atividade, descreva quais os benefícios ou possíveis impactos que serão provocados à população imediata e mediata. Apresente, no que couber, quais serão as medidas mitigadoras, compatibilizadoras, recuperadoras, compensatórias e similares que serão adotadas.

8. PROCEDIMENTOS

8.1 Os procedimentos para elaboração do EIV deverão ser realizados por profissionais e/ou empresa devidamente habilitadas perante o respectivo Conselho ou Entidade de Classe e Prefeitura Municipal, sendo que as medidas mitigadoras, compatibilizadoras, recuperadoras, compensatórias e similares, apresentadas pelo empreendedor, serão analisadas pelos órgãos competentes do Município, estando sujeitas às respectivas e necessárias adequações.

8.2 A elaboração do EIV não substitui o Licenciamento Ambiental requerido, quando couber, nos termos da legislação vigente. Nos casos em que couber EIV e Licenciamento Ambiental os procedimentos serão interdependentes.

8.3 Para os empreendimentos onde, nos termos da lei e do regulamento, for exigida a realização de audiência pública para consulta do EIV, esta deverá ser executada no prazo mínimo de 10 dias contados da publicação do ato convocatório.

8.3.1 Na audiência pública, o EIV deverá ser apresentado de forma objetiva e em linguagem de fácil compreensão, elaborando-se ao final ata completa da reunião, com a subscrição de todos os presentes;

8.3.2 As despesas para realização do EIV correrão às expensas do interessado;

8.3.3 O interessado deverá, ao final da audiência pública, anexar ao projeto ata completa da reunião.

8.4 As ações necessárias para mitigação, recuperação, compensação, compatibilidade, ou quaisquer outras que sejam necessárias para a perfeita consecução do empreendimento, serão de responsabilidade do empreendedor, representante juridicamente habilitado, ou sucessor de direito, perante termo de compromisso devidamente firmado, contendo:

O interessado deverá firmar termo de compromisso o qual conterá:
I - o parecer deliberativo das unidades técnicas, comissões ou conselhos a respeito do empreendimento ou atividade;
II - a descrição das medidas compensatórias ou mitigadoras, em havendo, a serem realizadas as expensas do interessado;

III - o comprometimento legal do interessado, sucessor, ou pessoa jurídica constituída, de atendimento ao disposto no inciso II deste artigo com pena de ações legais quanto a quebra ou não atendimento do termo de compromisso.

8.5 O EIV deve ser acompanhado do Relatório de Impacto de Vizinhança, de forma a tornar públicas as características do empreendimento e as medidas compensatórias ou mitigadoras do impacto a ser gerado pela atividade ou empreendimento.

8.6 A Comissão de análise/avaliação deverá se manifestar sobre o EIV/RIV no prazo de até 30 dias, prorrogável por período igual. As prorrogações previstas neste artigo deverão ser justificadas pela autoridade competente.

Os prazos mencionados neste artigo contam a partir do protocolo, excetuando-se o interregno entre a data de publicação e de realização da audiência pública.

9. CONCLUSÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ANÁLISE/AVALIAÇÃO SOBRE O IMPACTO DE VIZINHANÇA CAUSADO PELA ATIVIDADE.

Justificar o posicionamento da equipe técnica quanta às conclusões apresentadas.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 De acordo com a Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade, o Relatório de Impacto de Vizinhança detêm a finalidade de tornar público o EIV, desta forma, deverá estar disponível em meio de comunicação acessível à comunidade.

10.2 A Prefeitura reserva-se o direito de exigir, a qualquer tempo, quaisquer esclarecimentos relativos à característica, operações, matérias-primas e outros detalhes ligados às atividades instaladas ou a se instalarem no município bem como solicitar a elaboração de EIV quando for constatada tecnicamente sua necessidade.

10.3 Município adotará o disposto na tabela de Classificação Nacional das Atividades Empresariais (CNAE), naquilo que couber, para distinção e aplicação dos tipos de EIV, mediante compatibilidade com os preceitos da Legislação de Uso e Ocupação do Solo em vigor.

O descumprimento de quaisquer das prescrições desta Resolução impedirão fornecimento de alvará ou implicarão, conforme o caso, na sua cassação.

10.4 Deverão ser entregues na Prefeitura três cópias em papel e uma digital, com arquivos do formato PDF, para disponibilização no site da Prefeitura, todo material produzido, além de:

Cópia do RG e CPF do representante da empresa ou procurador;

Cópia da procuração (quando for o caso);

Cópia do CNPJ da empresa responsável pela EIV;

ART's de todos os profissionais envolvidos na elaboração do EIV;

Comprovante de registro da empresa nos respectivos conselhos.

ANEXO II

ROTEIRO ORIENTATIVO PARA REALIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA - EIV NO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

1. APRESENTAÇÃO

O presente roteiro tem o objetivo de orientar os profissionais responsáveis pelo EIV, detalhando alguns aspectos a serem observados nos serviços técnicos especializados que deverão ser realizados.

2. ITENS A SEREM APRESENTADOS

2.1 Estudo Prévio para Análise Inicial:

I - Identificação do Empreendimento e sua localização - Em se tratando de empreendimento comercial ou imobiliário deve-se indicar também o nome fantasia ou promocial;

II - Cópia da consulta prévia de viabilidade;

III - Identificação do Empreendedor - Apresentar os dados do responsável pela implantação ou alteração, razão social ou nome completo, CNPJ ou CPF, endereço, telefone para contato, e-mail e demais informações;

IV - Atividade prevista;

V - Dimensões do empreendimento - Apresentar dimensões do terreno, do empreendimento (implantação no terreno) área computável, área construída, população estimada, número de vagas para estacionamento de veículos, alturas e outras informações relevantes;

VI - Proposta de delimitação da área de influência (vizinhança) - Apresentar proposta de delimitação da área onde deverá ser desenvolvido o EIV. Neste item deve-se fazer a localização do empreendimento e de sua área de influência, em mapa com escala, que deverá incluir acessos, sistema viário principal, estabelecimentos de grande porte, áreas de preservação natural, sítios históricos e outras informações correlatas;

VII - Itens a serem analisados no estudo - Citar quais dos aspectos apresentados a partir do item 2.2, serão utilizados no EIV.

VIII - Identificação da equipe técnica responsável pelo estudo - Apresentar ficha técnica da equipe que irá elaborar o EIV, com indicação dos nomes, títulos e números de registro profissional de cada participante.

2.2. Estudo Definitivo de Impacto de Vizinhança:

2.2.1 - Características do empreendimento:

I - Levantamento planialtimétrico do terreno;

II - Levantamento florestado do terreno;

III - Projeto de terraplanagem, quando houver movimento de terra;

IV - Estimativa de produção e nível de ruído, calor, vibração, lixo, efluentes e radiações gerados pelo empreendimento especificando a quantidade, qualidade e distribuição temporal;

V - Intervenções viárias, com as seguintes informações:

a) Localização dos acessos e saídas de veículos e pedestres;

b) Quantidade de viagens gerada a sua distribuição pelo sistema viário de acesso;

c) Identificação das áreas de acumulação de veículos e respectivos bloqueios (guaritas e cancelas) e circulação interna de veículos leves e pesados, com tratamento especial para cada caso.

VI - Efluente de drenagem de águas pluviais geradas - Indicar a quantidade, distribuição temporal e local de lançamento;

VII - Geração de emprego e renda - Indicar número de postos de empregos que irá gerar, remuneração média e procedência de mão-de-obra;

VIII - Usos racionais de infra-estrutura: indicar as tecnologias aplicadas para usos racionais de água, energia, geração de resíduos e suas proporções;

IX - Cobertura da iluminação pública: indicar sua existência ou necessidade de sua adequação.

2.2.2 - Características da vizinhança:

I - Indicação das características do espaço urbano - Deve trazer as características de uso e ocupação do solo atual;

II - Indicação dos equipamentos públicos de infra-estrutura urbana disponíveis: indicar os equipamentos urbanos existentes e sua capacidade de atendimento da demanda atual. Para os efeitos deste item, consideram-se equipamentos urbanos as redes de infra-estrutura (água, esgoto, drenagem, energia elétrica, gás canalizado, telecomunicações, etc.), a coleta de resíduos e suas instalações complementares;

III - Indicação dos equipamentos públicos de uso comunitário - Indicar os equipamentos comunitários existentes e sua capacidade de atendimento da demanda atual. Consideram-se equipamentos comunitários aqueles destinados à educação, cultura, saúde, esportes, e lazer, incluindo-se as áreas verdes, praças e parques;

IV - Indicação dos bens tombados, ou cadastrados como de interesse do patrimônio histórico, a nível municipal, estadual, ou federal e áreas de relevância ambiental;

V - Indicação do sistema viário e de transportes - Identificar as vias, seu gabarito existente e projetado, sua hierarquização, sentido do tráfego, modos de transportes existentes, itinerários das linhas, principais destinos atendidos, terminais, pontos de parada e a taxa de motorização;

VI - Indicação dos vales secos, córregos, rios e cotas de enchente, caso seja atingido;

VII - Interpretação da paisagem - Indicar as tipologias urbanas e arquitetônicas existentes e os eixos visuais;

VIII - Melhoramentos públicos aprovados por lei - Indicar vias projetadas, equipamentos urbanos e comunitários com previsão de implantação futura;

IX - Características demográficas - Indicar dados sobre população, densidades, e estratificação social. É essencial que os dados incluam a divisão em faixas etárias.

2.2.3 - Avaliação do impacto do empreendimento sobre a vizinhança:

I - Existência de transformações e impactos urbanísticos positivos ou negativos induzidas pelo empreendimento - Analisar se o empreendimento produzirá adensamento, expansão ou segregação urbana e/ou alteração de uso em sua área de influência. Analisar também se ocasionará impactos positivos ou negativos à ventilação, insolação e/ou à permeabilidade do solo;

II - Compatibilidade do empreendimento com os equipamentos urbanos e comunitários existentes - Identificar possíveis conflitos de utilização dos equipamentos urbanos e comunitários gerados pelo aumento da demanda ou mudança em seu perfil. Avaliar também se os equipamentos implantados no empreendimento beneficiarão a comunidade do entorno;

III - Compatibilidade do empreendimento com o sistema viário e de transporte existente:

a) Analisar os impactos causados pelo tráfego gerado pelo empreendimento - A geração de tráfego deverá ser quantificada para os horários de pico e fora de pico, desagregada por veículos leves, caminhões, ônibus, motocicletas e bicicletas. Os volumes de tráfego gerados deverão ser comparados com os volumes atuais e verificado seu impacto sobre a mobilidade e segurança dos residentes, com vistas a definir medidas para compatibilizá-lo;

b) Analisar a demanda por estacionamentos gerada pelo empreendimento, que deverá ser quantificada para a ocupação máxima e desagregada por veículos leves, caminhões, ônibus, motocicletas e bicicletas;

c) Analisar a demanda que o empreendimento gerará sobre os serviços de transporte coletivos existentes e programados, e a possibilidade de seu atendimento pelas empresas concessionárias;

d) Analisar a necessidade de implantação ou melhoria nas paradas de ônibus, ciclovias e passeios.

IV - Compatibilidade do empreendimento com a paisagem imediata - Avaliar se há obstrução visual quanto aos imóveis considerados de Patrimônio Cultural, a redução de verdes e sua volumetria, a fim de verificar se haverá integração e harmonia, do empreendimento, ao cenário existente;

V - Benefícios econômicos e sociais do empreendimento para a população local - Analisar o impacto econômico da implantação ou alteração sobre o mercado imobiliário da região e, em última análise, sobre a renda de seus moradores. Deverão ser abordados os temas estratificação social, atração de pessoas, oferta de trabalho, valorização imobiliária, etc. Identificar classes ou segmentos sociais atuais e futuros, e a possibilidade de conflitos ou perda de costumes, espaços e outros elementos do substrato sócio-cultural.

2.2.4 - Identificação e avaliação dos impactos na área de vizinhança durante as fases de implantação e obras, indicando:

I - Destino final do material resultado do movimento de terra;

II - Destino final do entulho da obra;

III - Fluxo dos veículos envolvidos na obra;

IV - Produção e nível de ruído, calor e vibração;

V - Potencialidades de danos físicos às infra-estruturas públicas - Indicar potencial danos as vias públicas, calçadas, redes de esgoto pluvial e sanitário, redes de água potável e iluminação pública, etc., indicando, quando for o caso, os reparos, para o acompanhamento das obras pelo órgão competente.

2.2.5 - Soluções para prevenir, compensar, corrigir e/ou mitigar os impactos gerados:

I - Para cada item a equipe deverá analisar se há ou não impacto positivo ou negativo, identificando:

a) Qual sua classificação (muito alto, alto, moderado, baixo ou muito baixo);

b) Qual sua temporalidade (permanente ou temporária).

II - Caso seja identificado o impacto negativo indicar qual a medida para sua correção, se é compatibilizadora, compensatória ou mitigadora e qual o grau de correção (total ou parcial);

III - Definir, também, as medidas que serão imediatamente tomadas pelo empreendimento e quais as medidas que deverão ser implementadas em médio ou longo prazo;

IV - Todas estas informações deverão ser apresentadas em uma matriz, para melhor visualização a análise.

Decreto Nº 2.326 de 11 de Abril de 2011.

DECRETO Nº 2.326 DE 11 DE ABRIL DE 2011.

Aprova o DESMEMBRAMENTO de área urbana.

O Prefeito Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso XXV, e art. 70, inciso I, alínea "m" da Lei Orgânica do Município e Leis Complementares n.ºs 335/2007 e 345/2007.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aprovado o DESMEMBRAMENTO denominado "ADOLAR FISCHER", situado no lado ímpar da Rua Pomerode, distante pelo lado direito do imóvel, 248,50 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Augusto Brandt, nesta Cidade, com a área de 16.767,63m² (Dezesseis mil, setecentos e sessenta e sete metros e sessenta e três decímetros quadrados), processo D-003/2011 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente ADOLAR FISCHER, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 13.734, datado de 25 de fevereiro de 2011.

Artigo 2º - O desmembramento a que se refere o art. 1º deste Decreto é do imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob nº 15.974, livro 2, que encontra-se cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.06.050.0586.001 e está assim constituído:

a) Desmembrar 02 (duas) áreas, numeradas de 03 (três) e 04 (quatro);

01 - Área a Desmembrar nº 03 (três) - com área de 8.383,81m² (Oito mil, trezentos e oitenta e três metros e oitenta e um decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Pomerode, distante pelo lado direito do imóvel, 279,97 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Augusto Brandt; estremando na frente em 31,47 metros com o lado ímpar da Rua Pomerode; fundos estrema em 8,69 metros com terras de Alido Moratelli, Alfons Piske, Kátia Piske, Marcelo Piske, Cássia Suely Piske, Tânia Regina Piske, Juliana Graciela Piske, Waldemar Reetz, Valdino Cipriani, Osmar Neckel, Verônica Piske Borck e Luiz Ricardo Borck, matrícula nº 3.692, livro 2; lado direito estrema em 124,59 metros e 146,15 metros com a área a desmembrar nº 04; e, lado esquerdo estrema em linha quebrada em 129,40 metros e em 33,25 metros com a área 01 de Victor Piske, matrícula nº 15.972, livro 2 e em 149,50 metros com terras de Raymundo Wantovsky, Harry Kannenberg Junior e Paulo Jöepen, matrícula nº 7.612, livro 2. Neste imóvel fica reservada a área de 1.356,58m², constante da faixa de 30,00 metros situadas ao longo de ambas as margens do córrego, destinada à Área de Preservação Permanente, conforme Lei nº 4.771 de 15/09/1965, com as seguintes confrontações: estremando na frente, em 31,47 metros com o lado ímpar da Rua Pomerode; fundos, estrema em linha sinuosa em 29,29 metros com terras do proprietário; lado direito, estrema em 45,82 metros com a área a desmembrar nº 04; e, lado esquerdo, estrema em 44,65 metros com a área nº 01 de Victor Piske, matrícula nº 15.972, livro 2;

02 - Área a Desmembrar nº 04 (quatro) - com área de 8.383,82m² (Oito mil, trezentos e oitenta e três metros e oitenta e dois decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Pomerode, distante pelo lado direito do imóvel, 248,50 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Augusto Brandt; estremando na frente em 31,47 metros com o lado ímpar da Rua Pomerode; fundos estrema em 33,91 metros com terras de Alido Moratelli, Alfons Piske, Kátia Piske, Marcelo Piske, Cássia Suely Piske, Tânia Regina Piske, Juliana Graciela Piske, Waldemar Reetz, Valdino Cipriani, continuação do Decreto n.º 2.326/2011, fls. 02.

Osmar Neckel, Verônica Piske Borck e Luiz Ricardo Borck, matrícula nº 3.692, livro 2; lado direito estrema em linha quebrada em 120,05 metros e 20,30 metros com terras de Gerold Penz,

transcrição nº 6.351, folhas 202, livro 3-C, em 129,45 metros, sendo em 42,00 metros com terras de Godo Gessner, transcrição nº 4.874, folhas 03, livro 3-C e em 87,45 metros com terras de Gerold Penz, transcrição nº 5.253, folhas 272, livro 3-B; e, lado esquerdo estrema em 124,59 metros e em 146,15 metros com a área nº 03 a desmembrar. Neste imóvel fica reservada a área de 1.369,05m², constante da faixa de 30,00 metros situadas ao longo de ambas as margens do córrego, destinada à Área de Preservação Permanente, conforme Lei nº 4.771 de 15/09/1965, com as seguintes confrontações: estremando na frente, em 31,47 metros com o lado ímpar da Rua Pomerode; fundos, estrema em linha sinuosa em 29,22 metros com terras do proprietário; lado direito, estrema em 45,06 metros com terras de Gerold Penz, transcrição nº 6.351, folhas 202, livro 3-C; e, lado esquerdo, estrema em 45,82 metros com a área nº 03 a desmembrar;

Artigo 3º - Apesar da aprovação do desmembramento feito por este decreto, o proprietário requerente está obrigado a atender todas às exigências a que está sujeito, conforme Lei Complementar n.º 335/2007 e suas regulamentações, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento.

Artigo 4º - O proprietário, bem como seus herdeiros ou sucessores na titularidade do imóvel parcelado, ficam obrigados a atender o que determina a legislação Federal pertinente, mais precisamente às Leis n.ºs 4771/65 - Código Florestal, e 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

Artigo 5º - O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, 11 de abril de 2011.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

O Decreto n.º 2.326/2011, foi publicado na forma da lei. Timbó/SC, 11 de abril de 2011.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO

Assessor Executivo de Gabinete

Decreto Nº 2303, de 22 de Março de 2011

DECRETO Nº 2303, DE 22 DE MARÇO DE 2011

Concede auxílio financeiro mensal para manutenção de modalidades esportivas à entidades deste município.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso XXII, c/c art. 70, inciso I, alínea "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e de conformidade com a Lei nº 2505, de 22 de março do corrente,

DECRETA:

Art.1º O Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes fica autorizado a conceder auxílio financeiro às entidades abaixo descritas, nos seguintes valores e parcelas:

I - À Associação Desportiva Olímpica do Vale, inscrita no CNPJ nº 11.344.597/0001-08, para auxílio no pagamento de parte das despesas de custeio das escolinhas e das Equipes de Rendimento na modalidade esportiva de atletismo, o valor mensal de R\$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais), em dez parcelas a contar do mês de março do corrente e término em dezembro de 2011, totalizando R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais) no ano;

II - À Associação dos Servidores Públicos Municipais de Timbó, inscrito no CNPJ nº 83.794.545/0001-44, para auxiliar no pagamento de parte das despesas de custeio das Equipes de Basquete Masculino e Feminino, Futebol de Campo, Futsal Masculino e Feminino e

Vôlei Feminino, o valor mensal de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), em dez parcelas a contar do mês de março do corrente e término em dezembro de 2011, totalizando R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) no ano;

III - À Associação de Moradores do Bairro das Nações, inscrita no CNPJ nº 79.358.503/0001-93, para auxiliar no pagamento de parte das despesas de custeio das Equipes Masculina e Feminina da modalidade de Bocha, o valor mensal de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), em dez parcelas a contar do mês de março do corrente e término em dezembro de 2011, totalizando R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) no ano;

IV - Ao Clube Ginástico Guairacás, inscrito no CNPJ nº 82.775.099/0001-68, para auxiliar no pagamento de parte das despesas de custeio das Equipes das modalidades esportivas: Bolão 16 cm Masculino/Feminino; Futevôlei; Judô; Punhobol Masculino e Feminino; Vôlei de Areia Masculino e Feminino e Xadrez Masculino e Feminino, o valor mensal de R\$ 13.000 (treze mil reais), em dez parcelas a contar do mês de março do corrente e término em dezembro de 2011, totalizando R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) no ano;

V - À Associação Desportiva, Recreativa e Cultural Liberdade de Timbó, inscrita no CNPJ nº 83.792.960/0001-69, para auxiliar no pagamento de parte das despesas de custeio das Equipes Masculina e Feminina da modalidade de Bolão 23cm, o valor mensal de R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais), em dez parcelas a contar do mês de março do corrente e término em dezembro de 2011, totalizando R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais) no ano;

VI - À Associação dos Pais e Amigos da Ginástica Rítmica Desportiva de Timbó, inscrito no CNPJ nº 00.221.730/0001-12, para auxiliar no pagamento de parte das despesas de custeio das Equipes de Ginástica Rítmica Desportiva, o valor mensal de R\$ 4.000,00 (quatro mil e quinhentos reais), em dez parcelas a contar do mês de março do corrente e término em dezembro de 2011, totalizando R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) no ano;

VII - À Associação Desportiva Cultural Vale do Handebol, inscrita no CNPJ nº 09.114.744/0001-01, para auxiliar no pagamento de parte das despesas de custeio das Equipes Masculina e Feminina da modalidade de Handebol, o equivalente a parcela mensal de R\$ 3.000,00 (três mil reais), em dez parcelas a contar do mês de março do corrente e término em dezembro de 2011, totalizando R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) no ano;

VIII - À Associação Timboense de Tênis de Mesa, inscrita no CNPJ nº 11.307.516/0001-08, para auxiliar no pagamento de parte das despesas de custeio das Equipes Masculina e Feminina da modalidade de Tênis de Mesa, o valor mensal de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais), em dez parcelas a contar do mês de março do corrente e término em dezembro de 2011, totalizando R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) no ano;

IX - Ao Clube Caça e Tiro Frederico Donner, inscrito no CNPJ nº 86.379.104/0001-74, para auxiliar no pagamento de parte das despesas de custeio das Equipes de Tiro Esportivo Armas Curtas, Longas, Seta e Escolinha de Tiro, incluindo a compra da munição, que é utilizada nos treinos e competições, o valor mensal de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), em dez parcelas a contar do mês de março do corrente e término em dezembro de 2011, totalizando R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) no ano;

X - À Associação Cultural e Esportiva Rhinos, inscrita no CNPJ nº 08.295.923/0001-20, para auxiliar no pagamento de parte das despesas de custeio da Equipe de Futebol Americano de Timbó, denominada "Rhinos", o valor mensal de R\$ 1.000,00 (um mil reais), a em dez parcelas a contar do mês de março do corrente e

término em dezembro de 2011, totalizando R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no ano;

XI - Associação e Pais e Professores da Escola Municipal Erwin Prade, inscrita no CNPJ nº 86.793.679/0001-40, para auxiliar no pagamento de parte das despesas do custeio da equipe Masculina e Feminina da modalidade de Vôlei, o valor mensal de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), em dez parcelas a contar do mês de março do corrente e término em dezembro de 2011, totalizando R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) no ano.

§ 1º Em contrapartida ao auxílio de que trata o caput deste artigo, deverá a entidade representar o Município e a FME nos campeonatos e provas Regionais, Estaduais e Nacionais nas modalidades estabelecidas, bem como instituir escolinhas de iniciação esportiva nas modalidades mencionadas, disponibilizando-as de forma gratuita aos munícipes de Timbó.

§ 2º O auxílio de que trata o caput deste artigo correrá à conta do orçamento-Programa 2011, com a seguinte classificação:

19.02.027.812.0091.2242 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
19.02.027.812.0091.2242 - TRANSFERENCIA A ENTIDADES ESPORTIVAS
19.02.027.812.0091.2242 - REPASSES DA FME PARA ENTIDADES, CLUBES E ASSOCIAÇÕES
300000.00 - DESPESAS CORRENTES
330000.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
335000.00 - TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS
335041.00 - CONTRIBUIÇÕES

Art. 2º As entidades beneficiadas pelo auxílio financeiro concedido por este decreto, deverão prestar contas do valor repassado, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao do repasse, junto ao Setor de Contabilidade do Município de Timbó.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de março de 2011; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Timbó, 22 de março de 2011.

SÉRGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo do Gabinete

Decreto Nº 2307, de 24 de Março de 2011

DECRETO Nº 2307, DE 24 DE MARÇO DE 2011

Altera o art.2º e inciso IV, do Decreto nº 1862, de 15 de março de 2010, que estabelece a composição da Comissão Técnica de Meio Ambiente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos V, VII, c/c art. 70, inciso I, alíneas "f", "k" e "m", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05/04/1990, e em conformidade com as Leis Complementares nº 336, de 05/10/2007; nº 364, de 17/12/09 e a Lei Federal nº 4.771/65 (Código Florestal),

DECRETA:

Art. 1º O art.2º e inciso IV, do Decreto nº 1862, de 15 de março de 2010, que estabelece a composição da Comissão Técnica de Meio

Ambiente, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 2º A Comissão Técnica de Meio Ambiente será composta por:
I -

IV - Coordenador de Divisão do Meio Ambiente;”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 24 de março de 2011; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

O presente decreto foi publicado na forma regulamentar.
Timbó, 24 de março de 2011.

SÉRGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo de Gabinete

Turvo

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei 2072/2011

Lei nº 2.072/11, de 12 de abril de 2011
CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL A ENTIDADE QUE ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faça saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Turvo, através do Fundo Municipal de Saúde, autorizado a conceder subvenção social ao Hospital São Sebastião de Turvo, CNPJ 86.513.124/0001-96, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), durante o exercício de 2011, objetivando a manutenção de suas atividades estatutárias.

Art. 2º. A entidade beneficiada sujeita-se a aplicação dos recursos dentro de suas finalidades estatutárias e específicas no Plano de Trabalho e a sua prestação de contas de conformidade com as normas de direito financeiro e as exigências da Prefeitura.

Art. 3º. As despesas da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria inserida no orçamento anual do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 12 de abril de 2011
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Lei 2073/2011

Lei nº 2.073/11, de 12 de abril de 2011
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR

CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA PASTORAL DA CRIANÇA - AAPAC DA DIOCESE DE CRICIÚMA.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faça saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar convênio com a Associação de Amigos da Pastoral da Criança - AAPAC da Diocese de Criciúma, objetivando a manutenção de suas atividades estatutárias.

Parágrafo Único. Para atingir os objetivos pretendidos no convênio a ser firmado, o Município repassará a importância de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), mensais, durante os meses de abril a dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 12 de abril de 2011.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Decreto 31/2011

DECRETO Nº 031/11, de 12 de abril de 2011.
SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 22 da Lei nº 2.029/10 (Lei de Diretrizes Orçamentárias),

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Turvo no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), assim classificados:

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.301.0046.2.051 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E SF E ACS

3.3.50.00.00.00.00.0.1.0002.0(12) - Transf. a Inst. Privadas s/ fins lucrativos..R\$ 15.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta de anulação parcial do seguinte item orçamentário:

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.301.0046.2.051 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E SF E ACS

4.4.90.00.00.00.00.0.1.0002.0 (17) - Aplicações diretas
R\$ 15.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 12 de abril de 2011.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças-designado.

Contrato PMT 41/2011

CONTRATO N.º 41/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TURVO/SC

CONTRATADO: ELVINO EDER SIMIONATO - ME.

DO OBJETO: Este contrato tem por finalidade o fornecimento de material de expediente e Material Didático e material escolar para as escolas de ensino fundamental, creches e pré escolares municipais, do município de Turvo - SC.

DA VIGÊNCIA: 30/03/2011 a 31/12/2011

DO VALOR: R\$ 78.053,65 (setenta e oito mil cinqüenta e três reais e sessenta e cinco centavos).

Data da assinatura: 30/03/2011

Contrato PMT 42/2011

CONTRATO N.º 42/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TURVO/SC

CONTRATADO: MARIA CRISTINA DA SILVA E CIA LTDA.

DO OBJETO: Este contrato tem por finalidade a contratação de empresa especializada para a recuperação de pavimentação com pedras irregulares e lajotas sextavadas em trechos de Ruas do município e no centro do parque de exposições do município de Turvo - SC.

DA VIGÊNCIA: 04/04/2011 a 31/12/2011

DO VALOR: R\$ 78.408,25 (setenta e oito mil quatrocentos e oito reais e vinte e cinco centavos)

Data da assinatura: 04/04/2011

Contrato PMT 43/2011

CONTRATO N.º 43/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TURVO/SC

CONTRATADO: A.J.E. TERRAPLANAGEM LTDA.

DO OBJETO: Este contrato tem por finalidade a contratação de empresa especializada para executar os serviços de abertura da estrada de acesso a estação de tratamento de esgoto com uma extensão de 2.639,00m², localizada no Bairro Santa Luzia no município de Turvo - SC

DA VIGÊNCIA: 04/04/2011 a 04/10/2011

DO VALOR: R\$ 76.160,59 (setenta e seis mil cento e sessenta reais e cinqüenta e nove centavos).

Data da assinatura: 04/04/2011

Contrato PMT 44/2011

CONTRATO N.º 44/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TURVO/SC

CONTRATADO: A.J.E. TERRAPLANAGEM LTDA.

DO OBJETO: Este contrato tem por finalidade a contratação de empresa para a prestação de serviço de fornecimento de cargas de saibro peneirado no mínimo 12m³, em um total de até 15 km (quinze quilômetros) por viagem, para a manutenção e conservação das estradas do interior do município de Turvo - SC.

DA VIGÊNCIA: 05/04/2011 a 31/12/2011

DO VALOR: R\$ 77.000,000 (setenta e sete mil reais).

Data da assinatura: 05/04/2011

Contrato PMT 45/2011

CONTRATO N.º 45/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TURVO/SC

CONTRATADO: BILÉSIMO COMUNICAÇÕES LTDA - ME.

DO OBJETO: Este contrato tem por finalidade a contratação de empresa (agência de publicidades) para executar serviços de inserções radiofônicas e publicações em jornais dos atos oficiais, institucionais, peças publicitárias de interesses sociais e veiculação de campanhas do poder executivo do município de Turvo - SC.

DA VIGÊNCIA: 05/04/2011 a 31/12/2011

DO VALOR: R\$ 77.000,000 (setenta e sete mil reais).

Data da assinatura: 05/04/2011

Contrato PMT 46/2011

CONTRATO N.º 46/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TURVO/SC

CONTRATADO: TRATUR COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

DO OBJETO: Este contrato tem por finalidade o fornecimento ao Município de Turvo - SC, 02 (dois) Tratores de Pneus com tração 4x4, 01(um) pulverizador, 01 (um) Distribuidor de Fertilizantes, 01 (uma) plantadora Adubadora e 01 (uma) Colhedora de Forragens.

DA VIGÊNCIA: 05/04/2011 a 05/04/2012

DO VALOR: R\$ 259.789,00 (duzentos e cinqüenta e nove mil setecentos e oitenta e nove reais)

Data da assinatura: 05/04/2011

Videira**PREFEITURA MUNICIPAL****PR 08/2011 - FME**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2011 - FME

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal, através da Fundação Municipal de Esportes, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 08/2011 - FME. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE SONORIZAÇÃO PARA OS EVENTOS ESPORTIVOS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 05 de Maio de 2011, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9032/3566-9034-3566-9012.

Videira/SC, 12 de Abril de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Contemplados - Bolsa de Estudo 2011 - EDU

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

	Alunos Contemplados	Curso	Entidade
1	Adriano José dos Santos	Administração	UNOESC/Vda
2	Alan Antonio Barros	Administração	UNOESC/Vda
3	Alessandro Luis de Oliveira	Administração	UNOESC/Vda
4	Ana Paula Milan	Administração	UNOESC/Vda
5	Andressa Zucco	Administração	UNOESC/Vda
6	Bértima Baldissera	Administração	UNOESC/Vda
7	Carine Seixas Pinheiro	Administração	UNOESC/Vda
8	Crislaine Aparecida Carelli	Administração	UNOESC/Vda
9	Daiane Barbacovi	Administração	UNOESC/Vda
10	Dieison Brunetto	Administração	UNOESC/Vda
11	Dyonatha Padilha Koiwa	Administração	UNOESC/Vda
12	Edina Fantin Boeira	Administração	UNOESC/Vda

13	Edina Trichez	Administração	UNOESC/Vda
14	Elisangela Cadiago Fracanabia	Administração	UNOESC/Vda
15	Elis Regina Orsatto	Administração	UNOESC/Vda
16	Elisiane Rodrigues dos Santos	Administração	UNOESC/Vda
17	Fabiana Godói da Silva	Administração	UNOESC/Vda
18	Fabiane Nunes dos Santos	Administração	UNOESC/Vda
19	Fábio Tadeu Pivotto	Administração	UNOESC/Vda
20	Françoise Di Bastiani	Administração	UNOESC/Vda
21	Giovani Soares dos Santos	Administração	UNOESC/Vda
22	Glaucia Moresco	Administração	UNOESC/Vda
23	Heveline Aparecida Heineck	Administração	UNOESC/Vda
24	Idalcir Cardozo dos Santos	Administração	UNOESC/Vda
25	Jaciara Aparecida Pazin	Administração	UNOESC/Vda
26	Jaqueline Carvalho	Administração	UNOESC/Vda
27	Jodacir André Zago	Administração	UNOESC/Vda
28	Jordana Niely Danieleves	Administração	UNOESC/Vda
29	Juliano Birnfeld	Administração	UNOESC/Vda
30	Katyussa Coser Moresco	Administração	UNOESC/Vda
31	Kerlli Orbano	Administração	UNOESC/Vda
32	Lidiane Drehmer	Administração	UNOESC/Vda
33	Luciano Rettore	Administração	UNOESC/Vda
34	Ludianne Sales dos Santos	Administração	UNOESC/Vda
35	Luiz Paulo Trentin	Administração	UNOESC/Vda
36	Manueli Pitt	Administração	UNOESC/Vda
37	Marcel Veigel	Administração	UNOESC/Vda
38	Marcia Regina Vanz	Administração	UNOESC/Vda
39	Marciano de Moraes	Administração	UNOESC/Vda
40	Maria Alice Vanz	Administração	UNOESC/Vda
41	Mariane de Andrade Ribeiro	Administração	UNOESC/Vda
42	Marielly Aparecida Dal Pizzol	Administração	UNOESC/Vda
43	Mauricio Battistella	Administração	UNOESC/Vda
44	Paola Farias	Administração	UNOESC/Vda
45	Ronaldo José dos Santos	Administração	UNOESC/Vda
46	Rosana Testolin	Administração	UNOESC/Vda
47	Solange Sartorel	Administração	UNOESC/Vda
48	Sueli Cardoso da Silva	Administração	UNOESC/Vda
49	Taís Priscila Fiorelli	Administração	UNOESC/Vda
50	Thaís Maurina	Administração	UNOESC/Vda
51	Vanderlei Luiz Colombo	Administração	UNOESC/Vda
52	Vanessa Gisele Boesing	Administração	UNOESC/Vda
53	Vanessa Rech	Administração	UNOESC/Vda
54	Wagner de Lima Andrade	Administração	UNOESC/Vda
55	Cintia Lucia Furlan	Biotecnologia Industrial	UNOESC/Vda
56	Claudia Cordeiro Corrêa	Biotecnologia Industrial	UNOESC/Vda
57	Daniela Cristina Novello	Biotecnologia Industrial	UNOESC/Vda
58	Elói de Moraes	Biotecnologia Industrial	UNOESC/Vda
59	Fabiano de Costa	Biotecnologia Industrial	UNOESC/Vda
60	Lais Biazzolo	Biotecnologia Industrial	UNOESC/Vda
61	Luiz Henrique Baldissera	Biotecnologia Industrial	UNOESC/Vda
62	Rafaela Chiesa	Biotecnologia Industrial	UNOESC/Vda
63	Tatiane Estreme	Biotecnologia Industrial	UNOESC/Vda
64	Aline Terezinha Sacht	Ciências Contábeis	UNOESC/Vda
65	Alison Augusto Dambrós	Ciências Contábeis	UNOESC/Vda

66	André Ricardo Fornazier	Ciências Contábeis	UNOESC/Vda
67	Bruna Palhano Pinto	Ciências Contábeis	UNOESC/Vda
68	Bruna Pires dos Santos	Ciências Contábeis	UNOESC/Vda
69	Daiane Cruz Ariotti	Ciências Contábeis	UNOESC/Vda
70	Edson Correa	Ciências Contábeis	UNOESC/Vda
71	Ermenson Bello Zupco	Ciências Contábeis	UNOESC/Vda
72	Fabíola Silvane Corso	Ciências Contábeis	UNOESC/Vda
73	Fernanda Gonsalves Meneses	Ciências Contábeis	UNOESC/Vda
74	Fernando Strapazzon	Ciências Contábeis	UNOESC/Vda
75	Fernando Vanzela	Ciências Contábeis	UNOESC/Vda
76	Gabryelle Pazin	Ciências Contábeis	UNOESC/Vda
77	Gisele Pauletti	Ciências Contábeis	UNOESC/Vda
78	Gregory Dimmy Rosa	Ciências Contábeis	UNOESC/Vda
79	Janaina da Silva dos Santos	Ciências Contábeis	UNOESC/Vda
80	Kleber Fiorese	Ciências Contábeis	UNOESC/Vda
81	Leonardo Eger	Ciências Contábeis	UNOESC/Vda
82	Luana Micheli Ramos	Ciências Contábeis	UNOESC/Vda
83	Mariane Sabadin	Ciências Contábeis	UNOESC/Vda
84	Marilize Herickes	Ciências Contábeis	UNOESC/Vda
85	Mauricio Bruno Zanotto	Ciências Contábeis	UNOESC/Vda
86	Michele Karina Panazzolo	Ciências Contábeis	UNOESC/Vda
87	Patricia Pinto	Ciências Contábeis	UNOESC/Vda
88	Rafaela Volpato	Ciências Contábeis	UNOESC/Vda
89	Rosangela Caregnato	Ciências Contábeis	UNOESC/Vda
90	Sandra Marina Schons Vianna	Ciências Contábeis	UNOESC/Vda
91	Scheila Zanon Coldebella	Ciências Contábeis	UNOESC/Vda
92	Taise Sartor	Ciências Contábeis	UNOESC/Vda
93	Tatiele Thibes de Campos	Ciências Contábeis	UNOESC/Vda
94	Vanine Brancalione	Ciências Contábeis	UNOESC/Vda
95	Jorge Luiz de Lara	Ciência da Computação	UNOESC/Vda
96	Joseane Cristina Sambonim	Ciência da Computação	UNOESC/Vda
97	Maicon Roberto Guill	Ciência da Computação	UNOESC/Vda
98	Robinson Paulo Mattos	Ciência da Computação	UNOESC/Vda

99	Silmar Martenthal da Silva	Ciência da Computação	UNOESC/Vda
100	Leandro Castaldello Schazmann	Design	UNOESC/Vda
101	Leandro Olivo	Design	UNOESC/Vda
102	Mariane Casagrande	Design	UNOESC/Vda
103	Vanessa Schmitz	Design	UNOESC/Vda
104	Ana Kelly Panceri	Direito	UNOESC/Vda
105	Christian Calis Til	Direito	UNOESC/Vda
106	Cidnei Zapf Junior	Direito	UNOESC/Vda
107	Ciliane Cardoso de Cardoso	Direito	UNOESC/Vda
108	Daniele Ester Matacz	Direito	UNOESC/Vda
109	Douglas Ceron	Direito	UNOESC/Vda
110	Evandro Rezzadori	Direito	UNOESC/Vda
111	Francieli Bianchin	Direito	UNOESC/Vda
112	Gabriela Savaris	Direito	UNOESC/Vda
113	Grazieli Trilha	Direito	UNOESC/Vda
114	Greici Aparecida Mezaroba	Direito	UNOESC/Vda
115	Jean Carlos Andreola	Direito	UNOESC/Vda
116	Jéssica Cristina Pereira	Direito	UNOESC/Vda
117	Jéssica Ribeiro	Direito	UNOESC/Vda
118	Jeverson Adriano Correia	Direito	UNOESC/Vda
119	Katia Coser	Direito	UNOESC/Vda
120	Luziane Cendron Sívieira da Silva	Direito	UNOESC/Vda
121	Marcio Pedroso Ribeiro	Direito	UNOESC/Vda
122	Mateus Felipe Arpini	Direito	UNOESC/Vda
123	Mirataira Helena Mascarello	Direito	UNOESC/Vda
124	Rafaela Ferrari Kley	Direito	UNOESC/Vda
125	Rosane Marinês da Rosa	Direito	UNOESC/Vda
126	Sebastião Vomir Correa	Direito	UNOESC/Vda
127	Solange Sabina Pereira	Direito	UNOESC/Vda
128	Valéria do Amaral	Direito	UNOESC/Vda
129	Diogo Xavier Ribeiro	Engenharia de Alimentos	UNOESC/Vda
130	Edson José Adam	Engenharia de Alimentos	UNOESC/Vda
131	Eliane Soares dos Santos da Rosa	Engenharia de Alimentos	UNOESC/Vda
132	Fabiane Cividini	Engenharia de Alimentos	UNOESC/Vda
133	Jaqueline Masson	Engenharia de Alimentos	UNOESC/Vda
134	Jéssica Bianchin Pasqual	Engenharia de Alimentos	UNOESC/Vda
135	Karine Aparecida Bottega	Engenharia de Alimentos	UNOESC/Vda
136	Liliane Stedile	Engenharia de Alimentos	UNOESC/Vda
137	Marcos Jardel Giaretta	Engenharia de Alimentos	UNOESC/Vda
138	Martha Sueli Nogueira	Engenharia de Alimentos	UNOESC/Vda
139	Tamiris Ribeiro da Silva	Engenharia de Alimentos	UNOESC/Vda
140	Aline Daniela Dallagnol	Engenharia Sanitária e Ambiental	UNOESC/Vda
141	Ana Cristina Costa	Engenharia Sanitária e Ambiental	UNOESC/Vda
142	Camila Maria Trein	Engenharia Sanitária e Ambiental	UNOESC/Vda
143	Carla Antunes Carneiro	Engenharia Sanitária e Ambiental	UNOESC/Vda
144	Criziani Chiamulera	Engenharia Sanitária e Ambiental	UNOESC/Vda

145	Jéssica Talita Zaganel	Engenharia Sanitária e Ambiental	UNOESC/Vda
146	Juliana Nardi	Engenharia Sanitária e Ambiental	UNOESC/Vda
147	Katia Macario da Rocha	Engenharia Sanitária e Ambiental	UNOESC/Vda
148	Leno Claudinei Dal Bosco Carlesso	Engenharia Sanitária e Ambiental	UNOESC/Vda
149	Luceli Hensen dos Anjos	Engenharia Sanitária e Ambiental	UNOESC/Vda
150	Luciano Zuchetti	Engenharia Sanitária e Ambiental	UNOESC/Vda
151	Marcelo Hanke	Engenharia Sanitária e Ambiental	UNOESC/Vda
152	Patricia Peri	Engenharia Sanitária e Ambiental	UNOESC/Vda
153	Robbin Alex Reyes Zanotti	Engenharia Sanitária e Ambiental	UNOESC/Vda
154	Rodrigo José da Silva	Engenharia Sanitária e Ambiental	UNOESC/Vda
155	Tatiane Grando	Engenharia Sanitária e Ambiental	UNOESC/Vda
156	Thiago Rodrigo Schneider	Engenharia Sanitária e Ambiental	UNOESC/Vda
157	Willian Dionatan da Silva	Engenharia Sanitária e Ambiental	UNOESC/Vda
158	Bruna Rodrigues Ramos	Educação Física	UNOESC/Vda
159	Daniela Ristal	Educação Física	UNOESC/Vda
160	Diones Felipe Baldissera	Educação Física	UNOESC/Vda
161	Eduarda Beatriz Furlan	Educação Física	UNOESC/Vda
162	Jaqueline Selzlein	Educação Física	UNOESC/Vda
163	José da Luz Ribeiro Moreira	Educação Física	UNOESC/Vda
164	Juliano Nunes dos Santos	Educação Física	UNOESC/Vda
165	Maycon Willian Danielewicz	Educação Física	UNOESC/Vda
166	Ana Claudia Parissenti	Farmácia	UNOESC/Vda
167	Andréia da Luz Freitas	Farmácia	UNOESC/Vda
168	Barbara Karsten	Farmácia	UNOESC/Vda
169	Camille Gomes Torquatto	Farmácia	UNOESC/Vda
170	Crislaine Tibola	Farmácia	UNOESC/Vda
171	Débora Becker dos Santos	Farmácia	UNOESC/Vda
172	Diego Fior	Farmácia	UNOESC/Vda
173	Francielle Robaskewicz	Farmácia	UNOESC/Vda
174	Jaison Rafael Varela	Farmácia	UNOESC/Vda
175	Janete Siviero	Farmácia	UNOESC/Vda
176	Micheli Andressa Zago	Farmácia	UNOESC/Vda
177	Morgana Spolti	Farmácia	UNOESC/Vda
178	Nerly Terezinha C. M. Bressan	Farmácia	UNOESC/Vda
179	Débora Lins	Gestão e Comunicação Empresarial	UNOESC/Vda
180	Marcelo Locatelli	Gestão e Comunicação Empresarial	UNOESC/Vda
181	Solange Telles Rodrigues	Gestão e Comunicação Empresarial	UNOESC/Vda
182	Aline Zamboni	Nutrição	UNOESC/Vda
183	Deize Madalena Munaro	Nutrição	UNOESC/Vda
184	Giseli Ceron	Nutrição	UNOESC/Vda
185	Heloisa Riboli	Nutrição	UNOESC/Vda
186	Jean Carlos Muller	Nutrição	UNOESC/Vda
187	Rita Fabiane de Paula	Nutrição	UNOESC/Vda
188	Tuane Cristine Savian	Nutrição	UNOESC/Vda
189	Andressa dos Santos Guimaraes	Pedagogia	UNOESC/Vda
190	Angela Maria Galdino	Pedagogia	UNOESC/Vda
191	Clélia Ester dos Santos Martins	Pedagogia	UNOESC/Vda
192	Juliana Cristina Fresqui	Pedagogia	UNOESC/Vda

193	Rafaela Curuca	Pedagogia	UNOESC/Vda
194	Solange Gubert	Pedagogia	UNOESC/Vda
195	Tatiana Aparecida Moraes	Pedagogia	UNOESC/Vda
196	Thais Helene Galdino Bisol	Pedagogia	UNOESC/Vda
197	Vanice Frarão	Pedagogia	UNOESC/Vda
198	Daniel Paz Leonardi	Sistemas de Informação	UNOESC/Vda
199	Eduardo Lucas Moro	Sistemas de Informação	UNOESC/Vda
200	Edwin Albert Muller	Sistemas de Informação	UNOESC/Vda
201	Fabricio Bizotto	Sistemas de Informação	UNOESC/Vda
202	Milton Zonta	Sistemas de Informação	UNOESC/Vda
203	Renan Paulo Candiago	Sistemas de Informação	UNOESC/Vda
204	Valcir Rigo	Sistemas de Informação	UNOESC/Vda
205	Arlindo Cesar Roveda	Engenharia Elétrica	UNOESC/Joaçaba
206	Mauricio Jacir Zardo	Engenharia Elétrica	UNOESC/Joaçaba
207	Carlos Alberto Steilein Junior	Engenharia Civil	UNOESC/Joaçaba
208	Maize Carla Carlesso	Engenharia Civil	UNOESC/Joaçaba
209	Cleiton Adriano Zini	Engenharia de Produção Mecânica	UNOESC/Joaçaba
210	Guilherme Paulo Prebitz	Engenharia de Produção Mecânica	UNOESC/Joaçaba
211	Gustavo Schror	Engenharia de Produção Mecânica	UNOESC/Joaçaba
212	Leonardo Conci	Engenharia de Produção Mecânica	UNOESC/Joaçaba
213	Pamela Sevald	Engenharia de Produção Mecânica	UNOESC/Joaçaba
214	Gabriela Diesel	Comunicação Social Publicidade e Propaganda	UNOESC/Joaçaba
215	Giuliano Getassi Gasparetto	Comunicação Social Publicidade e Propaganda	UNOESC/Joaçaba
216	Éder Alves de Góis	Tecnologia em Transporte Terrestre	UNOESC/Fraiburgo
217	Odinir José Ciarini	Tecnologia em Transporte Terrestre	UNOESC/Fraiburgo
218	Sueli Patricia Francisco	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	UNOESC/Fraiburgo
219	Suzana Pirolli	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	UNOESC/Fraiburgo
220	Suelen Maria do Prado	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	UNOESC/Fraiburgo
221	Andressa Morgana Abati	Psicologia	UNOESC/Joaçaba
222	Felipe Furlin Zardo	Agronomia	UNIARP/Caçador
223	Adriana Tonioli	Agronomia	UNIARP/Caçador
224	Monalisa Giazioni	Psicologia	UNIARP/Caçador
225	Fernanda Moroso	Psicologia	UNIARP/Caçador

226	Jucilene Maria Favarin	Pedagogia	UNIARP/Caçador
227	Fabiano Antonio de Souza	Mecatrônica	UNIARP/Caçador
228	Ademar Gaedke	Serviço Social	UNIARP/Caçador
229	Ana Paula Tonioli	Administração	UNIARP/Caçador
230	Lucimari de Moraes Fogte	Técnico em Enfermagem	Colégio Imaculada Conceição
231	Veridiana Elias	Técnico em Enfermagem	Colégio Imaculada Conceição
232	Veronica dos Santos	Técnico em Enfermagem	Colégio Imaculada Conceição
233	Greicy Bruschi Carinhato	Técnico em Enfermagem	Colégio Imaculada Conceição
234	Sibeli Ap.Martins de Oliveira Grando	Técnico em Enfermagem	Colégio Imaculada Conceição
235	Milene Dall Pizzol	Técnico em Enfermagem	Colégio Imaculada Conceição
236	Maria Alessandra das Neves	Técnico em Enfermagem	Colégio Imaculada Conceição
237	Dulci Greppner Pereira	Técnico em Enfermagem	Colégio Imaculada Conceição
238	Eloir Aparecida Veiga do Prado	Técnico em Enfermagem	Colégio Imaculada Conceição
239	Renata Riboli	Técnico em Enfermagem	Colégio Imaculada Conceição
240	Jucélia Frabricio Donatti	Técnico em Enfermagem	Colégio Imaculada Conceição
241	Selaine Dal Morro	Técnico em Enfermagem	Colégio Imaculada Conceição
242	Luceni Teresinha Lopes Bisol	Técnico em Enfermagem	Colégio Imaculada Conceição
243	Luciana Strapazon	Técnico em Enfermagem	Colégio Imaculada Conceição
244	Alessandra de Fátima Lopes	Técnico em Enfermagem	Colégio Imaculada Conceição
245	Eleni Elia Navroski	Técnico em Enfermagem	Colégio Imaculada Conceição
246	Elisangela Comunelo Cesca	Técnico em Enfermagem	Colégio Imaculada Conceição
247	Andréia Regina Boeira	Técnico em Enfermagem	Colégio Imaculada Conceição
248	Eliane Zottis da Silva	Técnico em Enfermagem	Colégio Imaculada Conceição
249	Ana Karoline Benker	Técnico em Enfermagem	Colégio Imaculada Conceição
250	Daniela Ap.dos Santos Siqueira	Técnico em Enfermagem	Colégio Imaculada Conceição
251	Marcos Costa	Técnico em Enfermagem	Colégio Imaculada Conceição
252	Edna Devalieri	Técnico em Enfermagem	Colégio Imaculada Conceição
253	Jussara Rodrigues de Moraes	Técnico em Enfermagem	Colégio Imaculada Conceição
254	Monalisa H.X.da Silva Moreira	Técnico em Enfermagem	Colégio Imaculada Conceição
255	Carmem Angelina Galon	Técnico em Enfermagem	Colégio Imaculada Conceição
256	Ana Karine Soares	Técnico em Enfermagem	Colégio Imaculada Conceição
257	Jaqueline Fagundes de Oliveira	Técnico em Enfermagem	Colégio Imaculada Conceição
258	Simone Ruiz de Medeiros	Técnico em Enfermagem	Colégio Imaculada Conceição
259	Jéssica Maria Ceron	Técnico em Enfermagem	Colégio Imaculada Conceição
260	Regiane dos Santos	Técnico em Segurança do Trabalho	Senai

261	Rivelino Soares Farias	Técnico em Segurança do Trabalho	Senai
262	Ediane da Silva	Técnico em Segurança do Trabalho	Senai
263	André Roveda Camargo	Eletromecânica	Senai
264	Andrei José de Miranda	Eletromecânica	Senai
265	Cristian Cardozo dos Santos	Eletromecânica	Senai
266	Dirceu Scortegagna Legnaghi	Eletromecânica	Senai
267	Eduardo Deon	Eletromecânica	Senai
268	Elimar Cardoso da Silva	Eletromecânica	Senai
269	Fabricio Ascari	Eletromecânica	Senai
270	Felipe Balestieri	Eletromecânica	Senai
271	Giovani Frangosi	Eletromecânica	Senai
272	Juliano da Costa	Eletromecânica	Senai
273	João Guilherme Corso	Eletromecânica	Senai
274	José Schwenster Junior	Eletromecânica	Senai
275	Joselaine Tesk	Eletromecânica	Senai
276	Leandro Alves Santos	Eletromecânica	Senai
277	Marcio Menegat	Eletromecânica	Senai
278	Marcos Paulo Casagrande	Eletromecânica	Senai
279	Mario Schepainski Junior	Eletromecânica	Senai
280	Mauricio Kuhl	Eletromecânica	Senai
281	Ricardo Pedroso	Eletromecânica	Senai
282	Rudinei Adilson Barancelo	Eletromecânica	Senai
283	Tiago Elias Polo	Eletromecânica	Senai
284	Vinicius Klein	Eletromecânica	Senai
285	Vinicius Teles de Resende	Eletromecânica	Senai
286	Volnei Beli Maia	Eletromecânica	Senai
287	Anderson Mengatto	Eletrotécnica	Senai
288	Carlos Roberto Cataneo	Eletrotécnica	Senai
289	Elisangela Moreira Valter	Eletrotécnica	Senai
290	Francisco Marques de Amorin	Eletrotécnica	Senai
291	Jackson Lascoski	Eletrotécnica	Senai
292	Joel Alves de Lima	Eletrotécnica	Senai
293	Lindomar de Olivério	Eletrotécnica	Senai
294	Lucas Eduardo da Rocha Zago	Eletrotécnica	Senai
295	Rudinei Soares Vieira	Eletrotécnica	Senai
296	Uziel dos Santos	Eletrotécnica	Senai
297	Alleston Orbano	Técnico em Alimentos	Senai
298	Géssica Maria Milan	Técnico em Alimentos	Senai
299	Jéssica Martins	Técnico em Alimentos	Senai
300	Juliane Batistella	Técnico em Alimentos	Senai
301	Monaliza Oliari	Técnico em Alimentos	Senai

Videira, 08 de abril de 2011

Integrantes da Comissão Especial de Análise:

Representantes da Secretaria Municipal de Educação: _____

Representante do Poder Executivo Municipal: _____

Representante do Sindicato Legalmente constituído: _____

Representante da Câmara de Vereadores: _____

Representante da Associação Comercial de Videira: _____

Representante do Clube de Dirigentes Lojistas: _____

Assistente Social representante da Secretaria da Saúde e Ação Social: _____

Publicação do Edital de Processo Seletivo Nº 03/2011

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL PARA PROCESSO SELETIVO Nº 03/2011

O Prefeito do município de Videira, do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a necessidade de se efetuar a contratação de pessoal, por tempo determinado com possibilidade de prorrogação, para o desenvolvimento de atividades inerentes às Secretarias Municipais, conforme suas justificativas;

Considerando a possibilidade de contratação temporária por excepcional interesse público, conforme citado no art. 37, inciso IX da Constituição Federal, bem como na Lei Municipal nº 2.369/2010.

Torna público, através do presente edital, as normas e procedimentos do processo seletivo que visa a contratação de pessoal, em caráter temporário, para atuação na Secretaria Municipal de Saúde de Videira.

1 - DAS INSCRIÇÕES:

As inscrições serão realizadas no período de 18 a 20 de abril de 2011, das 8h 30min às 11h 30min e das 13h 30min às 17h, na Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Antonio Ferlin, nº 550, Bairro São Cristóvão, Videira – SC.

Não será permitida a inscrição condicional ou por correspondência, admitindo-se, no entanto, por procuração, pública ou por instrumento particular com firma reconhecida, com poderes específicos para este Processo Seletivo, devendo o procurador entregar, além dos documentos exigidos o instrumento de procuração original.

O candidato inscrito por procuração assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu procurador na Ficha de Inscrição, arcando o candidato com as consequências de eventuais erros de preenchimento daquele documento.

Em ocorrendo divergência entre o cargo indicado na procuração e o cargo indicado na Ficha de Inscrição será considerado o que constar da Ficha de Inscrição.

O candidato deverá preencher na ficha de inscrição o código do cargo que pretende atuar, conforme os quadros abaixo relacionados.

O candidato somente poderá se inscrever em um único cargo, conforme os cargos existentes no presente edital, sendo vedada a inscrição do candidato em vários cargos.

É assegurado o direito de inscrição nesse Processo Seletivo aos portadores de necessidades especiais, desde que suas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores.

Serão reservadas vagas aos candidatos com necessidades especiais, para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que sejam portadores, na proporção de 5% (cinco por cento) das vagas previstas neste, conforme previsto na Constituição Federal, em seu artigo 37, inciso VIII e no art. 37 do Decreto Federal n. 3.298/99.

Serão consideradas deficiências somente aquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadrem nas categorias descritas no art. 4º do Decreto Federal n. 5.296/2004 e 3.298/1999 e na Lei Federal n. 7.853/1989.

No ato da inscrição, a pessoa portadora de necessidade especial deverá indicar no espaço apropriado constante na ficha de Inscrição, sua deficiência e as condições especiais, de que necessitar para realizar as avaliações. Juntamente deverá entregar, pessoalmente, Laudo Médico com a descrição da deficiência e o respectivo enquadramento na CID (Classificação Internacional de Doenças).

Os candidatos portadores de necessidades especiais aprovados (classificados) no presente processo seletivo submeter-se-ão, quando convocados, à avaliação da Junta Médica Oficial do Município, que terá a decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como portador de necessidade especial ou não e o grau de deficiência, capacitante ou não para o exercício do cargo.

O candidato portador de necessidade especial participará deste Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere à avaliação e aos critérios de aprovação, horário, data e local de aplicação e nota mínima exigida para todos os candidatos.

Na falta de candidatos classificados para as vagas de portadores de necessidades especiais, estas serão preenchidas pelos demais classificados com a estrita observância da ordem de classificação.

A ficha de inscrição será preenchida no ato da inscrição e deverá ser verificada e assinada pelo funcionário que efetuou a mesma e pelo candidato, sendo este último responsável pelas informações nela contidas.

É vedada a inscrição de ex-servidores públicos (federal, estadual ou municipal) que tenham sido demitidos a bem do serviço público, por abandono de cargo, bem como aqueles exonerados em estágio probatório em razão de inaptidão para o cargo.

Se houver inscrição de candidatos na situação mencionada no parágrafo anterior, o mesmo terá sua contratação rescindida.

DOS CARGOS, HABILITAÇÕES E REMUNERAÇÃO

Código do Cargo	Cargo	Número de Vagas	Carga Horária Semanal	Vencimentos R\$	Qualificação Exigida	Tipo de Prova
01	Agente Operacional Especializado II – Motorista de Ambulância	Cadastro de Reserva	40h	1.131,52	Ensino Médio CNH categoria mínima D (de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro)	Teórica e Entrevista
02	Auxiliar de Serviços Gerais	Cadastro de Reserva	40h	574,60	Ensino Fundamental (1º grau) completo ou não	Teórica e Entrevista

As vagas do presente edital destinam-se a cadastro de reserva e serão preenchidas conforme o surgimento das necessidades do Município.

2 - DAS CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO:

São condições para a inscrição:

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado;

- b) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos até o último dia da inscrição;
- c) Encontrar-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;
- d) Estar quites com as obrigações militares e eleitorais;
- e) Apresentar fotocópia da Cédula de Identidade (frente e verso);
- f) Apresentar fotocópia do CPF;
- g) Fornecer com exatidão todos os demais dados necessários para o preenchimento da ficha de inscrição;
- j) Conhecer e estar de acordo com as exigências do edital.

As inscrições serão homologadas e publicadas na data provável de 25 de abril de 2011.

3. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

Serão desconsideradas as questões assinaladas no gabarito com mais de uma alternativa, bem como as questões que tiverem rasuras ou emendas.

Só será permitida a entrada no recinto da prova escrita 15 (quinze) minutos antes do seu início, devendo o candidato trazer caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

Não será permitido o ingresso do candidato no local de prova sem a cédula de identidade ou documento oficial de identificação, com fotografia, e o cartão de inscrição, sendo os retardatários ou ausentes eliminados do certame.

Não será permitida, durante a realização da prova à comunicação entre os candidatos, nem a utilização de máquinas calculadoras ou similares, material bibliográfico, anotações, régua de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta. O candidato que for surpreendido em concordância com alguma dessas ocorrências acima citadas estará automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

O candidato terá, no máximo, 03 (três) horas para a realização da prova escrita.

Só será permitida a saída do candidato do local da prova escrita após 30 (trinta) minutos do início da prova.

Após o final da prova escrita os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer no recinto juntamente com os fiscais da prova.

4 – DAS PROVAS

4.1 - Prova Teórica ou Objetiva – comum a ambos os cargos

A prova teórica ou objetiva deverá conter 20 (vinte) questões, compostas das seguintes partes: 05 (cinco) questões de Língua Portuguesa; 05 (cinco) questões de Matemática e 10 (dez) questões de Conhecimentos Específicos:

Disciplina	Nº de questões
Língua Portuguesa	05
Matemática	05
Conhecimentos Específicos	10
Total	20

As questões da prova objetiva serão de múltipla escolha, contendo cada uma delas 04 (quatro) alternativas, com apenas uma correta.

A prova teórica ou objetiva terá peso 5,0, ou seja, 50,0% na média final.

4.2 – Prova de Entrevista:

A entrevista será realizada por servidores pertencentes ao quadro

de funcionários da Secretaria Municipal de Saúde de Videira.

A prova de entrevista terá peso 5,0 (dois), ou seja, 50,0% na média final.

Para a entrevista o candidato deverá estar no local com 15 (quinze) minutos de antecedência.

O Resultado final será a média aritmética das provas teórica ou objetiva e entrevista, considerando o peso de cada uma das etapas do certame.

Serão classificados os candidatos que obtiverem média final igual ou superior a 5,0.

5. DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Comum a ambos os cargos:

LÍNGUA PORTUGUESA:

Interpretação de texto(s). Sílabas e divisão silábica. Classes gramaticais: Substantivo, gênero (masculino e feminino), número (singular e plural) e grau (diminutivo e aumentativo). Classificação do substantivo (próprio, comum e coletivo). Adjetivo (número e gênero).

MATEMÁTICA:

Conjuntos numéricos. Números inteiros (pares e ímpares). Ordem crescente e decrescente. Noções de dobro e triplo. Problemas com as 4 (quatro) operações (adição, multiplicação, subtração e divisão). Medidas (dúzias, dezena e centena).

Conhecimento Específico para o cargo 01:

Princípios de manutenção de veículos e máquinas;
Tipos de óleos lubrificantes;
Sistema elétrico;
Sistema de arrefecimento;
Conhecimentos básicos de legislação de trânsito.

Conhecimento Específico para o cargo 02:

Técnicas de lavagem e secagem de roupas.
Técnicas de desinfecção de ambientes.
Limpeza de vidros, pisos, escadas, banheiros e copa.
Uso de Equipamento de Proteção Individual.

6. LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS:

Tipo de Prova	Data	Local	Horário	Resultado
Teórica ou Objetiva	01/05/2011	Escola de Educação Básica Municipal Paulo Fioravante Penso - Rua Saul Brandalise, nº 1656, Bairro Dois Pinheiros - Videira - SC.	09 horas	No dia 03/05/2011 será divulgada a lista dos candidatos aprovados para a entrevista.
Entrevista	04/05/2011	Posto de Assistência Médica - PAM, Rua Coronel A. Schmidt, s/n, Centro, Videira - SC (subsolo do prédio do INSS).	08:30 às 11:30 13:30 às 17:00	Dia 06/05/2011 será divulgado o resultado final.

7 - DO APROVEITAMENTO:

Os candidatos classificados serão convocados para atender as necessidades que surgirem no Município de Videira.

O candidato classificado que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, perderá todos os direitos sobre as mesmas.

As contratações serão efetuadas conforme necessidade do Município de Videira, por tempo determinado, conforme disposto na Lei nº 2.369/2010.

8 - DOS RECURSOS

O prazo para interposição de recurso é de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de divulgação dos resultados finais do Processo Seletivo.

9 - DAS CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO:

São condições para a admissão:

- a) Carteira de trabalho com n. PIS/PASEP;
- b) 01 (uma) foto 3X4;
- c) Cópia de comprovante de residência e número de telefone;
- d) Ser brasileiro nato, naturalizado ou gozar das prerrogativas de legislação específica.
- e) Cópia dos seguintes documentos:
 - e.1) Carteira de identidade (frente e verso);
 - e.2) CPF;
 - e.3) Título de eleitor;
 - e.4) Certidão de nascimento ou casamento;
 - e.5) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
 - e.6) Certificado de reservista para candidatos do sexo masculino e tipo sanguíneo;
 - e.7) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
 - e.8) Cópia do certificado de conclusão de escolaridade exigido para o cargo, com registro no respectivo Órgão de Fiscalização;
- f) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades em Lei.
- g) Declaração de bens;
- h) Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo.

A relação dos candidatos classificados será divulgada no endereço eletrônico: www.videira.sc.gov.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br, no Mural da Secretaria Municipal de Saúde e no Mural Oficial do Município de Videira.

10 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

No caso de empate, terá a preferência o candidato com maior idade.

Não haverá segunda chamada para nenhuma das avaliações, seja qual for o motivo alegado pelo candidato para justificar sua ausência.

O acompanhamento de editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo é de responsabilidade exclusiva do candidato. Os candidatos aprovados poderão ser chamados a qualquer momento a partir da divulgação do resultado final e durante o prazo de vigência deste Processo Seletivo Simplificado.

Os candidatos aprovados serão convocados formalmente através de ofício, portanto, o candidato deverá manter atualizado seu

endereço, enquanto estiver participando do Processo Seletivo e no período subsequente, se aprovado. São de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não atualização de seu endereço.

A atualização cadastral deve ser feita por escrito e assinada pelo candidato e encaminhada à Prefeitura Municipal de Videira. A Prefeitura Municipal de Videira não assumirá qualquer responsabilidade decorrente da não localização de candidato que mudou e não promoveu sua atualização de endereço.

A aprovação do candidato no Processo Seletivo Simplificado não gera ao Município a obrigatoriedade de sua contratação.

Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo.

A Comissão Especial do Processo Seletivo será responsável pela aplicação e realização de todos os tipos de prova, podendo, para tanto, valer-se do auxílio dos demais servidores pertencentes ao quadro municipal.

A vigência do presente Processo Seletivo Simplificado será até o dia 31 de dezembro de 2011 .

Videira, 08 de abril de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal de Videira

ANEXO I

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA – SC			
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO Nº 003/2011			
Código do Cargo	Nome do Cargo		Nº da Inscrição:
Nome do(a) Candidato(a):			
Identidade:	Data de Nascimento:	Sexo: M () F ()	
CPF:	Título Eleitoral:	Fone:	
Estado Civil:	e-mail -		
Endereço:	Bairro:		
Município:	Estado:	CEP:	
Portador de Necessidade Especial	Qual:		
() Sim () Não			
Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Processo Seletivo, responsabilizando-me pelas informações aqui prestadas.			
Videira, em/...../.....	Assinatura do Candidato: (Obs: a assinatura deverá ser igual a constante na identidade).		

Via da Prefeitura

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA – SC		
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO Nº 003/2011		
Código do Cargo	Nome do Cargo:	Nº da Inscrição:
Nome do(a) Candidato(a):		
Portador de Necessidade Especial	Qual:	
() Sim () Não		
Obrigatório a apresentação deste, juntamente com a carteira de identidade no local da prova. Levar caneta (Preta ou Azul) e chegar com 30 minutos de antecedência.		
Videira, em/...../.....	Assinatura do candidato: (Obs: a assinatura deverá ser igual a constante na identidade).	Assinatura do Responsável pelo Recebimento (Empresa/Prefeitura):

Via do Candidato

Consórcios

CIGA

Ata de Registro de Preços Nº 01/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2011

Processo Licitatório nº 02/2011

Pregão Eletrônico nº 01/2011

Aos 14 dias do mês de março de 2011, o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Praça XV de Novembro, nº 270, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88010-400, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor João Romão, resolve Registrar Preços da empresa abaixo nominada, vencedora do Pregão Eletrônico nº 01/2011, sob regime de contratação pelo Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 8.666/93 e 10.520/02, Resolução CIGA nº 10/2011 e 11/2011, do Edital de Pregão eletrônico nº 01/2011 e das demais normas aplicáveis.

1. A partir desta data, ficam registrados os preços da empresa fornecedora a seguir relacionada, objetivando o compromisso de fornecimento de equipamentos de informática, nas condições estabelecidas no ato convocatório e conforme o seguinte quadro:

1.1. Empresa: M & N Informática Ltda., sociedade empresária de pequeno porte, inscrita no CNPJ sob nº 011.641.633/0001-03, com sede na Avenida T-9, nº 1.914, Qd. 551, Lt. 04, 2º Andar, Sala 02, Bairro Jardim América, cidade de Goiânia, Goiás, neste ato representada por ZILMARY DA COSTA VIEIRA, brasileira, casada, comerciante, R.G. 124.961-SSPTO, CPF: 305.066.201-82, residente e domiciliada à rua 9, Qd.B, Lt 08, Vila Izaura, CEP: 74553-150, Goiânia (GO)

1.2. Preços registrados:

Item	Produto	Marca e modelo	Quantidade	Preço Unitário (R\$)
01	Microcomputador	DELL OPTIPLEX 380DT	5	2.500,00
02	Notebook	DELL VOSTRO V130	1	2.500
04	Monitor	LG E2250	3	449,80
05	Televisão	SONY KDL-55EX505	1	3.500,00

06	No break	TS SHARA UPS FULL RANGE PRO	1	1.740,00
----	----------	--------------------------------	---	----------

2. Os pedidos serão realizados pelo CIGA por meio de instrumento de contrato, podendo este ser substituído por Nota de Empenho ou outro documento equivalente, cuja emissão se dará conforme a necessidade do CIGA.

3. A entrega dos itens do pedido será feita na nova sede do CIGA, no endereço Rua Santos Saraiva, nº 1.546, bairro Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88070-101.

4. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

5. A Ata tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura.

6. Aplica-se subsidiariamente a esta Ata de Registro de Preços as normas fixadas pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei n. 8.078/90.

7. As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com renúncia de qualquer outro.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias.

Florianópolis, 22 de março de 2011.

JOÃO ROMÃO

Presidente do CIGA

ZILMARY DA COSTA VIEIRA

M & N Informática Ltda

